



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA APLICADA (PPGE)**

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM A CHINA E O
MERCOSUL. COMPETITIVIDADE, DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO.**

MARCOS JARDIM PINHEIRO

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (PPGE)**

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM A CHINA E O
MERCOSUL. COMPETITIVIDADE, DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO.**

MARCOS JARDIM PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Virginia Laura Fernández

Foz do Iguaçu
2025

MARCOS JARDIM PINHEIRO

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DO BRASIL COM A CHINA E O
MERCOSUL. COMPETITIVIDADE, DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Economia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Laura Fernández
UNILA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gabriel Romero Wimer
UNILA

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Medeiros da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, 03 de junho de 2025

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

P654

Pinheiro, Marcos Jardim.

Análise das relações comerciais do Brasil com a China e o MERCOSUL: competitividade, dependência e integração / Marcos Jardim Pinheiro. - Foz do Iguaçu, 2025.

151 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Foz do Iguaçu - PR, 2025.

Orientadora: Virginia Laura Fernández.

1. Exportação - Padrão exportador. 2. Dependência econômica. 3. Integração regional. 4. Brasil. 5. China. 6. MERCOSUL (Organização). I. Fernández, Virginia Laura. II. Título.

CDU 339.9(81:510)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, dedico este trabalho à minha mãe, Nara Jardim, a "Nara Preta", e à minha avó materna, Lucia Jardim, que sempre foram o alicerce da minha vida, me guiando com amor, força e resiliência. Meu agradecimento também à minha irmã Monique, pelo apoio incondicional ao longo dessa trajetória. Agradeço também meu irmão Moisés. Ao meu pai (em memória), que, apesar da ausência física, continua presente em minhas conquistas. À minha tia e madrinha, Tia Cia, que sempre esteve presente e merece todo o meu respeito. À vó Eva (em memória), pelo carinho e ensinamentos ao longo da vida.

Agradeço, ainda, ao Gustavo, meu companheiro de vida por quase quatro anos. Embora nossos caminhos tenham seguido direções distintas, guardo com carinho o respeito e o afeto que sempre marcaram nossa relação.

À minha orientadora, Professora Virginia Fernández, minha mestra desde a graduação e agora no mestrado, expresso minha imensa gratidão. Seus ensinamentos, debates e reflexões sobre Economia Internacional não apenas me ajudaram a compreender melhor a condição dependente da nossa América Latina, mas também me incentivaram a pensar em soluções para um mundo mais justo.

Aos amigos que, mesmo distantes fisicamente, permanecem parte essencial da minha vida: Janaina, cuja amizade é tão grande que não cabe no mundo. À Tia Neiva, Mara, Tia Vera, Lucas Pinheiro, Lucas Timm, Elias, Xiru, Cícero, Gabriela, Cristiano, Luciane Bastos, Maria, Regina, Dilza, Ledeci e Maidana. A vocês, minha eterna gratidão pelo carinho e apoio.

Aos amigos que tive a honra de conhecer durante o mestrado, meu reconhecimento especial. Ao Thales, companheiro de luta e convivência diária, que me ensinou sobre a importância das relações de raça e gênero na construção de um mundo melhor. À Imaculada, colega querida que ajudou-me nos complexos cálculos de econometria. À Izábia, Gabriel, Marcelo e Mickenson, pelo companheirismo e apoio ao longo desta caminhada.

Sou profundamente grato aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica. Roberta Traspadini, Fernando Prado e Fernando Romero forneceram textos essenciais para a construção dos argumentos deste trabalho. Também agradeço a Wolney Carvalho (em memória), Rodrigo Cantu, Pedro Staevie, Guilherme Haluska e Luciano Severo, cujos ensinamentos enriqueceram minha trajetória acadêmica e intelectual.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte desse percurso, meu sincero agradecimento.

Salgo a caminar por la cintura cósmica del Sur
Piso en la región más vegetal del viento y de la luz
Siento al caminar toda la piel de América en mi piel
Y anda en mi sangre un río que libera en mi voz su caudal
Sol de Alto Perú, rostro Bolivia, estaño y soledad
Un verde Brasil, besa mi Chile, cobre y mineral
Subo desde el Sur hacia la entraña América y total
Pura raíz de un grito destinado a crecer y a estallar
Todas las voces todas, todas las manos todas
Toda la sangre puede ser canción en el viento
Canta conmigo, canta, hermano americano
Libera tu esperanza con un grito en la voz
Todas las voces todas, todas las manos todas
Toda la sangre puede ser canción en el viento
Canta conmigo, canta, hermano americano
Libera tu esperanza con un grito en la voz

— Armando Tejada Gómez e César Isella

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 DA COLÔNIA AO NEOLIBERALISMO DO SÉCULO XXI.....	13
2.1 DO PERÍODO COLONIAL À CRISE DOS ANOS 1930.....	13
2.2 DA CRISE DOS ANOS 1930 AO NEOLIBERALISMO DO SÉCULO XXI.....	18
3 DAS VANTAGENS COMPARATIVAS AO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO.....	26
3.1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	26
3.2 O SURGIMENTO DA CEPAL, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E CRÍTICAS AO MODELO	31
3.2.1 Críticas ao modelo desenvolvimentista	36
4 IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA.....	41
4.1 O DEBATE SOBRE O IMPERIALISMO	41
4.1.1 A corporação multinacional por Theotonio dos Santos.....	46
4.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA OBRA DE RUY MAURO MARINI.....	47
4.2.1 Origem e desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência.....	47
4.2.2 As trocas desiguais e a superexploração do trabalho	51
4.2.3 O subimperialismo.....	54
4.2.4 Dependência e teoria do valor	57
4.2.5 A atualidade da Teoria Marxista da Dependência.....	58
5 A ASCENSÃO CHINESA NA ECONOMIA GLOBAL.....	60
6 A EXPANSÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA NO SÉCULO XXI E A TENDÊNCIA DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	69
7 OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO COMERCIAL COM O MERCOSUL	77
8 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DE FAJNZYLBER E MANDENG E O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDUSTRIA	86
8.1 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DE FAJNZYLBER E MANDENG.....	86
8.2 O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDUSTRIA.....	89
9 RESULTADOS.....	93
9.1.1 A estrutura comercial do Brasil com o <i>Mundo</i>	93
9.1.1.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para o Mundo	94
9.1.1.2 A Matriz de Competitividade do Brasil com o Mundo	98
9.1.2 A Estrutura Comercial do Brasil com a China.....	100
9.1.2.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para a China	101
9.1.2.2 A matriz de competitividade do Brasil com a China.....	105
9.1.3 A estrutura comercial do Brasil com o <i>Mercosul</i>	107
9.1.3.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para o Mercosul.	107
9.1.3.2 A matriz de competitividade do Brasil com o Mercosul	111
9.2 O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDUSTRIAL	114
9.2.1 Os grupos mais integrados	115
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123

<i>APÊNDICE 01 – TABELAS COM DADOS DO COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA DO BRASIL COM OS MERCADOS EM ANÁLISE: 10 PRINCIPAIS GRUPOS.....</i>	130
<i>ANEXO 01 – TABELA DE HARMONIZAÇÃO DOS GRUPOS DO CUCI REVISÃO 2 E REVISÃO 3, COM DADOS DESAGREGADOS A TRÊS DÍGITOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE MANDENG (1993).....</i>	148

RESUMO

No início do século XXI, observam-se importantes mudanças no comércio internacional, destacando-se a ascensão da China, sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) e uma expressiva demanda por bens primários. O Grande Asiático passou por intensas transformações desde 1978, caracterizadas por reformas econômicas que incluíram a abertura comercial e uma crescente disputa hegemônica com os EUA. No contexto brasileiro, a China desempenha um importante papel como principal parceira comercial, demandando produtos como soja, minério de ferro e petróleo, e exportando manufaturados. A expansão chinesa esteve associada a uma tendência de reprimarização nas economias latino-americanas, inclusive no Brasil, acentuando a dependência econômica. Apesar desse cenário desafiador, o Mercosul mantém uma pauta exportadora concentrada fortemente em manufaturas, o que o diferencia das demais relações comerciais do Brasil no período. Entretanto, verifica-se uma forte perda de participação nas exportações brasileiras com o bloco, além de evidenciar-se assimetrias econômicas entre os países-membros, que impõem enormes desafios para a integração produtiva. A presente pesquisa tem como objetivo analisar e caracterizar o padrão exportador do Brasil com o Mundo, China e Mercosul no século XXI, explorando a relação de dependência do Brasil com o Grande Asiático e utilizando-se, para tal, do instrumental teórico estruturalista latino-americano e da Teoria Marxista da Dependência, como contrapartida da análise das vantagens comparativas ricardianas. A investigação discutirá o rompimento epistemológico do estruturalismo latino-americano com a teoria ortodoxa e a importância disso para uma melhor compreensão das dinâmicas econômicas dos países dependentes. Posteriormente, serão debatidas as críticas ao modelo, bem como o corpo teórico da TMD, destacando a importância dessas teorias, que, embora com distinções analíticas, evidenciam a condição do Brasil como país periférico. A hipótese da pesquisa é de que as relações comerciais entre Brasil e China no século XXI intensificam a reprimarização da economia brasileira, enquanto o Mercosul possui elementos que podem contrabalançar essa tendência. Na parte empírica, será aplicada a Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng, juntamente com o Índice de Comércio Intraindustrial. Essa análise permitirá uma compreensão mais aprofundada do padrão exportador e comercial brasileiro nesses mercados, sendo essencial para entender o processo de integração e traçar um delineamento detalhado dessas estruturas de mercado.

Palavras-chave: Padrão Exportador. Competitividade. Dependência. Integração. Índice de Comércio Intraindústria. Brasil. China. Mercosul.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, significant transformations in international trade have been observed, particularly the rise of China, its accession to the World Trade Organization (WTO), and a substantial increase in demand for primary goods. Since 1978, the Asian giant has undergone profound changes, driven by economic reforms that included trade liberalization and an escalating hegemonic rivalry with the United States. In the Brazilian context, China plays a crucial role as the country's main trading partner, demanding commodities such as soybeans, iron ore, and oil while exporting manufactured goods. China's expansion has been associated with a trend toward the reprimarization of Latin American economies, including Brazil, deepening economic dependence. Despite this challenging scenario, Mercosur maintains an export agenda largely concentrated on manufactured goods, distinguishing it from Brazil's other trade relationships during the period. However, a significant decline in Brazil's export share within the bloc has been observed, alongside evident economic asymmetries among member countries, which pose major challenges to productive integration. This research aims to analyze and characterize Brazil's export pattern with the world, China, and Mercosur in the 21st century, exploring Brazil's dependency on the Asian giant while employing the theoretical framework of Latin American structuralism and the Marxist Theory of Dependency as a counterpoint to Ricardian comparative advantage analysis. The study will examine the epistemological rupture between Latin American structuralism and orthodox economic theory and its relevance for a deeper understanding of the economic dynamics of dependent countries. Subsequently, critiques of the model and the theoretical foundations of Dependency Theory will be discussed, emphasizing their importance in highlighting Brazil's position as a peripheral country despite their analytical distinctions. The central hypothesis of the research is that trade relations between Brazil and China in the 21st century have intensified the reprimarization of the Brazilian economy, whereas Mercosur presents elements that may counterbalance this trend. In the empirical analysis, the Fajnzylber and Mandeng Competitiveness Matrix will be applied alongside the Intra-Industry Trade Index. This approach will enable a more in-depth understanding of Brazil's export and trade patterns within these markets, which is essential for comprehending the integration process and mapping out the structural dynamics of these trade relations.

Keywords: Export Pattern. Competitiveness. Dependency. Integration. Intra-Industry Trade Index. Brazil. China. Mercosur.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação resulta de reflexões oriundas de pesquisas realizadas no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialmente em parceria com a professora Virginia Laura Fernández, coordenadora do projeto de pesquisa “Comércio Internacional, Competitividade e Integração no Mercosul” (PIC3186-2022). Nesse contexto, além de teorias do comércio internacional, estudou-se a metodologia da Matriz de Competitividade, desenvolvida por Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991), e o Índice de Comércio Intraindústria (ICII) de Grubel-Lloyd (1975).

Esses estudos¹ permitiram abordar as relações comerciais entre Brasil e China no século XXI, período marcado por grandes transformações no comércio internacional, impulsionadas pela demanda chinesa por matérias-primas, sendo o Brasil caracterizado como um grande produtor de commodities e a China como um país demandante de matérias-primas e produtora de manufaturas (Hiratuka e Sarti, 2016). Ademais, evidenciou-se que o Mercosul apresenta uma pauta de exportações bastante diversificada, com destaque para produtos manufaturados (Fernández, 2014).

Também foi de suma importância a participação no “Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Capitais Transnacionais” (GIEPTALC), coordenado pelo professor Fernando Romero Wimer, o que possibilitou uma análise mais aprofundada sobre a expansão chinesa na economia global e suas relações com as economias dependentes.

A partir dessas reflexões, emergiu o interesse em realizar um aprofundamento sobre as relações comerciais existentes entre Brasil e China, explorando as dinâmicas que configuram o padrão exportador brasileiro e buscando avaliar as possíveis implicações de dependência econômica. Além disso, viu-se como necessário examinar a pauta de exportações com o Mercosul, investigando como a integração regional pode apresentar elementos que possibilitem a diversificação comercial do Brasil em produtos com maior valor agregado. Ao articular uma perspectiva histórica, teórica e empírica, o estudo busca contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas que estruturam as relações comerciais brasileiras no século XXI,

¹ Os primeiros resultados oriundos da pesquisa foram apresentados em artigo elaborado conjuntamente com a professora Virginia Fernández no Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política em 2024, realizado em Marabá - PA. O trabalho intitulado “A expansão comercial do Brasil com a China e os desafios da integração com o Mercosul”, expôs os primeiros resultados da Matriz de Competitividade e do Comércio Intraindústria (ICII), e estão incorporados nesta dissertação.

oferecendo uma base para discussões futuras sobre desafios e estratégias para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, tornam-se relevantes as reflexões de Prado Júnior (2011[1942]) como na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde o autor salienta que a formação econômica do país foi profundamente condicionada pela necessidade de atender às demandas externas do comércio europeu, estruturando-se para o fornecimento de produtos como açúcar, tabaco, ouro, algodão e café. A economia brasileira foi organizada no sentido de satisfazer interesses externos, voltada para fora e alheia às necessidades internas. Tal dinâmica colonial, caracterizada pela especialização produtiva e pela transferência de recursos para a metrópole, moldou uma relação de dependência que persistiu mesmo após a independência política. A partir dessas reflexões é pertinente avaliar em que medida tal padrão histórico de inserção subordinada ao capitalismo mundial permanece, em especial diante das relações comerciais contemporâneas entre Brasil e China. Ao investigar a configuração atual do padrão exportador do Brasil, torna-se relevante compreender as dinâmicas econômicas estabelecidas com o Gigante Asiático, verificando se estas dinâmicas econômicas reforçam as estruturas de dependência ou apresentam-se como uma ruptura a esse padrão histórico.

O Mercosul, como um importante bloco econômico, apresenta enormes desafios e oportunidades. Composto por países de distintas dimensões econômicas, localizações geográficas e níveis de desenvolvimento, o bloco possui assimetrias econômicas que representam obstáculos para a integração regional (Melo e Souza et al., 2010). Nesse sentido, deve-se buscar não apenas elementos que evidenciem que o Mercosul possa apresentar uma pauta de exportação mais diversa em manufaturas, mas também refletir sobre um processo de integração regional que seja pleno e considere as assimetrias existentes. Tal análise torna-se fundamental para compreender o comércio do Brasil com o Mercosul, avaliando se as trocas intrarregionais podem consolidar um padrão mais diversificado e robusto, promovendo uma integração regional capaz de responder às transformações do comércio mundial e à crescente influência chinesa em tais relações.

Para interpretar esse cenário, torna-se necessário um corpo teórico robusto, que seja capaz de explicar essas complexas relações que envolvem o comércio internacional e a inserção do Brasil nesses mercados. Nesse sentido, os estudos destas análises buscaram refletir acerca da posição do Brasil como país periférico na divisão internacional do trabalho, conforme fora problematizado por Prebisch (2000 [1949]) e Marini (2000 [1973]). Prebisch (2000) destaca a deterioração dos termos de troca, evidenciando como os preços movem-se contra os produtos primários, prejudicando as economias primário-exportadoras. Marini (2000), entretanto,

aprofunda o debate ao introduzir as categorias de trocas desiguais e superexploração do trabalho, salientando as transferências de valor que ocorrem das economias dependentes em direção às centrais. Apesar de partirem de corpos teóricos distintos, ambos os autores convergem em demonstrar a condição estruturalmente dependente dos países latino-americanos. Para tanto, realizou-se um estudo aprofundado das teorias do comércio internacional, partindo desde a Teoria das Vantagens Comparativas até as teorias latino-americanas mais heterodoxas, evidenciando a incapacidade da ortodoxia em explicar o capitalismo dependente.

Nesse sentido, objetiva-se, com esta dissertação, analisar e caracterizar o padrão exportador e a relação de dependência do Brasil com a China desde o princípio do século XXI até o período mais recente, explorando-se também as relações comerciais com o Mercosul e o restante do mundo, a partir de uma perspectiva histórica, teórica e empírica. Para tanto, utilizar-se-ão elementos das contribuições de Prebisch e Marini. Os objetivos específicos são: 1) apresentar as transformações econômicas do Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo do século XXI; 2) evidenciar as teorias do comércio internacional, desde as vantagens comparativas até o Estruturalismo Latino-Americano e a Teoria Marxista da Dependência, com foco na contribuição de Ruy Mauro Marini; 3) descrever a ascensão chinesa na economia global, a partir das reformas econômicas de abertura comercial, das transformações estruturais em favor do capital, e suas implicações para o comércio do Brasil; 4) refletir sobre os desafios para a integração com o Mercosul; 5) apresentar a Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng, além do Índice de Comércio Intraindústria, analisando os resultados para os mercados Mundo², China e Mercosul³. A hipótese que permeia esta dissertação é de que, nas atuais relações comerciais, a China intensifica um processo de reprimarização da pauta de exportação brasileira, enquanto o Mercosul possui elementos que podem contrabalancear essa tendência.

O presente estudo empregará uma metodologia que combina uma pesquisa bibliográfica e uma análise empírica descritiva, revisando referências históricas e teóricas, além de artigos científicos relevantes, relatórios da Cepal e dados da plataforma TradeMap. Para avaliar a competitividade, será utilizada a Matriz de Competitividade de Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991) com base nos dados do TradeCAN, uma abrangente base de dados que cobre mais de 90% do comércio internacional. Também será introduzido um indicador adicional, o Índice de

² Para a análise, foram selecionados no TRADECAN todos os países da lista.

³ Os países considerados para a análise do Brasil com o Mercosul são: Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela que foi membro pleno do Mercosul de 2012 até sua suspensão definitiva em 2017.

Comércio Intraindústria (ICII), adotando a plataforma SIGCI da Cepal com base nos índices Grubel-Lloyd. Os dados, acessados em 2024, são analisados anualmente por mercado, com ênfase nos períodos (2000-2008), (2008-2013), (2013-2019), (2019-2021) e (2021-2022). A Matriz de Competitividade será analisada nos mesmos períodos.

A estrutura do trabalho está dividida em dez capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo dois, serão resgatados aspectos históricos do Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo do século XXI. No capítulo três, inicia-se a parte teórica do trabalho, com a análise da Teoria das Vantagens Comparativas, do Estruturalismo Latino-Americano e de algumas críticas ao modelo desenvolvimentista. No capítulo quatro, será apresentado o debate sobre imperialismo e dependência, destacando o surgimento da Teoria Marxista da Dependência, com foco na obra de Ruy Mauro Marini e nas categorias de troca desigual e superexploração do trabalho. No capítulo cinco, será abordada a ascensão da China na economia global, suas transformações políticas e econômicas, que impulsionaram o país como potência global. O capítulo seis tratará das relações comerciais entre Brasil e China no século XXI, ressaltando a concentração da pauta exportadora em *commodities*, os investimentos chineses em grupos estratégicos e o impacto na reprimarização da pauta exportadora brasileira. O capítulo sete discutirá os desafios e limitações da integração comercial no Mercosul, considerando as assimetrias econômicas e o papel do Brasil como principal parceiro do bloco. No capítulo oito, serão apresentados os principais elementos do modelo da Matriz de Competitividade de Fajnzylber e Mandeng, bem como do Índice de Comércio Intraindústria. O capítulo nove apresentará os resultados empíricos da pesquisa. Por fim, o trabalho será concluído com as considerações finais.

2 DA COLÔNIA AO NEOLIBERALISMO DO SÉCULO XXI

2.1 DO PERÍODO COLONIAL À CRISE DOS ANOS 1930

O presente capítulo busca contextualizar historicamente as dinâmicas econômicas do Brasil desde o período colonial até o período mais recente com o neoliberalismo do século XXI. Buscar-se-á evidenciar a trajetória econômica do país e suas transformações, refletindo as especificidades da sua formação econômica. A Análise histórica permitirá uma melhor compreensão sobre a manutenção dos padrões de dependência da economia brasileira, fornecendo uma discussão importante para os propósitos desta dissertação.

A colonização do Brasil, que fora marcada pela expansão marítima europeia após o século XV, teve origem nas mudanças do comércio continental da Europa. O deslocamento da primazia comercial dos territórios centrais para as regiões costeiras oceânicas, como Holanda, Inglaterra, França e Península Ibérica, levou à busca de novas rotas comerciais ultramarinas. Os portugueses foram os pioneiros, buscando especiarias e realizando o périplo africano. O foco inicial era o comércio, refletindo o relativo desprezo pelos territórios vazios da América e o prestígio do Oriente. A colonização, entendida inicialmente como estabelecimento de feitorias, evoluiu para povoamento efetivo diante das circunstâncias imprevistas, conforme enfatiza Prado Júnior (2011 [1942]). O autor destaca os desafios da colonização em territórios quase desertos, inicialmente explorados por atividades extrativas e salienta a transição para uma base econômica mais estável, como agricultura, e discute as distintas abordagens nas zonas temperadas e tropical/subtropical.

As colônias tropicais, exemplificada pelo Brasil, tomaram uma direção muito distinta das colônias temperadas. Enquanto as temperadas reconstituíram, em grande parte, a organização social da Europa, as colônias tropicais assumiram um caráter mercantil mais complexo. A colonização dos trópicos assumiu a forma de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de territórios virgens em prol do comércio europeu. O verdadeiro propósito da colonização, exemplificado pelo Brasil foi explicar os elementos fundamentais, tanto sociais quanto econômicos, na formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Essa foi a essência de sua formação (Prado Junior, 2011). Conforme salienta Prado Júnior:

[...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem os interesses daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco Europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. [...]. O sentido da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização (Prado Júnior, 2011, p. 29).

Ruy Mauro Marini (2013 [1969]) em *Subdesenvolvimento e Revolução*, destaca que apenas a compreensão segura da economia capitalista no mundo e dos mecanismos que a caracterizam, proporciona o marco adequado para situar e analisar a problemática do continente. Forjada no calor de expansão do século XVI pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica capitalista global. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, o continente contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro e proporcionaram o caminho da criação da grande indústria. O autor reflete que a Revolução Industrial trouxe independência política aos países latinos e um conjunto de países passam a girar em torno da Inglaterra. É a partir de então que se configura a dependência⁴, compreendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco, as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada do capital. A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar uma base estritamente nacional, devido a necessidade de uma grande disponibilidade de bens agrícolas para permitir a especialização na atividade industrial (MARINI, 2000).

Prado Júnior (1994 [1945]) destaca a exploração inicial do Brasil, foi centrada na extração de pau-brasil. Conforme salienta, navegantes portugueses e espanhóis, buscando rotas para as Índias, acidentalmente encontraram a América, e deram início a exploração econômica da região. O pau-brasil, uma espécie de vegetal com matéria corante utilizada para a tinturaria,

⁴ Marini destaca o trabalho de Gunder Frank sobre *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Entretanto, e aí reside a debilidade do trabalho de Frank, situação colonial não é a mesma que a situação de dependência. Ambos os conceitos não são homogêneos [...] o caráter progressivo de um acontecimento não exclui a originalidade do acontecimento” (Canguilhem, 1971, p. 60). A dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade (Marini, 2022).

tornou-se o foco dessa atividade. A partir do século XVI, os portugueses e franceses engajaram-se ativamente no tráfico de pau-brasil ao longo da costa brasileira. Tal exploração rudimentar resultou na destruição impiedosa das florestas nativas, onde a preciosa madeira fora extraída. A atividade, inicialmente monopólio real português, logo tornou-se realizada por diversos traficantes. Para a obtenção da cooperação dos indígenas, ofereciam missangas, tecidos e pequenos objetos em troca de seu árduo trabalho. Esse intercâmbio de quinquilharias de pouco valor para os traficantes possibilitou o emprego dos indígenas na extração da madeira. A exploração do pau-brasil teve um rápido declínio diante do esgotamento das matas costeiras. Embora continuasse esporadicamente sob o monopólio real, o interesse na atividade reduziu-se significativamente. Tal exploração inicial, não resultou em assentamentos permanentes e não teve importância duradoura na economia brasileira. A partir de 1530, outros setores da economia começaram a ocupar o cenário econômico do país, marcando o início de uma nova história da economia brasileira.

Eric Williams (2012 [1944]) analisa o papel da escravidão nas colônias do Novo Mundo, em especial na cultura de cana-de-açúcar, algodão e tabaco, salientando que a vantagem econômica da escravidão era evidente em situações em que a produção em grande escala compensava os altos custos associados à manutenção dos escravos. A organização do trabalho escravo em turmas, permitia uma eficiência maior na utilização da terra e no aumento dos lucros. O autor pondera que a escravidão deve ser vista como um fenômeno econômico, e não racial, uma vez que o racismo foi uma consequência da escravidão, e não sua causa. Os indígenas, primeiros escravizados, não suportaram as condições severas e foram substituídos por africanos devido a sua maior resistência. O escravo negro era mais barato a longo prazo, e o custo por dez anos de serviço de um branco comprava a vida toda de um negro. O sequestro na África não enfrentava as dificuldades encontradas na Inglaterra, e em Bristol. As características físicas dos africanos foram posteriormente usadas como justificativa para a escravidão, que na verdade, baseou-se na necessidade econômica das colônias por mão-de-obra barata e eficaz. A África era mais próxima e acessível que outras regiões populosas como a Índia e a China, mas estas também seriam eventualmente exploradas.

No terceiro decênio do século XVI, o Rei de Portugal percebe a necessidade de defender as terras brasileiras contra as crescentes ameaças francesas, resultando na decisão de promover a ocupação efetiva através do povoamento e colonização. Entretanto, a falta de interesse pelo Brasil, exceto pelos traficantes de madeira, torna a tarefa desafiadora. A ocupação efetiva e a colonização basearam-se na concessão de terras em grandes propriedades, influenciadas pelo clima tropical e pela necessidade de culturas econômicas específicas. A cana-de-açúcar,

especialmente nas regiões como o Extremo-Nordeste e a Baía de Todos os Santos, torna-se o foco principal. A grande propriedade da monocultura leva à introdução do trabalho Escravo, uma vez que Portugal não tinha população suficiente para fornecer mão-de-obra, e os colonos europeus não migravam para os trópicos como trabalhadores assalariados. Inicialmente, os indígenas são empregados, mas a medida que os colonos chegam, o interesse indígena diminui, e a transição para a escravidão é inevitável. A substituição do trabalho indígena pelo africano foi impulsionada pela escassez e o custo elevado dos escravos indígenas. Apesar da resistência indígena e da inadequação ao trabalho em larga escala, os africanos trazidos desde meados do século XV, resolveram o problema da mão de obra nas grandes propriedades açucareiras (Prado Júnior, 1994).

O domínio de Portugal no comércio internacional do açúcar consolidou-se com a conquista do Brasil, quando o açúcar já era bastante valorizado no século XVI, desempenhando papéis econômicos, medicinais e sociais. A colonização brasileira está intimamente ligada à produção açucareira, que se iniciou de forma tímida em Pernambuco, por volta de 1526, e acabou ganhando escala com Martim Afonso de Souza, em 1533, ao estabelecer o primeiro grande engenho de açúcar em São Vicente, com capital europeu. Tal produção consolidou a economia exportadora, liderada por capitânicas como Bahia e Pernambuco, tornando o açúcar o principal artigo do comércio mundial, comparável à pimenta da Índia ou ao petróleo moderno. Entretanto, tal ciclo gerou conflitos, como a Guerra Holandesa, motivada pela exploração do açúcar. A partir do século XVIII, a concorrência do açúcar caribenho e, posteriormente, o avanço da produção de beterraba na Europa, impulsionado pela Revolução Industrial, reduziram a supremacia brasileira, transformando o mercado internacional do açúcar e encerrando seu domínio econômico (Franco, 1958).

O interesse da metrópole portuguesa pelo Brasil intensificou-se, em especial no século XVIII, marcando o início da mineração de ouro na colônia. Durante três quartos de século, a mineração ocupou o centro das atenções, levando a decadência de outras atividades econômicas. Destacam-se as primeiras descobertas de ouro em Minas Gerais por expedições paulistas. A mineração do ouro expandiu-se geograficamente e atingiu altos níveis de produtividade até meados do século XVIII. A administração da mineração foi regulamentada por leis específicas, como o Regimento dos superintendentes, guarda-mores e oficiais deputados para as minas de ouro em 1702. Estabelecia-se a Intendência das Minas, subordinada diretamente ao governo de Lisboa, para fiscalizar e cobrar tributos. Destaca-se a prematura decadência da mineração no fim do século XVIII, evidenciando a exaustão dos depósitos auríferos superficiais. Nesse cenário, o colapso da mineração ocorre, uma vez que não houve

acumulação de recursos durante a fase próspera para enfrentar a situação adversa. O impacto da mineração na vida da colônia, acabou por transformar o eixo econômico para o setor centro-sul. Tal deslocamento resulta na transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763. A expansão das atividades econômicas na região impulsiona-se pelas necessidades de abastecimento da população concentrada nas minas e na nova capital, promovendo o desenvolvimento da agricultura e pecuária em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Prado Júnior, 1994).

O crepúsculo da mineração coincidiu, no Brasil, com a aurora de um novo ciclo econômico, que alicerçaria o edifício político do Império e serviria, ainda, de base ao progresso da República: a lavoura cafeeira. Introduzida no Brasil em 1727, ganhou força no século XIX, expandindo-se do Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e, mais tarde, para São Paulo e o sul de Minas Gerais, regiões cujas geografias favoreciam o plantio. A produção do café, fundamentada primeiramente no trabalho escravo, contribuiu para a urbanização de áreas centrais, com a construção de estradas, ferrovias e edifícios emblemáticos, como o Palácio do Catete. A partir do fim do século XIX, com a abolição da escravatura e a Proclamação da República, o café passou a ser cultivado em larga escala sob um sistema capitalista e técnico, utilizando o colono estrangeiro assalariado e métodos científicos de produção. Tal expansão destruiu vastas áreas de floresta tropical, mas alçou o Brasil à liderança mundial na produção de café, com números extraordinários de exportação, em especial pelo Porto de Santos, que superou significativamente as safras do Rio de Janeiro no início do século XX. Esse ciclo deixou um legado importante na infraestrutura, na organização social e na economia do Brasil (Franco, 1958).

Ao analisar a influência do capital estrangeiro na economia, Prado Júnior (1994) aborda sua posição central e essencial, salientando a dependência econômica do Brasil diante do cenário internacional, intrinsecamente ligada à natureza exportadora da economia do país. Tal relação agrava-se pela vulnerabilidade do Brasil à penetração do capital financeiro internacional, particularmente durante a transição para o capitalismo avançado. A intervenção desse capital teve início com os empréstimos concedidos pela Inglaterra após a Independência, com fins políticos e comerciais. No século XIX, o desenvolvimento do capitalismo financeiro transformou as relações entre as nações, substituindo o foco na venda de produtos industriais pela expansão global do capital financeiro. O autor destaca o papel desse capital, que molda setores estratégicos como o café, além de ferrovias, energia elétrica e exportação de matéria-prima. Tal atuação evidencia-se pela exploração da mais-valia do trabalho brasileiro em benefício de interesses externos, resultando em distorções econômicas, déficits crônicos e

flutuações financeiras alheias às condições internas do país. Embora o imperialismo tenha alavancado o desenvolvimento de infraestrutura e serviços, seu impacto é marcado por grandes contradições, mantendo o Brasil em uma posição subordinada no sistema capitalista global, dependente das dinâmicas internacionais e sujeito à concentração de poder em grandes trustes estrangeiros.

A consolidação do imperialismo como uma forma dominante do capitalismo mundial é refletida por Marini (2013 [1969]), que salienta os desafios enfrentados no século XX, como as guerras mundiais e a crise de 1929, os quais resultaram em uma economia integrada e diante da hegemonia dos Estados Unidos. Tal processo foi marcado pela expansão do setor de bens de capital, em especial pela indústria bélica, e pela hipertrofia estatal, que assume o papel central na produção e no consumo, em especial na indústria de guerra. A acumulação de capital nos centros integradores intensificou os investimentos diretos nas economias periféricas, vinculando-as aos sistemas produtivos centrais e impulsionando a sua industrialização, com destaque para a América Latina. Nessa região, a crise do mercado externo acabou inviabilizando o modelo da economia primário-exportadora, favorecendo a industrialização substitutiva de importações, em especial em países como Brasil, Argentina e México, onde a indústria leve conseguiu atender à demanda interna por bens de consumo não duráveis. A restrição às importações durante a crise internacional criou as oportunidades de crescimento industrial, sustentado pelo excedente gerado pela exportação e redirecionado via sistema bancário. Políticas de defesa do emprego e acordos comerciais desvantajosos promoveram a oferta interna e a demanda efetiva pela indústria, mas onde o setor exportador, controlado pelo capital estrangeiro, não conseguiu se reorientar, surgiram conflitos graves, levando à estagnação econômica e à repressão pelas antigas elites dominantes.

2.2 DA CRISE DOS ANOS 1930 AO NEOLIBERALISMO DO SÉCULO XXI

Prado Júnior (1994) aponta que, a partir de 1930, houve uma mudança significativa na economia brasileira devido à crise mundial iniciada em 1929. Isso resultou em uma redução considerável das exportações e um déficit econômico. Para enfrentar essa crise, o Brasil adotou medidas como desvalorização da moeda, controle cambial e restrições financeiras, que resultaram em uma diminuição das importações. No entanto, essa crise também estimulou a produção interna, especialmente de bens de consumo, promovendo o processo de nacionalização da economia. Houve a decadência de setores importantes, como a produção de

café, algodão, cacau e borracha. A busca por substitutos para tais produtos de exportação externa enfrentou desafios relevantes, e as perspectivas do Brasil como fornecedor de matéria-prima e gêneros tropicais pareciam limitadas. A economia brasileira, fundamentada nas bases tradicionais, ficou em decomposição, evidenciando a necessidade de uma transformação mais profunda para o enfrentamento dos desafios da ordem mundial. O autor destaca a crise do imperialismo no Brasil, em especial as dificuldades financeiras enfrentadas pelos capitais estrangeiros. A partir de 1930, a economia do país busca se reestruturar, rompendo com seu passado colonial e tornando-se mais orientada para atender às necessidades internas. Entretanto, forças poderosas, como interesses arraigados e estruturas econômicas antigas, retardam esse processo de transformação.

Na análise de Fritsch (1995), a crise de 1929, agravada pela superprodução de café, teve fortes impactos no Brasil, não apenas por haver desintegrado o sistema político, mas também por ter encerrado o modo liberal de gerenciar os fluxos comerciais e financeiros com o mundo. Restrições cambiais e controle de importações foram implementados, modificando, de forma preponderante, a inserção brasileira na economia mundial. A década de 1930 testemunhou mais crises econômicas, resultando em transformações na composição regional dos grupos politicamente dominantes. O fim da Primeira República marcou uma transição dupla, com a economia passando de uma fase primário-exportadora para um foco no mercado interno e, politicamente, de hegemonia da plutocracia paulista para uma distribuição mais difusa do poder.

Destaca-se o papel central do complexo cafeeiro, que influenciou políticas econômicas, mas cuja relação com o governo mostra-se mais complexa do que sugere a historiografia tradicional, evidenciando que o apoio do governo à valorização do café era circunstancial e motivado por fatores como a preservação do padrão-ouro e a pressão de credores externos. Nos períodos de crises cambiais e financeiras, o Brasil alternou entre políticas ortodoxas e intervencionistas, como a criação do padrão-ouro em 1906 e 1928 para estabilizar a moeda e atrair capital estrangeiro, embora tais políticas frequentemente tenham resultado em recessões severas, como a contração monetária de 1928-1930. Ao analisar a transição dos anos 1930, salienta-se que as mudanças econômicas e políticas desse período foram mais uma resposta às condições globais, como o colapso dos mercados internacionais e a crise de superprodução de café, do que uma intenção de promover a industrialização (Fritsch, 1995).

Maria da Conceição Tavares (2010 [1972]) menciona que o processo de substituição de importações está vinculado historicamente à Grande Depressão. Na primeira fase, destaca-se a exigência de satisfazer a demanda interna não afetada pela crise do setor exportador, com possibilidade de expansão da oferta interna em três frentes: utilização da capacidade produtiva

existente, produção de bens independentes do setor externo e instalação de unidades produtivas substitutivas de importações. A substituição inicia-se com a produção de bens de consumo final, facilitada pela reserva de mercado e pela política de comércio exterior. A expansão da atividade interna acaba gerando a necessidade de progredir no processo, considerando-se uma nova onda de substituições. Entretanto, a contradição interna entre o crescimento do produto e as limitações da capacidade para importar surge e exige a compressão das importações menos essenciais, para liberar divisas necessárias. A dinâmica do processo reside na superação contínua dessas contradições, mas, à medida que avança, torna-se mais difícil e custoso progredir, diante das limitações internas e externas, tornando a pauta de importações rígida.

Marini (2000) salienta o desenvolvimento econômico que ocorre após a crise de 1929, destacando a reconfiguração das classes sociais, marcadas pela ascensão de uma burguesia industrial ligada ao mercado interno e de um novo proletariado. Tais grupos emergentes pressionaram as elites dominantes, resultando no compromisso político que culminou no “Estado Novo”, em 1937, durante a ditadura de Getúlio Vargas. Após a derrubada do presidente, em 1945, inicia-se um intenso período de lutas políticas, das quais o suicídio do Getúlio Vargas, em 1954, constitui o primeiro desdobramento, que levará o país ao golpe de 1964. Na raiz dessas lutas está o esforço da burguesia industrial em colocar o aparato estatal e os recursos econômicos a seu serviço, rompendo ou transgredindo as regras que foram estabelecidas em 1937. Ademais, a cisão vertical ocorrida entre as classes dominantes, juntamente com as pressões das massas em busca de novas conquistas sociais, acabou por romper o controle imposto pela ditadura até 1945 e mantido pelo governo do Marechal Dutra. Vargas, em resposta a tal cenário, definiu-se por uma política progressista e nacionalista, que incluiu a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do monopólio estatal da Petrobras.

O pacto entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial latino-americana evidenciou os conflitos de interesses, em especial em relação à política cambial, ao crédito e à disputa pelo excedente gerado pelo setor de exportação. Durante a Segunda Guerra Mundial, a industrialização da região acelerou-se, fortalecendo o setor interno e intensificando as disputas dentro da coalizão dominante, o que levou ao surgimento de regimes bonapartistas, como o governo de Perón na Argentina. O término da industrialização de bens de consumo não duráveis e a necessidade de implantar uma indústria pesada acabaram enfrentando resistências das classes latifundiárias e dos *trusts* internacionais, vinculados às atividades exportadoras e importadoras. Em tal contexto, a burguesia industrial tentou superar seus adversários utilizando o apoio das massas urbanas, mas sem romper com a colaboração vigente, enquanto o

imperialismo buscava integrar os sistemas de produção periféricos para a expansão da aplicação do capital global e para exportar equipamentos obsoletos (Marini, 2013).

O fracasso da indústria latino-americana em alcançar a autonomia decorreu de sua dependência estrutural em relação ao setor externo e ao uso de tecnologias importadas, que limitaram o mercado interno. Para compensar tal limitação, a burguesia industrial explorou a relação entre salários baixos e preços altos, resultando em inflação e superexploração da mão de obra urbana e rural. A tentativa de criação de uma indústria pesada acabou sendo abandonada em prol de medidas imediatas, como a flexibilização das importações e a transação com o setor agrário exportador, aprofundando a dependência em relação ao capital externo. Essa integração acabou comprometendo a autonomia do desenvolvimento regional, enfraquecendo regimes democráticos e levando à ascensão de ditaduras tecnocrático-militares, marcadas pela superexploração da mão de obra, desnacionalização da economia e ampliação das desigualdades sociais nas economias periféricas, reproduzindo assim os padrões observados nos centros capitalistas (Marini, 2013).

O período de 1955 a 1960 viu a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart como presidente e vice-presidente, devido à aliança entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB), que deu início ao Plano de Metas do governo. O plano foi implementado no segundo ano de governo, com investimentos públicos focados em áreas estratégicas e investimentos de capital estrangeiro. O objetivo era fazer de Brasília um símbolo de desenvolvimento, mas a dependência do capital externo, com empréstimos e financiamentos estrangeiros aumentando em 2,5 bilhões de dólares ao longo do período, consolidou a posição de grupos estrangeiros na economia. Essa dinâmica acabou resultando na importação de equipamentos sem cobertura cambial, ampliando-se a intervenção do setor externo e impactando-se os setores industriais exportadores. Apesar do forte crescimento industrial, com taxas anuais passando de 8,8% para 10,4% entre 1947–1954 e 1955–1960, a taxa de crescimento na agricultura diminuiu, de 4,9% para 4,3% no mesmo período. Desde a década de 1960, a queda do investimento estrangeiro e a pressão para a exportação de lucros acabaram por impactar a balança de pagamentos, desvalorizando-se a moeda e dificultando-se importações essenciais (Marini, 2000).

Durante o governo de Jânio Quadros, que fora eleito com grande apoio popular ao prometer estabilidade monetária, reformas estruturais e uma política externa independente, ocorreram medidas controversas, como a repressão violenta de manifestações estudantis e a adoção da Instrução 204, que acabou favorecendo interesses do setor agroexportador e do capital estrangeiro, flexibilizando restrições cambiais e ampliando a liberalização econômica.

A política externa foi utilizada no enfrentamento dos problemas de mercado e obtenção de crédito. Entretanto, Jânio Quadros enfrentou a oposição de sindicatos e do parlamento e, surpreendentemente, renunciou em 1961, deixando o país diante de uma crise sucessória, que fora agravada pela ausência do vice-presidente João Goulart, que estava na China. A resistência liderada por Leonel Brizola garantiu que Goulart assumisse em um regime semipresidencialista, que foi revertido após um plebiscito em 1963. Goulart lançou o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-1965), que previa a redução dos gastos do governo, renegociação da dívida externa, controle do salário e reformas estruturais na área administrativa, fiscal, bancária e agrária. Entretanto, o plano foi um fracasso diante das contradições internas do governo, que buscava, ao mesmo tempo, restaurar a rentabilidade dos investimentos e aumentar o mercado interno pela reforma agrária, ao mesmo tempo em que reprimia movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora, tornando-se impopular e alvo de críticas fortes, inclusive de setores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conforme pondera Marini (2000).

É pertinente salientar que a intervenção militar em 1961 acabou evidenciando que uma ação de tal tipo só poderia ter sucesso caso correspondesse a uma crise da sociedade brasileira e se inserisse no jogo das forças políticas que estavam em conflito. Nos primeiros meses de 1964, as tensões sociais acabaram alcançando um ponto crítico, como fora demonstrado pela cisão nas classes médias, que enfrentaram-se nas ruas sob bandeiras extremistas opostas. A solução da crise, representada pela rejeição no Congresso da declaração de estado de sítio por João Goulart, foi influenciada pela mobilização popular pelo país. Entretanto, o temor das elites diante do movimento das massas e a crise econômica desde 1962 levaram à ruptura da aliança da burguesia com as classes populares, em especial a classe operária, diante dos sacrifícios impostos ao país. Depois do golpe de 1964, a política de estabilização financeira do governo militar tentou ampliar a oferta de mão de obra, reduzindo seus custos e favorecendo a concentração de capital nos grandes grupos econômicos, em benefício tanto da grande burguesia brasileira quanto dos grupos estrangeiros. Tal política representou, naquele momento, a intensificação das práticas da Instrução 113 e reforçou a aceitação da burguesia brasileira como sócia menor dos capitais externos, resultando na concentração de recursos e na deterioração das condições de vida popular. A ditadura militar alinhou-se aos interesses dos EUA, levando o regime brasileiro a ser visto como um aliado subserviente ao Pentágono e ao Departamento de Estado (Marini, 2000).

A crise econômica nos países latino-americanos no início dos anos 1960 caracteriza-se pela falta de capacidade para importar insumos e realizar a produção industrial. A industrialização aconteceu sem que houvesse reformas estruturais adequadas, mantendo a

dependência externa. A obtenção de bens de capital dependia das importações, criando uma reprodução industrial dependente do exterior. As divisas que eram necessárias vinham da exportação de bens primários tradicionais e do aporte de capitais externos, como investimentos e empréstimos. Entretanto, os lucros das empresas estrangeiras investidas no setor industrial latino-americano revelaram-se contraditórios, pois, para serem efetivados, precisavam ser convertidos em moeda internacional (Marini, 1993).

Bielschowsky e Mussi (2013) apontam que, em 1980, o PIB e os investimentos brasileiros eram mais de oito e nove vezes maiores do que em 1950. No entanto, em 2007, esses números eram apenas duas vezes maiores do que em 1980. O PIB per capita era cerca de 3,5 vezes maior em 1980 do que em 1950, e a produtividade do trabalho era três vezes maior. No entanto, em meados dos anos 2000, esses indicadores eram os mesmos que em 1980. Com a crise da dívida nos anos 1980, ocorreu uma progressiva fragilização do crescimento. Apesar da bem-sucedida implementação do Plano Real em 1994, visando à estabilização econômica, isso não impediu que a expansão da economia permanecesse lenta por muitos anos.

Trindade *et al.* (2014) relatam que, na década de 1980, conhecida como “década perdida” para a América Latina, incluindo o caso brasileiro, a baixa taxa de crescimento comparada às décadas anteriores resultou em restrições econômicas e políticas que exauriram a capacidade do Estado de investir. A desindustrialização pode ser percebida no Brasil a partir de 1986, quando a participação da indústria no PIB atingiu seu pico em 32%, declinando para 20% em 1998. Bielschowsky e Mussi (2013) salientam que a taxa de crescimento média da economia caiu de 8,8% no período de 1968-1980 para 1,7% entre 1981 e 1994. O ano de 1985, o primeiro governo da democracia na vida política brasileira após 20 anos de ditadura, caracterizou-se por uma taxa de inflação alta.

O crescimento da dívida na década de 1970 foi facilitado por taxas de juros baixas e abundância de recursos internacionais, em especial dos “petrodólares”, que foram direcionados aos países da América Latina. Tais empréstimos, entretanto, não foram utilizados em investimentos produtivos, resultando em dificuldades a partir de 1979, período da reversão das condições internacionais, com o aumento das taxas de juros e queda no preço das exportações, culminando na crise da dívida externa. O México foi o primeiro país a suspender os pagamentos da dívida em 1982, desencadeando uma crise regional. A resposta internacional diante disso incluiu a intervenção dos Estados Unidos e a formação de um “cartel” de credores, apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), que acabaram impondo condições rígidas para a renegociação das dívidas. Como consequência, os países latino-americanos adotaram políticas de austeridade para gerar superávits comerciais e pagar

os encargos da dívida, resultando em uma saída líquida de capitais e em estagnação econômica. Nos anos 1990, a liberalização comercial, sob o Consenso de Washington, manteve a vulnerabilidade da região (Saes e Saes, 2013).

Na primeira década do século XXI, o Brasil, como a sexta maior economia global em termos de PIB, testemunhou um declínio no setor manufatureiro em relação ao PIB desde os anos 1980, indicando mudanças importantes na estrutura produtiva em meio à globalização neoliberal (Trindade *et al.*, 2014). Bielchowsky e Mussi (2013) argumentam que este é o ciclo em que ocorre o boom internacional puxado pela China e pela expansão do consumo nos países centrais. Para Fernández e Curado (2019), as transformações ocorridas no comércio global desde o início do século XXI, com destaque para a entrada da China e o fenômeno de reprimarização das exportações na América Latina, reavivaram o interesse por pesquisas nessa área em âmbito internacional. Trindade *et al.* (2014) evidenciam que, nas últimas décadas, a economia brasileira passou por uma clara abertura, com aumento notável no valor das exportações, predominantemente lideradas pela agroindústria. Essa mudança reflete políticas orientadas para o setor de bens primários, levantando questões sobre a “dependência externa”, especialmente em relação aos interesses estrangeiros, como o caso da China.

Caputo e Pizarro (2022) ressaltam que a partir dos anos 1990, a economia mundial passou por fortes transformações, alterando a forma de acumulação capitalista de multinacional para transnacional. O capitalismo dependente assume uma nova forma, e continua na lógica de beneficiar os países centrais e suas empresas transnacionais. O capitalismo do século XXI caracteriza-se pela velocidade dos movimentos de capital, com investimentos entrando e saindo dos mercados rapidamente graças à comunicação eletrônica. Nos últimos 30 anos, a globalização exigiu a ampla liberalização do comércio e serviços e do movimento de capitais, eliminando barreiras nacionais. A alta dos custos de produção nos centros capitalistas levou à exportação de indústrias para países com mão de obra barata. Como China e Índia, que tornaram-se centro de produção para exportação global. Essa nova realidade afetou de forma preponderante os países latino-americanos, ampliando sua condição de exportadores de recursos naturais para alimentar a industrialização de países asiáticos. Em nações com tradição industrial como Argentina e Brasil, houve uma reprimarização das economias, causando efeitos negativos no emprego e na precarização do trabalho.

Refletindo se o momento atual estaria colocando um freio na globalização, Caputo e Pizarro (2022) apontam que, nos últimos trinta anos, os Estados Unidos lideraram uma nova fase de globalização, exigindo a liberalização do comércio, finanças e investimentos, enquanto protegiam ao máximo sua propriedade intelectual. Todavia, essa política foi alterada com a

presidência de Donald Trump⁵. Trump afasta-se das políticas de livre comércio, desafiando os interesses de investidores americanos que aumentam lucros ao exportar indústrias. Entretanto, tal tarefa é difícil, pois o capitalismo é global e suas empresas buscam maximizar lucros, independente de fronteiras nacionais. Além disso, Trump desqualificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) e encerrou compromissos multilaterais dos Estados Unidos em questões ambientais e controle de armas nucleares, optando por uma abordagem unilateral em assuntos internacionais. Essa renúncia ao multilateralismo e o agravamento do confronto geoestratégico entre Estados Unidos e China são questões delicadas.

É possível verificar na história brasileira uma trajetória marcada pela dependência de exportação de bens primários, desde o pau-brasil, açúcar, ouro e café. Embora a crise de 1929 tenha forçado uma reorientação no sentido de o país industrializar-se, não conseguiu romper com a lógica dependente de capital externo e exportação de matérias-primas. No século atual, a reprimarização da economia, além da presença da China como potência emergente, precisa ser refletida, para que seja possível buscar estratégias que contemplem o desenvolvimento do Brasil e da região.

⁵ Trump argumentou que a exportação de indústrias para a China causou um desequilíbrio comercial e perda de empregos nos Estados Unidos, e fez críticas semelhantes ao NAFTA, envolvendo o México. Seu discurso contra a exportação de indústrias e imigração mexicana atraiu o apoio de trabalhadores americanos que perderam seus empregos ou viram seus salários diminuírem devido à exportação de empresas manufatureiras (PIZARRO E CAPUTO, 2022)

3 DAS VANTAGENS COMPARATIVAS AO ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

3.1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O presente capítulo discutirá algumas das principais teorias do comércio internacional, abordando tanto modelos clássicos e neoclássicos quanto críticas desenvolvidas por correntes mais heterodoxas. As abordagens tradicionais, fundamentadas em Ricardo (1996 [1817]), estabelecem o princípio das vantagens comparativas como o fundamento do comércio mundial e enfatizam a alocação eficiente de recursos e os ganhos mútuos nas trocas comerciais. Entretanto, tal perspectiva foi amplamente questionada, especialmente no contexto latino-americano, onde as desigualdades estruturais entre centro e periferia tornam as teorias ortodoxas limitadas. Intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Prebisch (2000) e Furtado (2005 [1959]), bem como as formulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como as de Marini (2000), buscaram reinterpretar essas relações no contexto das especificidades das economias latino-americanas. A análise conjunta dessas reflexões permite compreender as limitações teóricas dos modelos ortodoxos, destacando a importância de um pensamento que considere as particularidades do continente latino-americano.

A teoria tradicional do comércio internacional é um prolongamento da "teoria econômica" às relações econômicas entre nações. Utiliza-se a alocação ótima de recursos e assume que o *homo economicus* manifesta-se como um país, com todos os países envolvidos exibindo comportamento econômico racional. A lógica do sistema de relações internacionais tende ao equilíbrio, com qualquer desequilíbrio sendo considerado disfuncional e autocorrigido pelo próprio sistema. A livre concorrência entre os países é importante e determina os preços pelos mecanismos de oferta e demanda, sem pressões monopolistas externas (Caputo e Pizarro, 2022).

Nas palavras de Nassif e Castilho (2020), o estudo do comércio internacional envolve diversas interpretações teóricas que buscam compreender os padrões e as dinâmicas das trocas comerciais entre nações e, portanto, os benefícios do comércio global. Os autores sustentam que Smith em sua obra "A Riqueza das Nações", preocupava-se mais com os efeitos do comércio mundial sobre o crescimento econômico de um país, ou seja, os efeitos do comércio global na sua capacidade de aumentar o bem-estar por meio do aumento do volume das trocas internacionais. Ao considerar os escritos de Smith (1996 [1776]), Gonçalves *et al.* (1998), destacam que o inglês é reconhecido como o criador da Teoria das Vantagens Absolutas, que

sustenta que por meio do comércio internacional um país tem a capacidade de exportar mercadorias que pode produzir a um custo mais baixo em relação a outros países.

Na segunda década do século XIX, David Ricardo (1996 [1817]) trouxe a contribuição da Teoria das Vantagens Comparativas⁶. Gonçalves *et al* (1998) destacam que a percepção de que as vantagens comparativas são as causas últimas do comércio internacional é uma ideia que prevalece até os dias de hoje. Conforme o modelo, os países tendem a se concentrar na produção e exportação daquilo que são mais eficientes em comparação com outros países. Holanda (1996) salienta na apresentação da famosa obra de Ricardo *Princípios de Economia Política e Tributação*⁷, que a ideia das vantagens comparativas ricardianas fundamentou as teorias do comércio internacional, defendendo o padrão-ouro e o livre-cambismo. Após a Primeira Grande Guerra, o padrão ouro foi abalado, entretanto, a teoria ainda influenciava de forma preponderante economistas da década de 1950, em especial, durante a industrialização dos países subdesenvolvidos, sendo que economistas latino-americanos argumentavam que o esquema de Ricardo não explicava as trocas entre países centrais e periféricos diante das imperfeições do livre comércio e aos distintos impactos dos ganhos de produtividade. Nassif e Castilho (2020) refletem que na análise de Ricardo e John Stuart Mil, o comércio era impulsionado por diferenças nos custos relativos setoriais, sendo que a tecnologia no arcabouço teórico de Mil e Ricardo, era determinada exogenamente e avaliada em termos comparativos.

Foi a versão de Heckscher-Ohlin (H – O) da vantagem comparativa que se tornou o padrão neoclássico para explicar o padrão de comércio, os ganhos deste e as vantagens das políticas de livre mercado (Nassif e Castilho, 2020). Gonçalves *et al.*, (1998) frisam que o modelo permitia mostrar que, no caso simples de dois fatores, dois produtos e duas regiões, as trocas ocorridas seriam baseadas no comércio de produtos produzidos relativamente mais baratos em cada região. O modelo ricardiano considerava as distintas tecnologias existentes entre nações como base do comércio exterior, enquanto Heckscher-Ohlin concentrava-se nas diferenças nas dotações domésticas dos fatores de produção e no contraste na intensidade do uso dos fatores na produção de diferentes produtos nesses países (Gonçalves *et al.*, 1998). Na América Latina, o modelo sofreu inúmeras críticas no início dos anos 1950. Além disso, destaca-se o modelo de Krugman, que integrou o modelo tradicional do comércio H – O com

⁶ Essa teoria ricardiana pode ser resumida no seguinte: o comércio bilateral é mais vantajoso do que a autarquia quando duas economias possuem estruturas de produção diferentes. Ou seja, se dois países, produzindo cada um, dois produtos, por exemplo vinho e tecidos, empregarem na produção desses produtos uma quantidade de trabalho L_v e L_t , no país S, e L_v^* e L_t^* no país N, é necessário e suficiente que $L_v/L_t \neq L_v^*/L_t^*$ para que o comércio entre eles seja possível (GONÇALVES, *et al.*, 1998, p. 14)

⁷ Obra de David Ricardo (1817), onde o autor apresenta a ideia das Vantagens Comparativas e outras relevantes contribuições para a economia política.

as principais características da nova teoria do comércio, evidenciando que tanto os determinantes tradicionais quanto os não tradicionais podem ser compatíveis. O modelo de Krugman demonstra por que a maioria dos fluxos globais de bens manufaturados tecnologicamente sofisticados está concentrada em países ricos, cujas dotações de fatores são semelhantes (Nassif e Castilho, 2020).

Caputo e Pizarro (2022, p. 60-61) destacam que os pressupostos fundamentais da teoria ortodoxa que são:

- a) *Las economías de los distintos países se consideran totalmente integradas social y económicamente y, por tanto, actúan como unidades en el comercio internacional.*
- b) *Las economías de los países funcionan basadas en la competencia perfecta, lo que se proyecta también a nivel internacional.*
- c) *Con respecto a los precios, la teoría supone que estos son consecuencia de la competencia perfecta, es decir, que son sensibles a los cambios operados en las relaciones de oferta y demanda; esto hace que la estructura económica sea sensible, también, a la información que entregan los precios.*
- d) *Con respecto a los factores de producción (capital y trabajo), se supone que son homogéneos dentro de cada país y similares en todos los países,*
- e) *Se supone que las funciones de producción son iguales en todos los países, lo que también da por sentado que el progreso tecnológico se distribuye igualitariamente en todos los países e interiormente en todas las industrias.*
- f) *Con respecto a la demanda, se supone que los gustos y preferencias son constantes e independientes de los patrones de consumo de otras sociedades.*
- g) *Todos o casi todos los modelos sobre el comercio internacional plantean que los países, enfrentados al comercio, generan una situación de desequilibrio, la que, mediante los mecanismos del mercado mundial, tiende rápidamente hacia el equilibrio.*
- h) *Los factores de producción son relativamente inmóviles de un país a otro y, en caso de moverse, sus traslados son equilibradores.*⁸

É salutar destacar, que apesar da preponderância da perspectiva ricardiana das vantagens comparativas no arcabouço teórico do comércio internacional até os dias de hoje, verifica-se uma série de inconsistências ao confrontar essa premissa com realidades distintas daquela vivenciada por Ricardo naquele momento, além do fato de que a mesma apresenta pouco rigor

⁸ a) As economias dos diferentes países são consideradas plenamente integradas social e economicamente e, portanto, atuam como unidades no comércio internacional. b) As economias dos países funcionam com base na concorrência perfeita, que também se projeta a nível internacional. c) No que diz respeito aos preços, a teoria assume que são consequência da concorrência perfeita, ou seja, que são sensíveis a alterações nas relações de oferta e procura; isto torna a estrutura econômica sensível, também, à informação fornecida pelos preços. d) No que diz respeito aos factores de produção (capital e trabalho), assume-se que são homogêneos dentro de cada país e semelhantes em todos os países, e) As funções de produção são consideradas iguais em todos os países, o que também pressupõe que o progresso tecnológico é distribuído igualmente em todos os países e internamente em todas as indústrias. f) No que diz respeito à procura, assume-se que os gostos e preferências são constantes e independentes dos padrões de consumo de outras sociedades. g) Todos ou quase todos os modelos de comércio internacional propõem que os países, confrontados com o comércio, gerem uma situação de desequilíbrio, que, através dos mecanismos do mercado mundial, tende rapidamente ao equilíbrio. h) Os factores de produção são relativamente imóveis de um país para outro e, se forem mobilizados, as suas transferências são equilibradas (Caputo e Pizarro, 2022, p. 60-61, “tradução nossa”)

teórico na metodologia de análise. Gonçalves *et al.*, (1998), por exemplo, destacam que tais premissas possuem sérias limitações, expondo que o modelo pressupõe o comércio com apenas dois países e dois produtos. Outro ponto é o fato de que existem distintas tecnologias em distintos países, sendo o uso destas uma explicação possível para as diferentes estruturas dos preços relativos entre nações. Vale ressaltar, que no modelo de Ricardo, a balança comercial está sempre equilibrada e o custo dos transportes é considerado zero (Gonçalves *et al.*, 1998).

Dentre as críticas proferidas por Caputo e Pizarro (2022) sobre os pressupostos da ortodoxia está o fato de que a suposição da teoria tradicional do comércio internacional de que as economias são integradas econômica e socialmente, salientando que, nos países subdesenvolvidos, há economias dualistas com regiões de subsistência coexistindo com áreas industrializadas e desigualdade na distribuição do poder político e econômico. Os autores criticam a suposição do comércio internacional sobre a competição perfeita, demonstrando que, na realidade contemporânea, o monopólio é o elemento dominante nas economias capitalistas, o que contrasta com a visão de que os preços⁹ são determinados pelas leis de oferta e demanda. A monopolização da tecnologia pelas multinacionais restringe o desenvolvimento autônomo nos países dependentes, resultando em uma transferência tecnológica limitada para setores não estratégicos, majoritariamente via patentes, beneficiando empresas do centro dominante sem custos significativos. Isso assegura mercados de matérias primas e contribui para a desnacionalização da indústria local. Além disso, vale destacar que a teoria ortodoxa sugere que a mobilidade de capital serve para equilibrar o comércio global, e não considera a exportação de capital como importante para a acumulação e sobrevivência do sistema capitalista. O movimento de capital é essencialmente desequilibrador, ampliando a brecha entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. O movimento de capital é um dos determinantes principais do desequilíbrio permanente e crescente da balança de pagamentos dos países subdesenvolvidos e será abordado com maiores detalhes posteriormente.

Caputo em Pizarro (2022) em sua análise crítica, enfatizam que a teoria ortodoxa do comércio internacional é formal, ahistórica e apologética. Como uma extensão da economia econômica geral, a teoria ortodoxa baseia-se em abstrações e suposições normativas que não

⁹ Se a teoria ortodoxa estivesse correta, os preços dos produtos manufaturados tenderiam a baixar nos países desenvolvidos diante do desenvolvimento tecnológico, enquanto os preços de matérias-primas dos países subdesenvolvidos aumentariam, melhorando os termos de troca para esses países. Entretanto, a realidade evidencia uma tendência oposta, com um deterioro sistemático dos termos de troca, causado pela transferência dos benefícios da inovação tecnológica dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos, fenômeno amplamente reconhecido pela CEPAL. Entretanto, a crise do comércio exterior é mais profunda do que o deterioro dos termos de troca e são mais profundamente influenciadas pela transferência de serviços financeiros dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos (Caputo e Pizarro, 2022)

capturam a complexidade das relações reais. A teoria é formal em dois sentidos: primeiro, ao utilizar abstrações para deduzir conclusões lógicas; segundo, ao impor suposições normativas que moldam a interpretação dos fenômenos econômicos, sem considerar sua verdadeira natureza. Os autores sugerem que a crítica à teoria ortodoxa deve levar a uma ruptura epistemológica, superando críticas marginais dentro da própria teoria.

Diante de tais limitações, vários pensadores vinculados a uma economia heterodoxa, argumentam que as vantagens comparativas ricardianas são insuficientes para explicar a dinâmica das economias dependentes, especialmente das economias latino-americanas. Em virtude disso, no contexto pós-Segunda Guerra, surge intelectuais que se opuseram a essa visão liberal e defenderam um modelo de desenvolvimento que considerasse as características específicas da América Latina. Em cenários de produção distintos, as vantagens comparativas poderiam favorecer exclusivamente os países ricos. Destaca-se nesse contexto a Teoria Estruturalista, que foi fortalecida com a criação da CEPAL em 1948, onde intelectuais como Raul Prebisch e Celso Furtado fizeram importantes contribuições teóricas sobre o desenvolvimento e as barreiras enfrentadas pelos países latino-americanos. Além disso, durante os anos 1960, surgiu a Teoria Marxista da dependência, com Ruy Mauro Marini sendo seu principal expoente, juntamente com Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e outros. Essas correntes teóricas alternativas proporcionaram uma compreensão mais profunda dos desafios e das condições específicas enfrentadas pelas economias dependentes da América Latina, desafiando as premissas da teoria clássica e liberal.

Bresser-Pereira (2005) destaca que economistas relevantes da CEPAL como Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares, partiram do pressuposto que o desenvolvimento deveria ser um produto de uma estratégia nacional de industrialização, realizando assim, uma crítica à teoria das vantagens comparativas, evidenciando que, ao contrário do que se pressupõe pela lei ou teoria ortodoxa, sua aplicação não possibilitava que os ganhos de produtividades que aconteciam com a industrialização nos países do centro se transformassem em baixa dos preços, beneficiando os países em desenvolvimento. Conforme Moreira (2022), apesar de corpos teóricos distintos, ambas alinham-se na possibilidade de um desenvolvimento nacional e autônomo por parte da América Latina, e isto sem que haja uma ruptura sistêmica a priori. A perspectiva da TMD supunha tais avanços a partir de uma aliança entre trabalhadores e burgueses em defesa de um projeto nacionalista autônomo de revolução burguesa, já os estruturalistas, defendiam o “desenvolvimento” pela burguesia industrial e por políticas desenvolvimentistas de industrialização, guiadas pelo Estado via planejamento estatal.

De acordo com Katz (2020), a TMD foi influenciada pelas concepções da CEPAL que conferiam o retardo da periferia à deterioração dos termos de troca e a heterogeneidade estrutural, com alto desemprego, consumismo das elites e a estagnação na área agrícola. Assim, Marini concordou com vários diagnósticos de Prebisch, todavia, não divide a expectativa de desatar os desequilíbrios com políticas burguesas de modernização. Nesse sentido, buscar-se-á evidenciar neste capítulo essas duas percepções teóricas, suas aproximações e antagonismos. Na próxima seção serão evidenciados os principais elementos analíticos do pensamento cepalino, bem como, algumas críticas proferidas ao modelo desenvolvimentista.

3.2 O SURGIMENTO DA CEPAL, PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES E CRÍTICAS AO MODELO

O pensamento estruturalista originou-se e fortaleceu-se com a criação da CEPAL em 1948, desenvolvendo uma teoria crítica às vantagens comparativas ricardianas, questionando a aplicação desse conceito na análise econômica. É pertinente salientar, que esse pensamento realizou um importante rompimento epistemológico com a ortodoxia econômica, criando as condições de dar passos importantes no aprofundamento da análise das economias latino-americanas (Caputo e Pizarro, 2022). Bielschowsky (2000) destaca, que nos primeiros 50 anos do pensamento cepalino identifica-se quatro traços analíticos comuns ao decênio. O primeiro enfoque refere-se à abordagem histórico estrutural, que se fundamenta na concepção da relação entre países centrais e periféricos. Os outros dois enfoques dizem respeito à análise da inserção internacional e à análise dos fatores estruturais internos que afetam o crescimento econômico, o emprego e a distribuição de renda. Por fim, o plano de análise e das possibilidades de intervenção estatal.

Para Marini (1993), essa teorização, liderada por figuras como Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, teve grande impacto tanto no meio acadêmico quanto político na região. A análise das concepções da CEPAL é indispensável a quem queira conhecer a evolução do pensamento moderno latino-americano. Embora esses intelectuais tenham formação predominantemente Keynesiana, com certo conhecimento em economia política clássica, suas incursões no marxismo foram geralmente consideradas inadequadas. A CEPAL, essencialmente, atua como agência de difusão da teoria do desenvolvimento, surgida nos Estados Unidos e na Europa após a Segunda-Guerra Mundial, buscando responder às desigualdades econômicas internacionais. O conceito de teoria do desenvolvimento foi adotado

pelos países capitalistas centrais para justificar disparidades econômicas e oferecer perspectivas aos novos Estados. Obras importantes desse período incluem aquelas produzidas pela ONU e por autores como Clark, Frankel, Rostow e Lewis.

A CEPAL desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos. Tal traço foi fundamental já em suas origens. Prebisch realizou um diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas do modelo primário exportador *hacia afuera*, ao modelo industrial *hacia adentro*. Para os autores estruturalistas, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma etapa de um processo universal de desenvolvimento, como era, por exemplo, em Rostow – mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares a especificidades de suas experiências, cabendo esperar-se sequência de resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento do centro (Bielschowsky, 2000).

Com base em Marini (1993), a teoria do desenvolvimento busca construir um conceito de desenvolvimento econômico baseado na ideia de desdobramento do aparato produtivo em três setores: primário, secundário e terciário. Países avançados são vistos como aqueles em que esse desdobramento alcançou plena expressão, sendo consideradas em um estágio superior de um continuum evolutivo. O subdesenvolvimento é entendido como uma situação pré-industrial, anterior ao desenvolvimento econômico pleno, com um momento de decolagem (*trade off*) em que a economia reúne as condições para dar início a um processo de desenvolvimento sustentado. A modernização é vista como um aspecto fundamental do desenvolvimento, implicando aproximações aos padrões dos países capitalistas centrais. Isso gera dualidades estruturais e tensionamentos, influenciando de forma preponderante a produção sociológica e antropológica. No aspecto metodológico, desenvolvimento e subdesenvolvimento são vistos como partes da mesma realidade, diferenciadas quantitativamente por indicadores como produto real, renda per capita, alfabetização, expectativa de vida, entre outros.

Na percepção de Bresser-Pereira (2005), o desenvolvimento¹⁰ econômico é um fenômeno histórico que ocorre em países ou estados que passa por uma revolução capitalista. Ele caracteriza-se pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda per capita, acompanhado por um processo sistemático de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser automático

¹⁰ Os dois fatores essenciais para determinar diretamente o desenvolvimento econômico são a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional bruto e a capacidade de incorporação do progresso técnico à produção (BRESSER-PEREIRA, 2005).

devido a incentivos do sistema capitalista. Sendo assim, a acumulação de capital é fundamental para a sobrevivência das empresas em uma economia capitalista, mas as taxas de crescimento econômico são muito diferentes entre países, indicando que a sorte econômica dos estados não está garantida e a decadência relativa, como ocorreu na Argentina durante o século XX ou que tem ocorrido no Brasil desde os anos 1980, sempre existem. O desenvolvimento não pode ser o único objetivo da sociedade. Além de segurança pública, é importante buscar a liberdade, a justiça social e a proteção ambiental. O desenvolvimento econômico, objetivo central dos sistemas capitalistas, deveria ser o foco da economia. Entretanto, os cursos e textos da disciplina dão pouca atenção a esse tema, priorizando o estudo dos mercados e da estabilidade macroeconômica. Economistas neoclássicos, ao matematizar a economia, negligenciam os fatores históricos e institucionais cruciais para o desenvolvimento econômico, concentrando-se na microeconomia e na alocação eficiente de recursos, em detrimento do estudo do processo histórico e das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Como mencionado por Bielschowsky (2000), a maioria dos desenvolvimentistas repelia as políticas de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI) na região, acreditando que elas obstruíam o desenvolvimento econômico em curso, visto como uma transformação histórica estrutural. De acordo com a visão estruturalista a moeda se expande quase sempre passivamente como uma resposta das autoridades monetárias às elevações de preços de origem estrutural sendo, portanto, errado considerá-la a causa da inflação, sendo que a única forma de evitar a inflação seria alterar as condições estruturais que a provocam, e isso deveria ser realizado por meio de um esforço de crescimento contínuo e planejado. Políticas creditícias e fiscais restritivas não apenas fracassaram no tratamento da inflação, mas ainda, ao causar recessão, reforça a tendência inflacionária estruturais, que se explicitam logo que o crescimento é retomado.

Foi em 1949 num texto clássico *O desenvolvimento da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas*, que Prebisch (2000[1949]) trouxe a sua mais importante contribuição intelectual. O autor pondera que cabe a América Latina na divisão internacional do trabalho, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais, salientando que os benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegam na periferia, comparando a população desses grandes países industrializados, e apontando que o sistema centro-periferia se forma historicamente a partir da geração e difusão do progresso técnico, fenômeno que molda o sistema capitalista no mundo. Por isso, defende que o único jeito para que esses países possam captar uma parte do fruto do progresso técnico, é se industrializando. O argentino reflete que para isso, precisa-se de uma importação considerável de bens de capital

e exportar produtos primários para consegui-la, e defende crescer às custas do comércio exterior, sabendo extrair os elementos propulsores do desenvolvimento econômico, sustentando que a exportação primária¹¹ não precisa necessariamente ser sacrificada. Prebisch (2000) trás a problemática da deterioração dos termos de troca a partir de uma análise de dados, onde percebeu que os índices de preços moveram-se constantemente contra a produção primária. A consequência é que a maior produtividade não ocorre com a redução dos preços. Enquanto o centro preserva integralmente o fruto do progresso técnico de suas indústrias, os países periféricos transferiam para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico¹².

Furtado (2005) expõe em *Formação Econômica do Brasil*, que, em seu texto clássico de 1949, Prebisch estabeleceu o cerne de uma teoria dinâmica das relações internacionais, realizando uma crítica à teoria predominante da balança de pagamentos. Essa teoria era estática e apenas registrava as perturbações sem analisar as mudanças estruturais. Prebisch apontou as transformações significativas na economia mundial quando os Estados Unidos tornaram-se o centro principal, alterando o padrão de reação às flutuações cíclicas e tornando-se menos favorável às economias periféricas.

Furtado (2005) explica que Prebisch desenvolveu a ideia “centro-periferia” como resultado de suas reflexões sobre flutuações cíclicas na esfera internacional, observando que os ciclos econômicos têm origem nos países industrializados, propagando-se globalmente. Ele percebeu que o sistema de divisão internacional do trabalho priorizava os interesses dos países industrializados, ligando os produtores de matérias-primas a esse centro devido aos seus recursos naturais, formando assim uma periferia heterogênea.

Conforme pode ser verificado na obra de Celso Furtado (2005), a deterioração dos termos de troca já era perceptível na análise sobre a crise nas economias dependentes, como a brasileira do século XIX. As diferenças em relação às economias industrializadas, evidenciava que essa crise começa com a queda no valor das exportações, resultando em um desequilíbrio na balança de pagamentos. A situação é agravada pela piora na relação de preços do intercâmbio entre produtos primários e manufaturados. Furtado (2005) critica a mentalidade que

¹¹ Conforme menciona, é visível que o progresso técnico se concentra principalmente nos centros industrializados, sem serem transpostos para os países que compõe a periferia do sistema econômico mundial. O aumento da produtividade dos países industrializados estimula a demanda por bens primários, desse modo, representa um elemento dinâmico importante no crescimento da América Latina (PREBISCH, 2000).

¹² O progresso técnico chega na periferia de modo lento e desigual. Lento, pois no período que transcorre a revolução Industrial até a Primeira Guerra Mundial, só abrange uma proporção reduzida da população mundial. Irregular, pois só penetra nos reduzidos setores onde são necessários produzir matéria-prima e alimentos para os países centrais com baixo custo para eles. O sistema centro e periferia, funciona para satisfazer as necessidades e interesses dos centros industriais, onde o progresso técnico se originou e se difundiu com rapidez (PREBISCH, 2000).

interpretava os problemas econômicos do Brasil por meio de uma visão europeia, sem considerar as particularidades brasileiras.

A CEPAL também incorpora ao seu arcabouço teórico o conceito de heterogeneidade estrutural. Dvoskin (2005) aponta que em meados dos anos 1960, a heterogeneidade estrutural começou a surgir como um conceito em campos acadêmicos, em especial da CEPAL, sendo incorporada a agenda de políticas públicas em vários países latino-americanos. Isso levou a uma mudança na forma de abordar o desenvolvimento, reconhecendo a diversidade das estruturas econômicas e a necessidade de políticas que considerem essa heterogeneidade.

Bielschowsky (2000) ressalta que a ação estatal e apoio ao processo de desenvolvimento aparece no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de problemas estruturais da produção, emprego e distribuição de renda nas condições específicas da periferia subdesenvolvida. Nos anos 1950, o conceito-chave para garantir coerência e sistematicidade às proposições de política foi o de planejamento ou programação¹³. O principal autor da parte conceitual desses documentos sobre programação foi Celso Furtado. Iniciava-se assim uma tradição que seria difundida por Jorge Ahumada, Pedro Vocscovic e outros economistas que no início dos anos 1960 ajudaram a Raul Prebisch a criar no âmbito da CEPAL o instituto latino-americano de planejamento econômico (ILPES), o que viria a ter papel central na influência exitosa desse órgão na formação de quadros técnicos governamentais em toda a América Latina.

Para superar a “dependência externa” e o subdesenvolvimento, os desenvolvimentistas propõem uma política de industrialização, através da substituição de importações, transformando o “desenvolvimento voltado para fora” em “desenvolvimento voltado para dentro”. Assim, a industrialização se torna o motor central do desenvolvimento latino-americano, com a demanda interna adquirindo uma dimensão essencial, em contraposição à demanda externa. O comércio exterior, embora continue importante, assume um papel complementar no processo de industrialização, requerendo tecnologia importada dos centros industrializados. Além disso, propõe-se uma política de integração regional como instrumento indispensável para transformar a realidade econômica, facilitando o intercâmbio de produtos manufaturados e a diversificação das exportações da região (Caputo e Pizarro, 2022). O responsável pela dinamização desse processo deveria ser o Estado.

O responsável por dinamizar a economia a partir dessa industrialização planejada deveria, segundo a Cepal, ser o Estado, executor direto do desenvolvimento que se

¹³ A programação consistia na etapa lógica que seguia ao reconhecimento dos problemas do desenvolvimento, vale dizer da necessidade de conferir racionalidade ao processo espontâneo de industrialização em curso (BIELSCHOWSKY, 2000).

pretende proporcionar. Assim, a Cepal, com seu receituário explicativo, não só argumentava sobre as relações desiguais, mas também propunha políticas planejadas para que as economias da América Latina alcançassem um outro processo de desenvolvimento no cenário internacional (Traspadini e Stedile, 2022, p. 39)

Tavares (2010 [1972]) destaca a ênfase comum dada ao peso significativo do setor externo nas economias primário-exportadoras, considerando as exportações como variável exógena fundamental para geração de parcela relevante da Renda Nacional e o crescimento econômico, enquanto as importações são vistas como fonte flexível de suprimento para atender à demanda interna. A autora argumenta que, ao avaliar a importância quantitativa dessas componentes, torna-se necessário contrastar o papel do setor externo em economias periféricas com o histórico papel desempenhado nas economias centrais. No contexto do desenvolvimento da Europa, o setor externo era preponderante, cumprindo as mesmas funções, todavia, Tavares (2010) destaca diferenças¹⁴ qualitativas substanciais na atuação deste setor entre economias periféricas e centrais.

3.2.1 Críticas ao modelo desenvolvimentista

O desenvolvimento do pensamento estruturalista, marcado pela criação da CEPAL, em 1948, foi um marco histórico da teoria econômica do comércio internacional, evidenciado por um importante rompimento epistemológico com a teoria ortodoxa tradicional. Todavia, surgiram robustas críticas a seus pressupostos, em especial de intelectuais vinculados ao marxismo. Caputo e Pizarro (2022) criticam o desenvolvimentismo, argumentando que falte compreender mais profundamente a realidade latino-americana, e ressaltam que a teoria ortodoxa do comércio internacional, desenvolvida nos centros capitalistas, trata as relações econômicas de forma homogênea, ignorando particularidades dos países subdesenvolvidos; e que, embora o desenvolvimentismo busque adotar a perspectiva desses países, ele ainda se apoia em pressupostos ortodoxos e keynesianos inadequados.

Ruy Mauro Marini (1993) aborda de forma crítica a metodologia descritiva da teoria do desenvolvimento, apontando que ele tende a ser tautológica ao afirmar que a economia é subdesenvolvida porque apresenta determinados indicadores e vice-versa. A análise circular não oferece percepção causa e efeito. A CEPAL surge a partir da teoria do desenvolvimento, com influência dos Estados Unidos que promovem iniciativas ideológicas no pós-guerra. Ao

¹⁴ Nas economias centrais, as exportações eram importantes, mas não exclusivamente responsáveis pelo crescimento, pois havia uma variável endógena significativa: o investimento autônomo acompanhado de inovações tecnológicas. Essa combinação permitia a exploração do mercado exterior junto com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna (TAVARES, 2010).

iniciar seus trabalhos em 1948, em Santiago do Chile, não apenas cumpre a missão de elaborar e difundir a teoria do desenvolvimento, mas também cria uma ideologia própria adaptada às especificidades latino-americanas. Tais especificidades incluem uma longa história de capitalismo, complexas estruturas de classe e Estados nacionais consolidados. A industrialização transformou a aliança de classe, integrando a burguesia industrial ao poder. Assim, a CEPAL nasce ligada à realidade interna latino-americana, e expressa as contradições de classe, especialmente as interburguesas. Instrumentalizada pela burguesia industrial, a CEPAL introduz mudanças na teoria do desenvolvimento, contribuindo com sua própria visão original ao desenvolvimentismo da América Latina.

De acordo com Prado (2015), a hegemonia da ideologia do desenvolvimento no pensamento econômico brasileiro é um tema central no debate econômico do país. O autor analisa o discurso de Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949, como um marco na criação e difusão do horizonte utópico do desenvolvimento. Truman introduz o termo “áreas subdesenvolvidas” como parte de sua política internacional anticomunista, estabelecendo uma nova dualidade entre desenvolvimento e subdesenvolvimento. O conceito “subdesenvolvimento”, articulado pela primeira vez nesse discurso, reflete uma redefinição ideológica sob a hegemonia dos EUA, reconfigurando elementos como o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo. A América Latina, especialmente o Brasil, tornou-se receptiva à ideologia do desenvolvimento, influenciada pela CEPAL, e aborda a literatura sobre os postulados cepalinos e a controvérsia do subdesenvolvimento, destacando que, apesar da nova abordagem sobre o “porquê” do subdesenvolvimento, a questão central permanecia no “como se desenvolver”. A ideologia sugeria que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos dependia da correção dos desequilíbrios no comércio internacional, implicando na necessidade de industrialização, através da intervenção estatal e de políticas de substituição de importações. O Estado era visto como uma entidade racional e acima da sociedade, sem considerar interesses específicos que moldavam a ação histórica.

Marini (1993) pondera que, embora a CEPAL tenha compreendido corretamente o fenômeno de deterioração dos termos de troca, interpretou mal a situação. A teoria cepalina, ao adotar o esquema centro-periferia e analisar as relações entre as economias nacionais e o mercado mundial, vai além da teoria do desenvolvimento. Essa abordagem dá às suas teses uma validade de princípio similar à teoria marxista do imperialismo. A CEPAL não via o desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente distintos, mas como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação de capital.

Isso implicava que, com políticas corretivas no comércio internacional e uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento pleno e superar sua dependência. Caputo e Pizarro (2022), argumentam que a importância da deterioração dos termos de troca é superestimada pelo desenvolvimentismo, salientando que as relações comerciais entre países dominantes e dependentes devem ser analisadas a partir de uma perspectiva distinta, reconhecendo que essas relações são uma manifestação da estrutura do comércio no sistema capitalista, que facilita a monopolização dos mercados pelas grandes potências, determinando preços e condições de transporte e seguro dos produtos.

No mesmo sentido, Traspadini e Amaral (2022) argumentam que Prebisch identificou a insuficiência das Vantagens Comparativas, observando que a especialização em produtos primários resultava na deterioração dos termos de troca. Embora a CEPAL tenha proposto uma política de industrialização via substituição de importações para superar o subdesenvolvimento, o modelo revelou-se falho por manter a dependência de importações de bens de capital e não considerar adequadamente o impacto dos investimentos estrangeiros e atraso tecnológico. A crítica aprofundada à abordagem cepalina veio da Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹⁵, que enfatizou a interdependência entre capitalismo, imperialismo e dependência.

Caputo e Pizarro (2022) examinam o conceito de dependência no pensamento desenvolvimentista e suas implicações para a compreensão da realidade econômico-social da América Latina, enfatizando que, para os desenvolvimentistas, a dependência é vista principalmente como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, manifestando-se, principalmente, nos problemas de comércio exterior. Essa visão limita-se a identificar causas externas que dificultam o desenvolvimento, referindo-se à “dependência externa”. Por outro lado, Caputo e Pizarro (2022) defendem que a dependência deve ser compreendida em um contexto mais amplo, relacionado ao desenvolvimento do sistema capitalista e às relações econômicas internacionais que ele gera. Os autores sustentam que há uma impossibilidade de desenvolvimento dos países latino-americanos dentro do sistema capitalista. Prado (2015) aponta que a ideia de desenvolvimento como um horizonte utópico é uma ideologia eficaz, presente tanto no discurso político quanto no intelectual e empresarial, e que essa ideologia “deshistoriciza” o conceito de desenvolvimento, naturalizando relações de dominação e exploração.

¹⁵ A TMD, liderada por pensadores como Ruy Mauro Marini, refutou a visão desenvolvimentista da CEPAL, destacando a necessidade de uma compreensão mais crítica e objetiva do conceito de desenvolvimento e da relação entre capitalismo e imperialismo. A TMD também se posicionou contra as propostas reformistas que surgiam dentro da própria esquerda, promovendo uma análise mais rigorosa e integrada da dinâmica global (Traspadini e Amaral, 2022).

Entre meados de 1960 e 1970, a categoria de dependência foi amplamente debatida, em especial depois da Revolução Cubana de 1959. Durante tal período, a dependência externa frequentemente vista como uma causa do subdesenvolvimento associado à pobreza extrema desigualdade e falta de soberania nacional. A CEPAL e o ISEB¹⁶, defendiam a substituição de importações e a ruptura da dependência externa para um desenvolvimento autônomo. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) também via a dependência como fator externo, ligando-a ao imperialismo norte-americano e propondo uma aliança entre proletariado e burguesia nacional contra o imperialismo (Prado, 2015).

Conforme ponderam Traspadini e Stedile (2022) ideólogos da CEPAL não preocupavam-se em “resolver os problemas do capitalismo”, como um processo que tem a dinâmica baseado na exploração do trabalho, apropriação privada da riqueza e renda a partir da concentração e centralização do capital. Esses intelectuais buscavam colocar os países latino-americanos nos “supostos rumos certos” do desenvolvimento capitalista “menos desigual”

A Teoria da Dependência entende o subdesenvolvimento e as relações entre centro e periferia de forma diferente da visão tradicional da CEPAL, propondo que a dependência não é apenas comercial, mas também industrial e tecnológica. A partir dos anos 1950, com o fim da “industrialização espontânea”, multinacionais, principalmente norte-americanas, expandem-se pelo continente latino-americano, investindo em indústrias de transformação, como automotiva, petroquímica e eletrônica, para contornar as altas barreiras tarifárias locais e capturar os consumidores locais. Tal fato resultou em uma “nova dependência”, onde o capital estrangeiro penetra os mercados locais, gerando implicações sociais e políticas. A burguesia nacional, sem condições tecnológicas ou financeiras para a competição, alia-se ou subordina-se às multinacionais (Caputo e Pizarro, 2022).

Traspadini e Amaral (2022) realçam os avanços teóricos desenvolvidos por Ruy Mauro Marini no contexto da teoria da dependência, destacando sua contribuição para a compreensão do papel da América Latina na economia mundial desde a Revolução Industrial, ressaltando que Marini concorda com o diagnóstico da CEPAL sobre as trocas desiguais, mas vai além, analisando relações desiguais a partir do impacto dos investimentos estrangeiros e do endividamento externo na economia dependente, além de aprofundar a análise das transferências de valor da periferia para o centro, destacando o papel do capital financeiro e dos monopólios em consonância com a caracterização do imperialismo feita por Lênin. Nesse

¹⁶ O Instituto Superior Brasileiro (ISEB), criado em 1955, tornou-se fundamental na formulação da “ideologia do desenvolvimento” no Brasil, especialmente durante o governo Juscelino Kubitschek (PRADO, 2015)

sentido, expor-se-á no próximo capítulo os principais elementos da Teoria Marxista da Dependência, fazendo um resgate da sua correlação com a categoria do imperialismo.

Nesse sentido, é pertinente salientar que o debate que gira em torno do comércio internacional e do desenvolvimento evidencia as reflexões teóricas que refletem os contextos históricos e as relações de poder pertinentes ao seu tempo. As formulações inspiradas em Smith (1996) e Ricardo (1996) acabam idealizando um sistema de trocas em equilíbrio e mutuamente benéfico, enquanto as contribuições de intelectuais vinculados a teorias mais heterodoxas, como Prebisch (2000), Furtado (2005) e Marini (1993; 2000), analisam as condições específicas do capitalismo latino-americano e propõem um rompimento com premissas homogêneas, convergindo com uma crítica à ortodoxia que trata o desenvolvimento como um processo universal, baseado em premissas desconectadas dos problemas reais enfrentados pelas economias latino-americanas.

4 IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA

4.1 O DEBATE SOBRE O IMPERIALISMO

O presente capítulo abordará algumas das principais características do imperialismo, trazendo desde as reflexões de Lênin (2012 [1917]) até contribuições mais contemporâneas, refletindo sobre como a expansão do capital transforma as relações econômicas, subordina nações e intensifica as assimetrias estruturais. No contexto latino-americano, debater-se-ão elementos da Teoria Marxista da Dependência, em especial a partir das reflexões de Ruy Mauro Marini (2000), que contribuiu com os conceitos de *trocas desiguais*, *superexploração do trabalho* e *subimperialismo*. Esses conceitos demonstram como o imperialismo vai além da disputa entre grandes potências e como ele penetra nas estruturas produtivas e sociais das economias dependentes.

Para iniciar o debate sobre o imperialismo, é essencial resgatar algumas das contribuições de Lênin (2012), destacando a importância desse intelectual nesse campo, e enfatizando que não é possível compreender as complexidades dessa dinâmica, sem considerar as análises do revolucionário russo. Conforme destaca Fernandes (2020), o Lênin teve a habilidade de conectar as partes ao todo, identificando as principais tendências econômicas, sociais e políticas de um período, fazendo com que a interpretação leninista do imperialismo continue essencial para compreender esse fenômeno, que se tornou ainda mais complexo e maduro na atualidade.

Como sugerido por Lênin (2012), a definição do imperialismo deve incluir cinco traços fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital em monopólios que desempenham um papel decisivo na economia; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial, formando a oligarquia financeira conhecida como "capital financeiro"; 3) a exportação de capitais, que ganha importância significativa em relação à exportação de mercadorias; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que dividem o mundo entre si; e 5) o fim da partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas. Esses aspectos expressam o imperialismo como um estágio avançado e monopolista do capitalismo.

Caputo e Pizarro (2022) discutem a importância da obra de Lênin com o título *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* de 1917, refletindo que o revolucionário russo teve como objetivo principal da obra, oferecer um panorama da economia mundial capitalista no início do século XX, utilizando dados estatísticos e declarações de cientistas burgueses. A teoria leninista do imperialismo é composta de três unidades analíticas: as mudanças nos países

capitalistas desenvolvidos, o desenvolvimento das relações internacionais e o papel do capital financeiro, e as tendências futuras do capitalismo em sua fase imperialista. A obra de Lênin destaca que o capitalismo monopólico, dominado pelo capital financeiro, reproduz a lei do desenvolvimento desigual, onde diferentes países e setores industriais se desenvolvem em ritmos variados. A exportação de capitais é crucial nesse processo, não apenas econômica, mas politicamente, estabelecendo redes internacionais de influência e controle.

Kohan (2022), ao analisar Lênin, destaca seu esforço na continuação da obra de Marx, adotando um ponto de vista radical e estabelecendo uma crítica profunda às derivações ocidentais e colonialistas associadas ao marxismo, mantendo-se fiel ao método dialético de seu mentor. Além disso, Lênin articulou uma reflexão sobre o desenvolvimento desigual das formações econômico-sociais dentro do sistema capitalista, dominado pelo imperialismo, enfatizando a “rede internacional de dependências” operada por grandes monopólios. Lênin introduz o conceito de “dependência”, analisando a relação entre imperialismo econômico e independência política, aplicando-o a países como a Argentina, diferente das antigas colônias e semicolônias, com institucionalidade formal própria, mas substancialmente dependentes. Tal elemento foi explorado posteriormente por Marini (2000 [1973]), que argumenta que a situação colonial e a situação de dependência não são homogêneas, sendo que há uma originalidade em cada uma delas. Enquanto a situação colonial representa um estágio anterior, a situação de dependência é caracterizada por uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. Bambirra e Dos Santos (2022) salientam que a atuação de Lênin demonstra sua capacidade tática, sendo exemplo definitivo para a luta revolucionária contra a dominação burguesa-imperialista e o reformismo. Outra grande contribuição foi entender a relação entre revolução democrática e socialista, superando-a dialeticamente.

Nas palavras de Kohan (2022), após quase meio século de tentativas da socialdemocracia na Europa e do eurocomunismo de suavizar a teoria social crítica, é hora de recuperar as correntes mais radicais da teoria social, como a obra do intelectual Ruy Mauro Marini, que em seu livro *Dialética da Dependência* recuperou a perspectiva internacionalista de Lênin antes da popularização da “Globalização” e da Teoria Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein. Enquanto Lênin focou na análise do polo imperialista do sistema capitalista, Marini explorou o outro polo, estudando as especificidades do capitalismo dependente, suas contradições e os mecanismos de superexploração das classes subalternas pelas burguesias dependentes, conforme será mais bem abordado na próxima seção.

Vale salientar também a contribuição de Rosa Luxemburgo, que conforme Kohan (2022), destacou-se ao criticar o imperialismo e a teoria da reprodução ampliada, enfatizando a

necessidade de um “fora” ao sistema capitalista para a realização de mais-valor. Foi na obra *A Acumulação de Capital* que Luxemburgo (1970 [1913]) aponta que o capitalismo necessita para a sua existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não capitalistas, e não pode alcançar seus fins com formas de produção de economia natural¹⁷. A autora pondera que a acumulação de capital não pode aguardar o crescimento natural da população, e diante disso a única solução para o capital é o uso da violência, que constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico do sistema capitalista. Assim, as formas de produção da economia natural baseiam-se numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. As comunidades camponesas fundamentam sua organização econômica na conexão com a terra, que é o meio de produção mais importante. Nesse sentido, a economia natural apresenta fortes barreiras às necessidades de expansão capitalista. Kohan (2022) menciona a relevância do “fora” colonial para a Teoria Marxista da Dependência, reconhecendo as limitações metodológicas da crítica de Luxemburgo aos esquemas de reprodução de Marx.

Amaral (2012) explora as concepções de Rosa Luxemburgo sobre o imperialismo, destacando sua origem na teoria das crises, desenvolvida a partir de uma crítica aos esquemas de reprodução de Marx. A intelectual polonesa questiona como a mais-valia acumulada pode ser realizada, considerando que os capitalistas não poderiam aumentar sua demanda, enquanto buscam acumular capital, o que sugere a existência de mercados externos ao sistema capitalista para absorver essa mais-valia. Luxemburgo (1970) menciona que a crise do capitalismo decorre da incapacidade dos mercados externos de realizar toda a mais-valia produzida, resultando da contradição entre produtividade ilimitada e a limitada capacidade de expansão do consumo social. Entretanto, Amaral (2012) aponta que Luxemburgo comete alguns equívocos, como subestimar os esquemas de reprodução de Marx e não reconhecer a importância das trocas intersetoriais no processo de acumulação.

Conforme argumenta Virginia Fontes (2010), após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, houve uma redefinição nas formas de acumulação capitalista, sendo caracterizada como uma nova forma de expansão capital-imperialista¹⁸. Essa nova forma gerou uma

¹⁷ Nas economias naturais, o que define a produção são as necessidades domésticas, sendo escassas ou inexistentes as demandas por mercadorias estrangeiras (LUXEMBURGO, 1970).

¹⁸ “Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o

articulação entre capitais de distintas origens nacionais, ainda que permeada por tensões e hierarquias, sob a liderança dos EUA. Para a autora, essa transformação resultou num padrão político bifurcado: internacionalizado e hierárquico para o capital, e fragmentado e desigualitário para o trabalho, que permanece encapsulado nos Estados Nacionais. No caso do Brasil, o capitalismo expandiu-se sem uma revolução burguesa de caráter nacionalista ou democrática, que acabou gerando dúvidas sobre a natureza do capitalismo no país. Entretanto, Fontes (2010) sugere que a expansão capital-imperialista levou a formação de novos polos capital-imperialistas subalternos, como o Brasil, que, embora integrados ao sistema global, continuam a enfrentar antigas contradições, como a ausência de amplo suporte popular e a oposição cultural ao imperialismo, especialmente o norte-americano.

Dos Santos (2011) analisa as crises cíclicas do capitalismo entre 1967 e 1975, identificando três ciclos diferentes. O primeiro (de 1967 a 1971), começa com uma depressão, é interrompido por uma recuperação artificial em 1968 e culmina em uma recessão mais acentuada. O segundo ciclo (entre 1972 e 1973), é marcado por uma breve recuperação especulativa, interrompida pelo embargo petrolífero que agrava a crise. O terceiro ciclo (de 1974 a 1975), é caracterizado por uma depressão generalizada e prolongada, com quedas drásticas nos principais indicadores econômicos, como desemprego e produção industrial. Tais ciclos evidenciam a incapacidade do capitalismo em superar suas contradições sem mudanças profundas. A crise evidenciou os limites do crescimento pós-guerra, intensificou as tensões sociais e políticas globais e desafiou as economias dependentes.

Conforme ponderam Traspadini e Bueno (2014), a partir da década de 1970, a crise do capital intensificou a aliança entre o capital bancário e o industrial, e ao mesmo tempo os deslocou. A oligarquia financeira global adentrou o capital financeiro especulativo, resultando em maior precarização do trabalho e extração de sobretrabalho em escala global. Sendo assim, três processos simultâneos se destacam: a expansão do capital fictício, a integração das áreas antes socialistas como o Leste Europeu e a China, e a disseminação do Toyotismo como modelo de produção, explorando novas estratégias de controle sobre os trabalhadores. Essa nova fase

surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais. À extensão do espaço de movimentação do capital corresponde uma tentativa de bloquear essa historicidade expandida, pelo encapsulamento nacional das massas trabalhadoras, lança praticamente toda a humanidade na socialização do processo produtivo e/ou de circulação de mercadorias, somando às desigualdades precedentes novas modalidades. Mantém o formato representativo-eleitoral, mas reduz a democracia a um modelo censitário-autocrático, similar a assembleias de acionistas, compondo um padrão bifurcado de atuação política, altamente internacionalizado para o capital e fortemente fragmentado para o trabalho” (Fontes, 2010, p. 149).

do capital financeiro monopolista (agora especulativo), é marcada pelo endividamento, miséria e exclusão do mundo do trabalho.

Ao analisar as crises capitalistas nos países dependentes, Dos Santos (2011) salienta duas principais fontes: a oscilação cíclica do setor exportador e a dinâmica interna da acumulação capitalista. A crise do setor de exportação caracteriza-se pela deterioração dos termos de troca, que é resultado do controle monopolista do comércio internacional e da substituição de produtos naturais por sintéticos. Tal situação agrava-se com a dependência estrutural de importação de máquinas e matérias-primas industrializadas, necessárias ao desenvolvimento industrial, mas que geram déficits comerciais crônicos. Tais déficits são ampliados pelas remessas de lucros das empresas transnacionais e pelo endividamento externo crescente, levando a uma crise estrutural no balanço de pagamentos. Ademais, o setor industrial, que fora consolidado nos países dependentes, enfrenta crises que refletem tanto as oscilações globais quanto suas características internas. Mercados internos concentrados, vasto subproletariado, baixa produtividade e dependência de capitais estrangeiros tornam essas economias vulneráveis.

Apresentando uma síntese histórica sobre a inserção do Brasil no sistema capital-imperialista, Fontes (2010) destaca a sua atuação econômica, social e política de maneira subalterna, salientando a necessidade de pesquisas rigorosas sobre o capitalismo contemporâneo, caracterizado pela predominância do capital-monetário¹⁹. O Brasil, integrado de maneira na divisão internacional do trabalho, experimenta o predomínio do capital monetário, em especial após a ditadura militar de 1964, que promoveu a monopolização econômica e a criação de um sistema financeiro concentrado. Crises econômicas como as de 2000 e 2008, intensificaram esse processo, facilitando expropriações massivas em diversos setores sociais, transformando a tragédia humana em lucro (Fontes, 2010).

Fontes (2010) disserta sobre a democracia no contexto das transformações do capital-imperialismo. A democracia, definida como processos eleitorais que envolvem direitos civis, políticos e sociais, mas que excluem a questão do capital, foi uma importante conquista das lutas sociais do século XIX. Entretanto, desde o princípio foi domesticada, em especial sob o regime do capital-imperialismo. A questão democrática continuou a atravessar o século XX e permanece no século XXI como uma aspiração das massas populares. Entretanto, suas

¹⁹ Esse tipo de capital, extremamente concentrado, acaba por intensificar as contradições fundamentais do sistema capitalista e utiliza uma variedade de formas de expropriação para transformar a atividade humana em mercadoria. O capital fictício, articulado com outras formas de capital, provoca a destruição social, ambiental e humana, corroendo as bases da vida social e banalizando atividades corruptas e violentas, como tráfico e corrupção entre as instituições (Fontes 2010).

condições mudaram. Ao invés de uma ampliação internacional do escopo democrático, houve um enrijecimento nos quadros estatais, como na União Europeia. A luta eleitoral foi reafirmada como a única via legítima, embora seja desrespeitada quando contraria os interesses do capital.

A burguesia brasileira, conforme Fontes (2010), aprofunda as contradições ao expandir a produção de *commodities*, típicas de sua subordinação, enquanto tenta se alinhar como o capital-imperialismo, por meio de empresas transnacionais. A autora argumenta que, embora a burguesia tenha mantido seu predomínio após os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, sua dominação consolidou-se em um formato democrático-representativo, ajustando-se às demandas populares, sem romper com a ordem autocrática. As burguesias mantêm suas tradições truculentas e inserem-se no cenário internacional sob a forma de política capital-imperialista, sem qualquer perspectiva de autonomização ou republicanização. A expectativa de uma burguesia nacional no Brasil é, portanto, ilusória, diante das condições históricas e cosmopolitas em que tais burguesias estão inseridas.

4.1.1 A corporação multinacional por Theotonio dos Santos

O imperialismo contemporâneo define-se como uma nova fase do capitalismo, sendo caracterizada pela internacionalização e concentração do grande capital monopolista, materializada nas corporações multinacionais e no fortalecimento das relações entre monopólios e Estados. Tal etapa foi impulsionada pelo crescimento econômico no pós-guerra, sustentada por mecanismos como o sistema de Bretton Woods, o FMI, Banco Mundial e programas como o Plano Marshall, que consolidaram a hegemonia dos EUA. As corporações multinacionais, embora avancem na socialização dos meios de produção, reforçam a contradição do capitalismo ao aprofundar a exploração e o parasitismo imperialista. No contexto global, tais dinâmicas acabam impulsionando a busca por alternativas políticas e econômicas, incluindo o fortalecimento de coalizões populares nos países centrais, que podem fomentar transformações sociais importantes e novos movimentos anticapitalistas (Dos Santos, 2011).

Dos Santos (2011) analisa as multinacionais como uma expressão da internacionalização do capital no capitalismo contemporâneo, e destaca que essas empresas diferenciam-se por centralizarem operações internacionais em suas matrizes, tornando as suas atividades exteriores fundamentais para venda, lucros e estrutura administrativa. O autor faz uma crítica a visão apologética do multinacionalismo, que acaba romantizando sua capacidade de superar os limites nacionais, e ressalta que essas empresas mantem uma base nacional

predominante e refletem a concentração de capital monopolista. O autor salienta que as multinacionais consolidaram-se como agentes dominantes nos setores mais avançados tecnologicamente, e influenciam diretamente as estruturas econômicas globais e locais. Essas corporações refletem as tendências estruturais do capitalismo contemporâneo, como a internacionalização da economia e a interdependência entre monopólio e multinacionalismo, que ampliam o controle a concentração econômica no mercado mundial.

Ao analisar as empresas multinacionais como produtos da internacionalização do capital e elementos centrais do sistema mundial, Dos Santos (2011) salienta que tais corporações introduzem uma mudança qualitativa ao tornarem as atividades externas indispensáveis para a produção, distribuição, lucros e acumulação de capital. As multinacionais configuram-se como células do capitalismo global, e refletem e ampliam as contradições inerentes ao sistema, que combina o desenvolvimento das forças produtivas com barreiras impostas pela propriedade privada. Essas corporações representam uma nova etapa da economia mundial, marcada por integração inter-regional e internacional, mas também por tensões econômicas e sociais decorrente da lógica monopolista e concentradora de capital.

O desenvolvimento das operações internacionais das empresas capitalistas modernas passou por mudanças importantes, desde a expansão exportadora do século XIX até o investimento em setores industriais no pós-guerra, Primeiro, essas empresas agiam como “enclave” nas economias periféricas, com pouca interação local, funcionando como extensões de suas matrizes nos países dominantes e atendendo o mercado mundial com base nas relações de produção atrasadas e exploratórias. A partir das décadas de 1920 e 1930, com o avanço da industrialização em economias dependentes, que resultou em investimentos em plantas de montagem e setores industriais estratégicos, refletindo a adaptação do capital às políticas protecionistas e ao desenvolvimento local, ao mesmo tempo em que buscava preservar seu domínio econômico e expandir suas operações em escala global.

4.2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NA OBRA DE RUY MAURO MARINI

4.2.1 Origem e desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência

O objetivo desta seção visa examinar as principais contribuições de Ruy Mauro Marini, um dos principais intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, com foco nas suas reflexões sobre a superexploração do trabalho, as trocas desiguais e subimperialismo. Essas categorias são fundamentais na compreensão das contradições estruturais inerentes ao capitalismo

dependente na América Latina. Sem a intenção de abarcar todas as nuances e debates que compõe a TMD, o foco estará nesses conceitos centrais, que oferecem ferramentas analíticas essenciais para a interpretação das dinâmicas do sistema capitalista nas economias dependentes. Antes de aprofundar essas categorias, será apresentado, brevemente, o contexto histórico e político no qual surgira a TMD.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi uma ocorrência da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro e Che Guevara, que chegaram ao poder em 1959. O êxito da revolução trouxe fortes abalos ao cenário, e despertou grande expectativa na busca do socialismo latino-americano. Marini (1993) salienta que a teoria da dependência emerge na América Latina como uma corrente de pensamento estruturada, inspirada por uma série de trabalhos entre 1964 e 1967. O contexto político, marcado pela repressão generalizada em todo o continente, proporcionou condições favoráveis para o surgimento e desenvolvimento dessa teoria. Conforme Katz (2020), os teóricos da dependência polemizaram com interpretações de cunho liberal que atribuíam o atraso regional à absorção insuficiente da civilização ocidental ou herança cultural indígena, mestiça e hispano-portuguesa.

Augustin Cueva (1987) oferece uma análise do contexto histórico das influências que contribuíram para a Revolução Cubana, argumentando que esse evento não foi simplesmente um acontecimento isolado, mas, sim, o desdobramento de uma série de experiências e movimentos históricos na América Latina. A Revolução Cubana não ocorreu por geração espontânea, mas foi resultado de diversos fatores que se acumularam ao longo do tempo. O autor expõe que a tomada do poder pelo povo cubano foi um ponto de confluência que buscou unir diferentes correntes políticas e ideológicas em um movimento revolucionário unificado na América Latina. Löwy (2007) discute o impacto da Revolução Cubana na América Latina, destacando a figura de Silvio Frondizi, cujas ideias teóricas e políticas isolaram-no durante os anos 1950, mas que ganharam importância nas décadas de 1960 e 1970, ao estabelecer conexões com grupos revolucionários armados. A Revolução, liderada por Fidel Castro, trouxe mudanças importantes ao proclamar o socialismo em 1961, após derrotar o regime ditatorial de Batista em 1959.

Löwy (2007) também salienta as correntes revolucionárias que surgiram na esteira da Revolução Cubana, como o trotskismo e o maoísmo. O trotskismo consolidou-se em países como o Chile, Peru, Brasil e Bolívia, encontrando-se, em alguns momentos, com os guevaristas. Ardila (2017) realiza uma análise sobre os desdobramentos históricos e geopolíticos do maoísmo na América Latina, e destaca que sua emergência não pode estar dissociada da conjuntura internacional da Guerra Fria, em especial da disputa entre EUA, URSS e China.

Enquanto a URSS adotou uma postura pragmática e crescente intervenção na região (instrumentalizando Cuba e controlando os partidos comunistas locais), a China buscou, inicialmente, estreitar vínculos culturais e ideológicos, apostando em estratégias diplomáticas alternativas, como as viagens culturais, transmissões da Rádio Pequim e publicações como “Pekín Informa”. O autor salienta os conflitos entre tendências maoístas e prosoviéticas, como no caso colombiano entre o MOIR e as FARC, e registra experiências maoístas na América Central, como a formação das Forças Populares de Libertação em El Salvador e o apoio à tendência de Guerra Popular Prolongada no FSLN da Nicarágua. Ao analisar o enfraquecimento do maoísmo na América Latina, Ardila (2017) destaca diversos fatores estruturais e conjunturais, salientando a desintegração da URSS, a restauração do capitalismo na China, o colapso da estratégia foquista e a derrota violenta do Sendero Luminoso no Peru, além da hegemonia neoliberal e da globalização.

Conforme salientam Traspadini e Stedile (2022), Ruy Mauro Marini faz parte de um grupo de intelectuais da década de 1960, entre eles Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra entre outros, que propuseram-se a remar contra a maré dominante do marxismo eurocêntrico da época, e buscaram novas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e exploração capitalista na América Latina. Tal grupo dedicou-se a estudar, para a partir da ciência, gerar uma militância política, orgânica, ativa, que participava das lutas políticas e sociais do país. Tais reflexões confrontavam a hegemonia intelectual da época, sendo de um lado os intelectuais aglutinados ao redor da CEPAL, como Furtado e Ignácio Rangel, que exercem forte influência sobre o governo João Goulart e na academia em geral; e, de outro, a interpretações do marxismo capitaneado pela hegemonia que detinha, na esquerda, o PCB.

A dependência é compreendida como uma relação de subordinação inerente ao território, ao espaço, aos sujeitos e aos países subdesenvolvidos, que perpetua o capitalismo internacional. Tal teoria busca explicar, à luz de Marx, a lógica do domínio do capital internacional sobre as economias da América Latina. A ideia central da tese de Marini é a compreensão de como as empresas transnacionais estabelecidas na região utilizam nossa economia e território como base para expandir-se para outros mercados e submetê-los ao seu controle. Assim, evidencia-se um processo de controle dos mercados e da acumulação territorial a ser dividido com os países hegemônicos (Traspadini e Stedile, 2022).

Em sua análise da dependência latino-americana, Marini (2000) salienta que os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente em duas formas de desvios: 1) A substituição do fato concreto, pelo conceito abstrato, 2) A adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. Traspadini e Stedile (2022) destacam

que um dos equívocos do pensamento marxista foi o dogmatismo, e que este se esteia na ocorrência de uma verdade absoluta. Em contrapeso, a ortodoxia, caminho percorrido por Marini, é centrada no rigor do método em direção de uma boa fundamentação sobre episódios que serão pesquisados. No texto *Dialética da Dependência*, torna—se evidente o método materialista quanto a história latino-americana não sendo esta à parte da história dos países centrais, mas de um elemento integrado e indissociável do sentido da totalidade posto em movimento por determinado grupo com afã de internacionalizar e protagonizar seu modelo.

Em termos econômicos, a TMD destaca a importância do movimento internacional de capitais, especialmente das inversões diretas, bem como da dependência financeira e tecnológica, como mecanismos que promovem uma maior integração da América Latina à economia global. Para a teoria da dependência, o imperialismo não é algo externo à dependência, mas permeia toda a economia e sociedade dependentes, e representa um fato constitutivo de suas estruturas socioeconômicas, conforme fora delineado por Marini (1993). O autor aborda a consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional, destacando os desafios enfrentados no século XX, onde ocorrem as guerras mundiais e a crise de 1929. A economia que emerge desses eventos restabelece a tendência integradora do imperialismo em um nível mais alto, consolidando um centro hegemônico do poder, liderado pelos EUA.

De acordo com Marini (1993), o imperialismo não é algo externo à dependência, mas permeia toda a economia e sociedade dependentes, representando um fator constitutivo das suas estruturas econômicas. A TMD centraliza o debate intelectual latino-americano nos anos 1970 e começa a influenciar os grandes centros de pensamento norte-americanos e europeus. As divergências em seu desenvolvimento estão relacionadas à sua assimilação ao marxismo em sua análise.

Conforme sustentam Osório e Reyes (201), na perspectiva de Marini, as classes dominantes locais são as responsáveis pela dependência e pelas condições desumanas associadas à sua perpetuação, comparáveis à dos capitais imperialistas dentro do sistema global. Marini (2008) menciona que certos setores da burguesia assumem um caráter parasitário em relação ao Estado, implicando que buscam beneficiar-se das políticas estatais sem contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Isso relaciona-se com a incapacidade de a burguesia nacional enfrentar os problemas do desenvolvimento econômico, o que poderia levar a um regime autoritário.

4.2.2 As trocas desiguais e a superexploração do trabalho

Conforme Osório e Reyes (2018), a teoria marxista da dependência constituiu o conceito de “superexploração do trabalho” como categoria central para explicar o capitalismo dependente. Além desta, destaca as “trocas desiguais” como conceito importante para explicar a heterogeneidade estrutural das economias no sistema mundial. Marini (2000) aponta que a troca desigual ocorre quando nações trocam distintos tipos de mercadorias, como por exemplo manufaturas e matérias-primas, e uma delas consegue vender seus produtos a preços superiores ao seu valor. Tal fato resulta em uma situação em que as nações desfavorecidas cedem parte do valor que produzem, enquanto a transferência de valor concentra-se principalmente na nação com maior produtividade. Essa troca desigual leva as nações desfavorecidas não buscarem corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através de uma maior exploração do trabalhador.

Marini (2000) reflete sobre o conceito de deterioração dos termos de troca, desenvolvido por Prebisch (2000 [1949]), problematizando²⁰ que não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas tornaram-se economicamente débeis, é porque são débeis que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas dessa forma, é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderá ser diferente do que realmente é. Teoricamente, o comércio de mercadorias deveria envolver a troca de equivalentes com base no valor determinado pelo trabalho necessário para produzi-las. A ideia que Marini expressa, é que não é somente a qualidade do que se produz que gera o contexto de dependência nas economias latino-americanas, mas a forma com que é produzido através da superexploração dos trabalhadores.

Carcanholo e Saludjian (2014), inspirando-se em Marini (2000 [1973]), destacam três níveis de abstração para explicar o intercâmbio desigual. No primeiro nível, sustentam que capitais com distintas produtividades produzem a mesma mercadoria, vendendo-as por um valor de mercado definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Capitais mais

²⁰ Marini compartilhava a conclusão sobre a deterioração dos termos de troca, entretanto, não compartilhava a interpretação. Explicava a depreciação dos bens primários pela dinâmica objetiva da acumulação em escala internacional. Descrevia como os investimentos externos facilitavam a apropriação de recursos da periferia e atribuía essa exação à subordinação dos países atrasados. No entanto, este correto diagnóstico não esclarecia os mecanismos que desvalorizavam, as matérias primas (KATZ, 2020).

produtivos conseguem apropriar um mais-valor extraordinário, resultando na transferência de mais-valor das economias dependentes para as economias centrais. No segundo nível, a competição entre as esferas de produção permite que os setores mais produtivos vendam as mercadorias a preços superiores ao valor de mercado, também transferindo mais-valor das economias dependentes para as centrais. No terceiro nível de abstração, abordam o monopólio de produção de mercadoria com maior composição orgânica do capital pelos capitais das economias do centro. Tal fato permite que esses capitais mantenham preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, por um período determinado, permitindo a apropriação de um mais-valor efetivo superior à média. Esses três níveis de abstração permitem compreender como acontece a transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, contribuindo para a compreensão dos condicionantes estruturais da dependência econômica.

Conforme Marini (2000) sustenta, o que acontece claramente, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Assim, chega-se ao ponto que não basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de um mais-valor que é gerado mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado, é de fato, um mecanismo que opera em nível da produção interna. Osório e Reyes (2017) salientam que na capacidade de reproduzir essa situação estão os princípios que geram economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Por conseguinte, trata-se de um processo de enorme relevância no campo explicativo das heterogeneidades do sistema mundial capitalista. Por isso, é importante o conceito de troca desigual e sua problematização junto a outros conceitos que explicam a causa do subdesenvolvimento em relação ao desenvolvimento.

Osório (2004) explora a categoria da superexploração como elemento central na reprodução do capitalismo dependente, sustentando que a violação estrutural do valor da força de trabalho é característica das economias periféricas. Embora ausente em *O Capital*²¹ de Marx, essa categoria reflete processos históricos que, embora reconhecidos pelo autor, foram

²¹ Osório (2004) pondera que Marx, ao analisar o capital em geral, partiu do pressuposto de que as mercadorias, incluindo a força de trabalho, são trocadas por seus valores equivalentes. Ele reconheceu, porém, que a redução do salário abaixo da força de trabalho é um método importante no funcionamento do capitalismo, mas foge do escopo de sua análise focada nas leis imanentes do modo de produção capitalista. Esse tema teria sido abordado em níveis mais concretos, como o comércio exterior e o mercado mundial, os quais Marx não chegou a desenvolver em sua totalidade.

deliberadamente excluídos diante do nível de abstração necessário para desvendar a lógica geral do capital. Ao considerar o sistema mundial capitalista, torna-se indispensável diferenciar economias centrais, semiperiféricas e dependentes. Nas economias periféricas, a superexploração não é episódica, mas sim estrutural, configurando-se como o núcleo da acumulação de capital. Essa dinâmica é parte integrante do sistema capitalista mundial, que baseia-se na transferência de valores de regiões periféricas para as centrais. Nas economias dependentes, tal lógica resulta em formas particulares de organização social e de reprodução do capital, marcadas pela desigualdade estrutural que reforça a dependência.

Para Traspadini e Stedile (2022), a superexploração é um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter e perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Assim, enquanto a América Latina produz para satisfazer o mercado mundial e ajustar as perdas ocorridas neste, os países centrais preocupam-se em desenvolver relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto dos seus mercados internos, quanto da sua hegemonia internacional. A superexploração da força de trabalho, acompanhada pelo pagamento de salários menores do que o valor do trabalho, resulta em uma distribuição mais concentrada de renda e riqueza nas economias dependentes, além de intensificar os problemas sociais. Carcanholo e Saludjian (2014) ponderam que a dependência econômica pode ser composta por cinco elementos principais: 1) superexploração da força de trabalho; 2) transferência de valor para economias centrais no comércio internacional; 3) envio de valor para economias centrais através de diversas transações; 4) alta concentração de renda e riqueza; e 5) agravamento dos problemas sociais.

A partir das reflexões teóricas de Marini em *Dialética da Dependência*, Osório (2004) argumenta que a categoria de superexploração oferece um arcabouço explicativo mais robusto. Essa proposta permite integrar processos históricos e econômicos que moldam o capitalismo dependente, articulando suas dinâmicas com as tendências globais do sistema capitalista. Diferente das abordagens fragmentadas das escolas neoclássicas e neoestruturalistas, *Dialética da dependência* propõe um método que reconstrói teoricamente a complexa realidade das economias periféricas. Sendo assim, a obra de Marini reflete a própria radicalidade da realidade latino-americana, oferecendo ferramentas teóricas indispensáveis para a compreensão do subdesenvolvimento enquanto parte intrínseca do sistema capitalista global.

4.2.3 O subimperialismo

Conforme destacam Traspadini e Stédile (2022), o conceito de subimperialismo ajuda a compreender como empresas instaladas no território latino-americano exercem um papel importante na lógica de dominação do imperialismo sobre as economias da região, sobre suas riquezas e sobre os seus mercados. O central é compreender como empresas transnacionais aqui instaladas utilizam-se da economia e do território para ser base de expansão para outros mercados e serem controlados. Sendo assim, a partir do uso do território do país dependente, exercita-se uma lógica de subimperialismo. Essa lógica expõe o critério de controle dos mercados e de acumulação territorial. Katz (2020) ressalta que Marini optou pelo termo subimperialismo para criticar classificações que ignoravam impacto econômico e ignoravam a importância das multinacionais nas economias dependentes intermediárias. Essas economias tinham uma relação complexa com o imperialismo central e combinava submissão com associação e autonomia.

Dos Santos (2011) explora as variantes do desenvolvimento dependente negociado, e destaca o papel do subimperialismo no contexto latino-americano. O subimperialismo descreve uma dinâmica em que potências regionais, como o Brasil, assumem funções homogêneas locais dentro do sistema capitalista internacional, ao mesmo tempo em que permanecem subordinadas aos centros hegemônicos globais. Tal posição intermediária busca intensificar a industrialização e expandir mercados externos, mas não promove uma integração regional igualitária, agravando as contradições internas e externas. O autor expõe que o subimperialismo enfrenta desafios importantes, como a necessidade de criar mercados internos robustos para sustentar a modernização e a incapacidade de resolver problemas estruturais internos sem reformas profundas. Ademais, ele exacerba as desigualdades regionais, impondo custos adicionais aos países subordinados, como preços mais altos para produtos manufaturados e taxas de exploração mais intensas. Apesar da promessa de expansão sub-regional, o subimperialismo gera tensões crescentes com o centro hegemônico e pode, paradoxalmente, minar sua própria estabilidade ao agravar contradições sociais e econômicas.

Ruy Mauro Marini (2008) analisa a política do governo militar de Castelo Branco, bem como sua influência na economia e relações internacionais do Brasil, e aponta que o governo visava acelerar a integração econômica com os Estados Unidos e se posicionar como um centro de expansão do imperialismo no continente latino-americano, criando as condições para um poder militar próprio. Distinto de uma aceitação passiva das decisões estadunidenses, o Brasil buscava ativamente colaborar com a expansão imperialista, assumindo papel central. As

políticas econômicas adotadas pela ditadura militar visavam a contenção de salários e a promoção da integração do capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, por meio de incentivos e remoção de barreiras. A burguesia brasileira, em aliança com a oligarquia latifundiária mercantil, abdicou de reformas agrárias que poderiam ferir o regime de propriedade de terra, limitando-se a criar condições para o desenvolvimento agrícola e a concentração de investimentos. A irracionalidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, que, por sua incapacidade de controlar o processo tecnológico e ampliar o mercado interno, orienta-se para o subimperialismo.

Carcanholo e Saludjian (2014) discutem a integração regional no continente latino-americano, em especial na América do Sul, utilizando-se do conceito de subimperialismo, destacando que o subimperialismo implica um crescimento da composição orgânica do capital, permitindo a reprodução do mecanismo de intercâmbio desigual com parceiros comerciais que apresentam menor produtividade. Isso leva a uma especialização heterogênea na região, com o Brasil exportando produtos industrializados de alta e média tecnologia para o resto da América do Sul, enquanto os países sul-americanos especializam-se na exportação de produtos primários para o Brasil.

Traspadini e Stedile (2022) destacam que a tese do subimperialismo latino-americano atualmente tem uma comprovação histórica difícil de ser negada. Os autores sustentam que, desde a década de 1990, com o avanço das privatizações e da entrega da produção a empresas transnacionais, a América Latina passou por um processo de desmonte da soberania nacional e estatal. O Estado, antes detentor de relativa autonomia produtiva, tornou-se mero gestor dos interesses do capital internacional, operando para estabilizar e rentabilizar a economia em favor dos grandes grupos hegemônicos. Tal movimento aprofunda a subordinação da região à hegemonia dos EUA, configurando uma economia de guerra capitalista na qual Estados da periferia funcionam como espaços supranacionais sob comando das elites transnacionais.

As reflexões de Katz (2020) quanto ao subimperialismo brasileiro apontam que a economia brasileira difere do perfil apresentado por Marini nos anos 1960 e 1970. Nas últimas décadas, reaparece a especialização em exportações básicas, além de um forte retrocesso industrial. Tal regressão coexiste com um crescente endividamento do Estado, sendo que os bancos e o agronegócio recuperam a primazia sobre os industriais no bloco das classes dominantes. O Brasil deixou de ser visto como uma economia industrial que está em ascensão, sendo que os países asiáticos, que tornaram-se as “fábricas do mundo”, assumiram esse papel. O declínio da indústria no Brasil é significativo para uma análise subimperialista nos termos de Marini. O espaço para a implementação de políticas subimperialistas na região é estreito. A

retirada de Dilma por um golpe feito por parlamentares corruptos, juízes e a mídia, acabou substituindo os militares na instrumentação de levantes reacionários.

Conforme análise crítica realizada por Brandão (2019), o conceito de subimperialismo permanece relevante para a compreensão da posição brasileira na América do Sul, em especial a partir do processo de industrialização entre os anos 1930 e 1970, que possibilitou a emergência de uma burguesia nacional com aspirações hegemônicas na região. O autor salienta que o Brasil passou a reproduzir, regionalmente, as formas de dominação que são características do sistema capitalista mundial, atuando como mediador dos interesses do imperialismo, em especial o norte-americano. Tal condição intensifica-se nos anos 1990, com a implementação de políticas neoliberais (privatizações, liberalização comercial e reestruturação produtiva), que aumentam a dependência financeira e desarticulam a autonomia produtiva nacional. No contexto das disputas geopolíticas, o Brasil buscou firmar sua liderança regional por meio de iniciativas como o MERCOSUL, a IIRSA e a UNASUL, utilizando-se do BNDES e da diplomacia regional como instrumentos de projeção subimperialista. Entretanto, tal tentativa hegemônica enfrenta importantes tensões, como a ofensiva estadunidense e a ascensão da China como polo econômico de poder. A presença chinesa na região, evidenciada pela exportação de manufaturas e importação de commodities, reforça um novo padrão de dependência que ameaça as margens de autonomia brasileira. Ainda que o Brasil busque um reposicionamento no cenário da América Latina por meio da exportação de capitais e da liderança de blocos regionais, tal atuação continua sendo condicionada pela dinâmica capitalista global.

Destaca-se que não foi objetivo deste estudo, neste momento, realizar uma análise exaustiva da categoria subimperialismo, mas destacar sua importância na compreensão das transformações econômicas latino-americanas. Para uma análise mais detalhada sobre a atuação subimperialista brasileira no Mercosul e de que forma a perda de industrialização e a presença chinesa compromete tal papel, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre as trocas comerciais com cada país membro do bloco, o que será feito em um próximo trabalho. Contudo, não há dúvidas que pelo fato do Brasil constituir-se como uma potência regional, exercendo papel central nas dinâmicas de poder econômico na região de forma assimétrica, essa relação precisa ser refletida de forma crítica, e a categoria de subimperialismo continua tendo uma importância de destaque.

4.2.4 Dependência e teoria do valor

A teoria do valor de Marx e a teoria do imperialismo de Lenin não são antagônicas, mas complementares. Lenin supera o objetivismo da segunda internacional, que via a história de maneira fatalista e esperava passivamente o colapso do sistema capitalista. O autor sustenta que Lênin resolve o problema entre objetivismo e subjetivismo através de suas teorias sobre crises, situações revolucionárias e hegemonia, articulando dialeticamente as dimensões objetivas e subjetivas do marxismo (Kohan, 2022).

A teoria marxista da dependência sustentou uma explicação do subdesenvolvimento baseada na dinâmica do valor. Com esse fundamento explicou a troca desigual e os ciclos industriais latino-americanos em uma época anterior ao atual predomínio do extrativismo e das maquilas (Katz, 2020).

Osório (2022) discute a interpretação da lei do valor em Marx, incluindo vertentes teóricas dos partidos comunistas e as periféricas do trotskismo. Tais tendências tendem a ver a lei do valor como uma verdade imutável e acusam aqueles que apontam sua violação de não a compreender corretamente. No entanto, para Marx a negatividade – a capacidade de algo se transformar em outra coisa – é essencial para entender as contradições e a historicidade do ser. Osório (2022) argumenta que Marx incorpora essa negatividade ao tratar do valor, sugerindo que a própria lógica do capital gera mecanismos que violam a lei do valor, pois esta não se restringe às trocas de mercadorias, mas define a produção e os intercâmbios em um sistema capitalista focado na maximização do lucro. Além disso, Marx indica que, embora a redução dos salários abaixo do seu valor não faça parte da análise geral do capital, ela é uma das principais causas que contrariam a queda da taxa de lucro. O marxismo deve refletir sobre o capitalismo e suas formas em níveis mais concretos, reconhecendo que o subdesenvolvimento é a negação do desenvolvimento.

Marini (2000) salienta que o determinante da quota de mais-valor não é a produtividade do trabalho em si, mas sim o grau de exploração do trabalho, expondo que a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho para modificar a quota de mais-valor. O mais-valor relativo está ligado à desvalorização dos bens-salário, contribuindo para acumulação capitalista. O mais-valor extraordinário não afeta o grau de exploração do trabalho, apenas a distribuição do mais-valor entre os diversos capitalistas. O aumento da produtividade do trabalho em todas as empresas não resulta necessariamente em um aumento na quota de mais-valor, mas um aumento da produção, sem aumentar o valor dos produtos.

4.2.5 A atualidade da Teoria Marxista da Dependência

Katz (2020) salienta que as mesmas contradições ainda se fazem presentes no atual cenário de declínio industrial, exploração retrógrada dos recursos naturais, fragilidade financeira, e chama atenção para o papel desempenhado pela China na atual conjuntura. O Grande Asiático expande seus investimentos de forma muito rápida, focando-os na captura de recursos naturais. O agronegócio obteve um reforço no sentido de orientar sua produção para fora em detrimento do abastecimento interno. O modelo extrativo para importação reforça as atividades primárias ao invés das atividades industriais. Tal modelo reforça essas economias às flutuações internacionais quanto ao preço das matérias-primas. De acordo com Wimer (2024), a China emerge como uma potência militar em ascensão desde as reformas de 1978, desenvolvendo um exército moderno, incluindo tecnologia espacial, sistema de satélites, mísseis atômicos intercontinentais e porta-aviões. O Grande Asiático representa atualmente o segundo gasto militar do mundo, e seu exército com cerca de 2 milhões de soldados, destaca-se como o maior do mundo. Além disso, a ascensão econômica e militar chinesa gera tensões diversas nas classes dominantes e na liderança da política mundial, com referências políticas e militares chinesas à rivalidade com os EUA em termos de pressão militar, ameaças e incidentes relacionados à soberania.

Como sugerem Traspadini e Stedile (2022), o momento oferece uma particularidade relevante quanto ao capital internacional, sendo que, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, utiliza-se mecanismos mais claros sobre a formação da América Latina, exercida por órgãos Supranacionais como o Banco Mundial, FMI, salientando que a dominação hegemônica de corporações ligadas aos bancos representa a forma com que carteis e trustes controlam o mundo na atualidade. O imperialismo utiliza-se do dólar estadunidense como forma de espoliação. O governo e a economia estadunidense seguem funcionando a partir do abastecimento, superexplorador, dos territórios e recursos nacionais próprios dos países do seu continente e que são roubados pelo colonizador dos séculos XX e XXI ao lado de seus pares mundiais.

Para Katz (2020), o declínio da indústria acaba por diluir as tradicionais melhorias do consumo que geravam as ampliações da produtividade fabril. O esquema fordista de massificação das compras foi estabelecido no passado e acaba por perder as possibilidades de aparição no atual cenário de assistencialismo, com desamparo e precarização do emprego.

Além disso, o modelo de extrativismo de exportação reforça a preeminência de atividades primárias, em detrimento da produção industrial voltada para satisfazer demandas internas. A renda que deriva da propriedade dos recursos naturais é mais relevante do que os lucros derivados do investimento fabril.

A TMD que fora por anos marginalizada diante de estratégias de invisibilização intelectual, volta ao centro do debate por sua capacidade analítica de expressar as contradições estruturais inerentes ao capitalismo dependente. Baseada na Teoria do Valor de Marx, a TMD demonstra as trocas desiguais nas relações econômicas internacionais e a superexploração do trabalho como elementos chave para a compreensão da reprodução das desigualdades na América Latina. Ressalta-se duas dimensões estratégicas da teoria: a teórica, que busca analisar as relações de dependência com base em fundamentações marxista, e a política que propõe estratégias de enfrentamento à dominação do capital. Dentro do contexto do avanço do neoliberalismo dos anos 1990, é pertinente salientar a atualidade da TMD na compreensão dos desafios enfrentados por governos progressistas na América Latina, como Venezuela, Brasil e Bolívia (Traspadini 2013).

Sendo assim, torna-se pertinente destacar a importância do debate sobre imperialismo e dependência no sentido de evidenciar as contradições estruturais inerentes do capitalismo dependente, que são centrais para a compreensão das dinâmicas das economias periféricas do sistema mundial. As categorias como trocas desiguais, superexploração do trabalho e subimperialismo, revelam que o subdesenvolvimento é um elemento intrínseco ao capital, conforme sustenta Osório (2004). As contribuições de Marini (2000), em especial, permitem reforçar a necessidade de reflexão de um horizonte de soberania popular e desenvolvimento, delineando estratégias possíveis para a transformação da sociedade.

5 A ASCENSÃO CHINESA NA ECONOMIA GLOBAL

O presente capítulo busca analisar a ascensão chinesa na economia global e suas implicações para as dinâmicas da economia mundial. Salientar-se-ão as transformações ocorridas a partir do final da década de 1970, e buscar-se-á compreender como o crescimento econômico do Grande asiático reconfigurou a economia mundial, influenciando a organização produtiva e a inserção de distintos países no sistema global. Buscar-se-á refletir como a expansão chinesa relaciona-se com os processos de dependência contemporâneos.

Em 1978, logo após a morte de Mao Zedong (1976), inicia-se um importante movimento de transformações na economia chinesa. De acordo com Souza (2018), a partir desse momento, o país passou por uma transição política e econômica, com líderes como Deng Xiaoping assumindo o poder e implementando reformas importantes. Deng Xiaoping foi um dos principais arquitetos da abertura econômica da China e da política de “Reforma e Abertura” que transformou a economia do país. A administração estatal direta do conjunto da economia recuou de forma expressiva, quando comparada com o período maoísta. O Estado continuou tendo um papel importante na regulação da atividade econômica, entretanto, mudou radicalmente sua finalidade e sua forma de intervenção, com o abandono da planificação econômica baseada em princípios organizacionais coletivistas e de sentido socializante.

De acordo com Medeiros (2013), dentre as reformas lideradas por Deng Xiaoping estão: 1) reformas Econômicas, que incluíram a introdução de um sistema de responsabilidade familiar, a privatização gradual da poupança e a liberalização dos preços. Isso levou a um aumento de eficiência econômica e a abertura do país ao comércio internacional. 2) Reformas Institucionais: O Estado chinês manteve amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada, mas também permitiu a ascensão de novos capitalistas e a concentração de renda em certos setores da sociedade. Isso resultou numa sociedade menos igualitária, com redução dos mecanismos de proteção social. 3) Reformas no Mercado de Trabalho: As reformas também impactaram o mercado de trabalho, criando um dualismo entre distintos segmentos, com trabalhadores urbanos, migrantes permanentes e migrantes temporários. Isso resultou em disparidades na distribuição de renda e acesso aos benefícios sociais.

Souza (2018) destaca o 12º Congresso do PCC²² que ocorreu em 1984, que foi um marco decisivo nas reformas econômicas e políticas do país. Durante o congresso, decidiu-se pela construção de uma “economia mercantil planificada”, sinalizando uma mudança na orientação

²² Partido Comunista Chinês

política do país, na direção de uma maior abertura ao mercado. No 16º Congresso Nacional do PCC, ocorrido em 2002, foi aprovado novos Estatutos do Partido e modificou os critérios de filiação partidária, incluindo a abertura para a admissão de chineses à frente de empresas privadas como proprietários e gerentes. Portanto, as portas do partido foram abertas para o ingresso de capitalistas. Além disso, destaca-se uma nova fase de internacionalização das empresas do país, conhecida como “*Going Global*”²³, conforme apontam Menezes e Bragatti (2020). O principal foco da estratégia visa garantir o acesso aos recursos naturais por meio de aquisição de indústrias de energia e alimentos, impulsionada pela diplomacia de recursos.

A partir de 1978, a China promoveu investimentos estrangeiros e a participação de capital em empresas estatais, introduzindo relações capitalistas sob a retórica do “socialismo com características chinesas”. A abertura para os investimentos estrangeiros reconfigurou a estrutura de poder interna e atraiu capital, permitindo o crescimento de grandes empresas que agora operam internacionalmente, adquirindo empresas e recursos naturais. Destacam-se a Yutong (ônibus); CMC e CNMIG (mineração); CNPC, Sinopec e CNOOC (petróleo); State Grid (eletricidade); Baosteel (aço); China Mobile e ZTE (telecomunicações); CITIC Group (finanças); e COFCO (produtos agrícolas e insumos agropecuários). Além disso, destacam-se algumas empresas transnacionais privadas, como a Legend Holdings (controlada majoritariamente pelo Lenovo Group); Huawei (telecomunicações, informática e produtos eletrônicos); Lifan e Chery (automóveis); e Alibaba Group (comércio eletrônico), entre outras (Wimer e Hellmund, 2020). Romero Wimer (2024) analisa o protagonismo crescente de Empresas Transnacionais (ETN) na economia mundial, destacando a ascensão de companhia chinesas no ranking global. Em 2020, pela primeira vez, as empresas chinesas superaram as norte-americanas em número de representantes na lista de 500 maiores ETN do mundo (124 contra 121 dos EUA), sendo que ambos os países concentram mais de 50% das 500 maiores ETN do mundo. Salienta-se ainda que, nos países dependentes, a presença de ETN aprofunda a perda de autonomia estatal, uma vez que decisões sobre a cadeia de valor global não são tomadas nesses territórios, que passam a ser tratados como espaços substituíveis para a extração de lucros.

Realizando uma análise crítica das reformas econômicas empreendidas pela China nas últimas quatro décadas, destaca-se sua distinção tanto em relação às reformas sociais ligadas ao capitalismo quanto às estratégias reformistas rumo ao socialismo. Apoiando-se nas reflexões de Lenin, Souza (2018) salienta que o processo chinês não orienta-se pela ampliação dos

²³ Tornando-se Global

direitos sociais nem pelo fortalecimento do movimento operário, mas sim pela consolidação do capital dentro de uma economia inicialmente voltada à construção do socialismo. Tal processo demonstra uma dinâmica contraditória: embora o Estado chinês dependa do capital para o desenvolvimento de suas forças produtivas, tal capital mina progressivamente sua autonomia e os ideais socialistas. As reformas chinesas, portanto, são, na essência, reativas e “amigáveis ao mercado”, desprovidas de conteúdo emancipatório, e contribuindo para uma transição regressiva do ponto de vista da classe dominante. Souza (2018) contrapõe o gradualismo das reformas ao princípio marxista da unidade entre teoria e prática, e destaca que a transformação estrutural em favor do capital e da propriedade privada redefiniu a própria formação econômico-social da China. As mudanças graduais, ao se acumularem ao longo de mais de uma geração, provocaram alterações qualitativas na base da economia da China. Além disso, o autor desmonta o mito do gradualismo ao apontar reformas radicais em curto prazo, como a rápida mercantilização da força de trabalho e a privatização acelerada de empresas estatais. As reformas chinesas constituem um processo profundo de transição ao capitalismo, com impactos sistêmicos e regressivos nas relações sociais de produção.

Ao analisar as transformações do sistema bancário da China, Souza (2018) destaca a forma singular com que o Grande Asiático fez a condução desse processo. A partir de 2003, houve uma gradual abertura do setor aos capitais provados e estrangeiros, com a implementação de medidas que aumentaram a atuação dos bancos internacionais no mercado doméstico, inclusive em operações em renminbi, conforme compromissos assumidos com a OMC. A liberalização incluiu a redução de exigências de capital para filiais estrangeiras e a revogação de restrições operacionais. Entre 2004 e 2006, as reformas avançaram com mudanças na estrutura de propriedade dos bancos estatais, possibilitando a entrada de acionistas estrangeiros minoritários em instituições como o Banco da China, Banco de Construção e o Banco Comercial e Industrial da China. Apesar do incremento de presença estrangeira, o setor permaneceu majoritariamente sob o controle estatal, com ativos concentrados em bancos públicos.

De acordo com Almeida (2022), ao adotar o capitalismo monopolista, a China torna-se parte integrante do processo de reconfiguração imperialista global. Esse movimento é uma consequência lógica do desenvolvimento capitalista, conforme descrito por Lênin e outros estudiosos do fenômeno. No contexto das relações da China com a periferia do capitalismo, os países sul-americanos compartilham um padrão geral nas relações, onde a China se posiciona como principal parceiro comercial e exportador de capitais. Todavia, o intercâmbio é desigual, onde a China exporta manufaturados e importa matérias-primas dos países dependentes.

Almeida (2022) reflete que a China não precisa promover “mudanças de regime”, nem usar a força militar para provocar mudanças nos modelos econômicos e relações socioeconômicas nos países, pois os modelos de acumulação existentes são favoráveis à sua penetração econômica, tanto no comércio como na exportação de capitais e na montagem das infraestruturas a serviço de seus interesses.

Por outro lado, outros pesquisadores contestam o caráter imperialista chinês. Harris (2024) por exemplo, analisa o complexo e contraditório papel da China no sistema capitalista, e questiona se o Grande Asiático pode ser considerado como uma potência imperialista. O autor examina as atividades chinesas em diversos aspectos, entre eles a exploração do trabalho, relações da dívida, impactos ambientais e envolvimento militares. Argumenta que a expansão econômica da China, que ocorre em especial através da Iniciativa do Cinturão e Rota, contribui para o desenvolvimento da infraestrutura do Sul Global, gera empregos e promove crescimento econômico. Entretanto, salienta problemas como a degradação ambiental, corrupção e exploração de trabalhadores, especialmente na África e América Latina. Embora os empréstimos²⁴ chineses ofereçam alternativas às medidas de austeridade que são impostas por instituições como o FMI, eles também atendem aos interesses comerciais chineses, com reembolsos garantidos por recursos e influência geopolítica. Harris (2024) salienta que as atividades econômicas chinesas estão conectadas com grandes redes capitalistas transnacionais e beneficiam tanto as elites chinesas quanto as ocidentais. Militarmente, o papel chinês permanece limitado em comparação com potências imperialistas tradicionais, como os EUA, entretanto, autor salienta que embora a China demonstre algumas características de imperialismo, em especial por meio de investimentos globais e práticas trabalhistas, a atuação chinesa não segue o modelo clássico do imperialismo ocidental, combinando elementos de exploração com iniciativas que promovem infraestrutura e crescimento econômico.

Li e Kotz (2021) analisam a economia e o papel do Estado chinês, destacando que, embora o Grande Asiático tenha uma base econômica capitalista, seu Estado mantém independência relativa em relação à classe capitalista, promovendo objetivos de desenvolvimento nacional, avanços tecnológicos e crescimento sustentável. Conforme sustentam, na China, o Partido Comunista Chinês (PCC), que originalmente representava os

²⁴ Os bancos chineses como o Banco de Exportação e Importação da China (CHEXIM) e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), desempenham papéis importantes na concessão de empréstimos, contribuindo para a rede de Segurança Financeira Global. Tais empréstimos frequentemente são garantidos por recursos naturais, beneficiando países do Sul Global ao mitigar riscos cambiais, mas também reproduzem dinâmicas de mercado capitalistas. O Brasil, um dos maiores receptores, obteve US\$ 24,8 bilhões para projetos energéticos entre 2000 e 2022, refletindo o foco da China em infraestrutura de recursos naturais (Harris, 2024).

trabalhadores camponeses, controla o Estado e continua sendo gerido por um grupo de lideranças autossustentável, mesmo após a introdução de capitalistas entre seus membros em 2001. Os objetivos econômicos dessa liderança incluem: (1) promover o desenvolvimento econômico com rápido crescimento e elevação do padrão de vida, (2) avanço tecnológico, (3) Posicionar a China como ator global relevante; e (4) adotar uma economia ambientalmente sustentável. Os autores sustentam que apesar do seu crescente papel no sistema global, a China não se enquadra nas dinâmicas de imperialismo capitalista clássico, sendo sua atuação global mediada por uma combinação única de capitalismo e planejamento estatal.

É pertinente salientar, que embora Harris (2024) e Li e Kotz (2021) contestem o caráter imperialista da China, em suas análises aparecem alguns elementos que indicam em maior ou menor grau essas relações. Harris (2024) por exemplo reconhece que apesar do Estado chinês promover infraestrutura e crescimento econômico no Sul Global, suas práticas envolvem exploração trabalhista e degradação ambiental. Além disso, os empréstimos chineses, embora ofereçam alternativa às medidas de austeridade do FMI, estão frequentemente atrelados a recursos naturais, fortalecendo a influência geopolítica chinesa, refletindo uma dinâmica de dominação econômica e espoliação dos territórios. Li e Kotz (2021) por outro lado, salientam que o PCC mantém um controle estatal independente da classe capitalista, entretanto, o Estado facilita a sua expansão global, utilizando instrumentos econômicos que acabam facilitando o controle de mercados que são estratégicos à China.

O Grande Asiático passou de potência emergente para disputar a liderança mundial com os EUA, manifestando-se em relações de acordo e confrontação econômica e diplomática com o país norte-americano, conforme expressam Wimer e Hellmund (2020). Os autores sustentam que a potência asiática se reafirma em fóruns internacionais a condição de “nação em desenvolvimento”, mesmo que suas características e dimensões socioeconômicas sejam distintas da maioria dos países asiáticos, africanos e latino-americanos. Com o status duplo de potência e país em desenvolvimento, a política de cooperação e assistência militar e financeira envolve uma estratégia de influência, permitindo a reformulação dos traços de subordinação e realinhamento de frações de classes dominantes dos países dependentes. Por outro lado, Katz (2020) problematiza que de fato a presença da China desafia a dominação dos Estados Unidos, entretanto, o país asiático avança com cuidado no terreno da diplomacia. O resultado de tal confronto está indefinido, mas os países latino-americanos continuarão a ser relevantes em qualquer situação.

Rubén Laufer (2024) analisa de forma crítica a atuação global chinesa, destacando que apesar da retórica oficial centrada em “cooperação Sul-Sul” e “desenvolvimento conjunto”, as

práticas de investimento, empréstimo e inserção internacional da China não se diferenciam substancialmente das estratégias adotadas por outras grandes potências capitalistas. Desde a adoção de reformas de abertura nos anos 1980, a elite dirigente da China promoveu uma inserção pragmática na economia global, baseada no princípio de livre-cambismo, da liberalização financeira e da internacionalização de empresas estatais chinesas. A partir dos anos 2000, em especial com a diretriz oficial do “sair para fora”, o Grande Asiático passou a expandir suas atividades econômicas em países do Sul Global, convertendo esses espaços em zonas de influência voltadas a garantia de segurança alimentar, energética e de matérias-primas, mas também como vetores de projeção política. A retórica do “desenvolvimento” adotada por Pequim mascara a estratégia de alinhamento estrutural com economias periféricas, nas quais acaba estabelecendo uma lógica de complementariedade funcional: os países latino-americanos, africanos e asiáticos exportam produtos primários, enquanto a China fornece manufaturas.

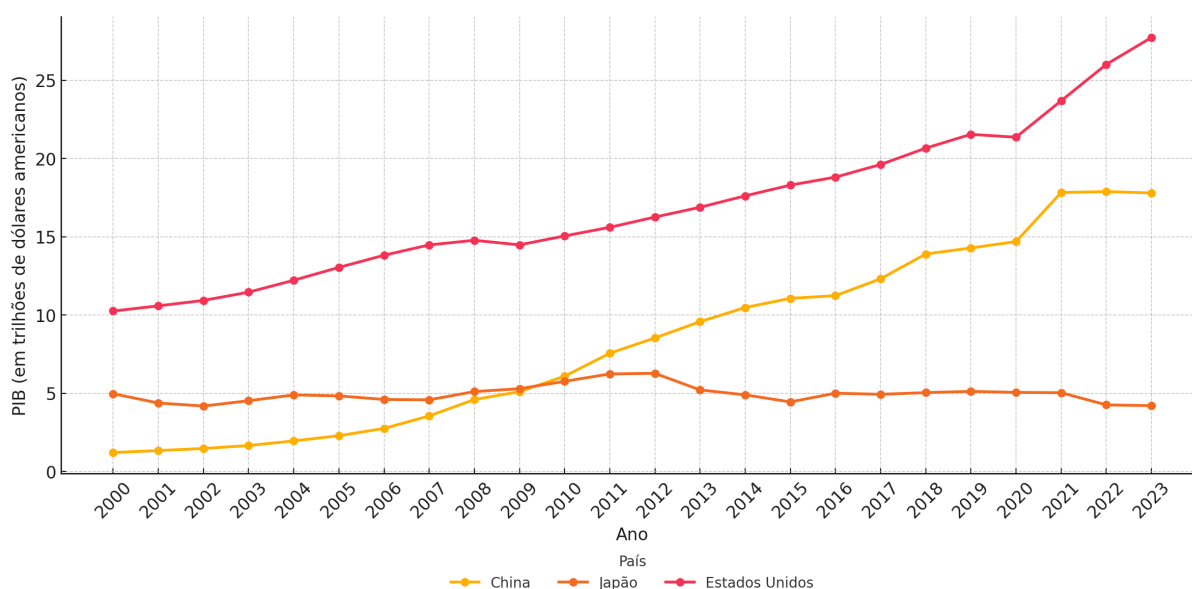
A abordagem da China e da Rússia sobre uma nova ordem multipolar e multilateral é questionada por Almeida (2022), que sugere que, embora haja uma retórica de harmonia e equilíbrio, as ações reais dos países refletem um realismo político. O autor aborda a concepção de harmonia confuciana²⁵ e a visão gramsciana de hegemonia para explicar a busca por uma “sociedade harmônica”, tanto internamente quanto nas relações internacionais. Entretanto, aponta que essa harmonia é mais uma construção ideológica do que uma realidade concreta.

Vale destacar a Iniciativa do Cinturão e Rota na América Latina, no sentido de estabelecer relações de cooperação como parte de um megaprojeto idealizado pelo governo chinês para promover a colaboração em nível global. Esta iniciativa busca fomentar a integração econômica e a conectividade entre China e América Latina, dentro do paradigma “ganha-ganha”, onde busca-se que as relações sejam benéficas para ambas as partes (POVSE, 2021). Todavia, conforme problematiza Almeida (2022), na prática, as empresas chinesas e o Estado chinês são os principais beneficiários, pois as relações são assimétricas e contribuem para o desenvolvimento tecnológico e econômico da China. Por outro lado, as classes dominantes locais e as grandes empresas estrangeiras de países centrais presentes na América do Sul também se beneficiam dessas relações, buscando facilitar seus próprios investimentos e aumentar sua lucratividade.

²⁵ O pensamento de Confúcio é resgatado pelo partido-estado chinês e as implicações políticas, salientando que desde os tempos antigos na China, Confúcio foi aceito pela elite dirigente como um filósofo político que buscava legitimar uma ordem altamente desigual. Entretanto, durante o período maoísta (1949-1976), Confúcio foi criticado e considerado reacionário. Após as reformas de mercado na China, seu ideário foi retomado como referência oficial (Almeida, 2022).

Conforme os dados do Banco Mundial (2024), verifica-se o vertiginoso crescimento chinês que ocorre a partir dos princípios do século XXI, período que coincide com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), evidenciando, de forma clara, a redução de distância com os EUA. Em 2000, o PIB³³ chinês, a preços atuais e correntes, era de US\$ 1,211 trilhão, chegando a US\$ 6,09 trilhões em 2010, ano em que ultrapassou o Japão, tornando-se o segundo PIB do planeta, verificando-se um crescimento de aproximadamente 403% no período. No mesmo período, os EUA também tiveram um crescimento do PIB a preços atuais, mas numa proporção menor, sendo que, em 2000, os EUA atingiram US\$ 10,25 trilhões, enquanto, em 2010, atingiram US\$ 15,05 trilhões, uma ampliação de aproximadamente 47%. Em 2022, a China alcançou o PIB, a preços atuais ou correntes, num total de US\$ 17,96 trilhões, expressando um crescimento de aproximadamente 195% em comparação com o ano de 2010. Enquanto isso, os EUA ampliaram-se para US\$ 25,44 trilhões, expressando uma ampliação de aproximadamente 69%. Esses dados corroboram o que Wimer e Hellmund (2020) já haviam salientado em sua análise sobre o crescimento chinês

Gráfico 01: Estados Unidos, China e Japão: PIB a preços atuais ou correntes em trilhões de US\$. Anos 2000-2023



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2024)

De acordo com Wimer (2024), a relativa perda de poder dos EUA e a ascensão da China é caracterizada por um cenário de transição hegemônica, salientando que ainda não está claro se os EUA recuperarão sua superioridade ou se o Grande Asiático assumirá um maior

protagonismo. O autor pondera que a crise capitalista, agravada pela crise financeira de 2007-2008, adiciona incerteza. O capital tenta resolver as crises explorando a força de trabalhos e competindo por recursos baratos, intensificando os antagonismos de classe, além de conflitos militares. Wimer (2024) reforça que a interdependência econômica limita a escalada militar, sendo um contexto diferente do que foram as rivalidades da Guerra Fria e Guerras Mundiais. A China possui 30% dos títulos do tesouro dos EUA e é seu principal parceiro comercial e investidor, enquanto os EUA têm investimentos importantes na China.

Wimer e Hellmund (2020), destacam o fato da China, em 2011, ter ultrapassado os EUA na liderança industrial mundial. O rápido crescimento que representou 15% do valor agregado mundial em 2017, a transformou na locomotiva da economia global e em uma grande demandante de matérias primas. Essa ampliação de demanda por matérias-primas reflete nas relações comerciais do Grande Asiático com a América Latina. Hiratuka et al (2012) expõe que a pauta exportadora América Latina para a China é bastante concentrada, onde a categoria “matérias-primas não comestíveis exceto combustíveis” respondeu em 2009 por 55% das exportações da região. Assim, a análise do comércio entre os países latino-americanos e a China por intensidade tecnológica, demonstra a especialização das duas regiões enquanto as exportações chinesas concentram-se em produtos de alta e média complexidade, as importações que o país faz para a América Latina concentram-se principalmente em commodities primárias.

De acordo com a CEPAL (2023), a China destacou-se como um ator central na economia global em pouco mais de duas décadas. Como a segunda maior economia do mundo, e representando 18% do PIB global em 2022, o país tornou-se o principal exportador do mundo, impulsionando suas exportações de 3,9% em 2000 para notáveis 14,4% em 2022. O comércio entre e América Latina e o Caribe com a China caracteriza-se por uma estrutura interindustrial. Em 2022, 95% das exportações da região eram de matérias primas e manufaturas baseadas em recursos naturais, enquanto as exportações chinesas consistem em 88% das manufaturas de tecnologia baixa, média e alta. Devido a natureza intensiva em matérias-primas, a exportação para a China tem um forte vestígio ambiental.

Hiratuka e Sarti (2017) destacam quatro tendências relevantes para a análise das transformações ocorridas na estrutura produtiva global. A primeira tendência está relacionada à reorganização das estratégias globais de produção das empresas transnacionais (*ETN*), que influenciaram significativamente as possibilidades de desenvolvimento industrial. A segunda trata do surgimento da China como grande fornecedora global de produtos manufaturados, alterando a dinâmica do comércio global e a competitividade. A terceira tendência refere-se à concentração do domínio do conhecimento tecnológico, evidenciando que a concentração desse

conhecimento nas mãos de grandes empresas multinacionais limita a capacidade de empresas de países em desenvolvimento competirem de maneira equitativa. Por fim, a quarta tendência aborda as políticas ativas para a recuperação industrial, mais associadas ao período pós-crise, que reforçam as políticas nacionais voltadas ao incentivo de mudanças tecnológicas e à reestruturação industrial, com o objetivo de recuperar o dinamismo econômico, especialmente nos países centrais.

Conforme ponderam Fernández e Curado (2019a), as mudanças ocorridas no comércio global desde o início do século XXI, com destaque para a entrada da China e o fenômeno da reprimarização das economias latino-americanas, reavivaram os interesses em pesquisas nessa área em âmbito internacional. Carcanholo e Saludjian (2014) consideram que a China tem contribuído para o empobrecimento tecnológico e a reprimarização das economias locais.

A partir dessas reflexões, verifica-se que as reformas econômicas implementadas a partir de 1978 reconfiguraram a estrutura de poder interna da China, atraíram capital e permitiram o crescimento de grandes empresas (Souza, 2018). Ao adotar o capitalismo monopolista, a China tornou-se parte integrante do processo de reconfiguração imperialista, conforme salienta Almeida (2022), embora haja debates que questionam tal caráter, como apontam Harris (2024) e Li e Kotz (2021). O gigante asiático passou de potência emergente a concorrente na disputa pela liderança mundial com os Estados Unidos, manifestando-se tanto em relações de acordo quanto em confrontações econômicas e diplomáticas com o país norte-americano. Embora a China se reafirme em fóruns internacionais como uma “nação em desenvolvimento”, suas características são distintas da maioria dos países latino-americanos, asiáticos e africanos, conforme ponderam Wimer e Hellmund (2020). É pertinente salientar o que fora destacado por Harris (2024) sobre o caráter dos empréstimos chineses, que, embora se apresentem como alternativas às medidas impostas por instituições como o FMI, acabam atendendo, na verdade, aos interesses comerciais chineses. Além disso, as atividades econômicas da China estão vinculadas a grandes redes capitalistas transnacionais, beneficiando tanto as elites chinesas quanto as ocidentais.

6 A EXPANSÃO ECONÔMICA SINO-BRASILEIRA NO SÉCULO XXI E A TENDÊNCIA DE REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Este capítulo buscará analisar o papel do comércio chinês no comércio mundial, em especial a sua crescente influência nas economias latino-americanas, com ênfase no Brasil. A partir da consolidação do Gigante Asiático como principal parceiro da região, buscar-se-á refletir sobre os impactos dessa relação para a estrutura produtiva, o perfil exportador e alguns dos investimentos estratégicos, relacionando suas implicações para a economia do país.

A América Latina experimentou um período de relativa bonança na primeira década do século XXI, diante da valorização de commodities no mercado mundial. As economias da região tiveram a China como principal compradora de suas exportações de produtos primários agroindustriais, metais e hidrocarbonetos. Tal demanda por recursos naturais e energéticos pelo Grande Asiático fortaleceu a posição de caixa dos países durante esse período, contribuindo para a “margem de autonomia” das economias da América do Sul. É possível verificar que há distintas visões de analistas sobre a relação comercial da China e América Latina, sendo que os mais pessimistas destacam que as assimetrias econômicas e a reprimarização da pauta de exportação formam uma dependência, representando uma ameaça às exportações de manufaturados da região, sustentando que haveria uma relação de centro e periferia (Menezes e Bragatti, 2020).

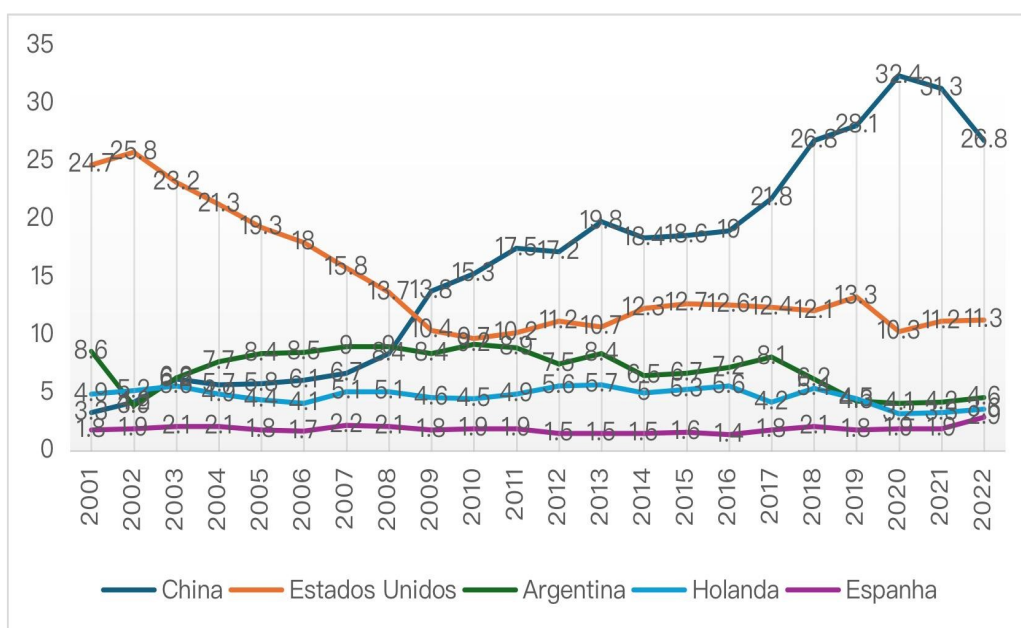
A pauta exportadora do Brasil para a China tem sido historicamente dominada por produtos primários, que representaram 83% do total exportado em 2011 (Hiratuka e Sarti, 2016). A ampliação da busca chinesa por commodities, além de aumentar as quantidades exportadas, também ampliou os preços internacionais desses produtos. Há, nesse sentido, uma enorme diferença entre o perfil da pauta de exportações brasileiras para a China e o perfil da pauta de importações. Por um lado, o Brasil exporta commodities, e por outro, as importações da China incluem uma forte gama de produtos com maior sofisticação tecnológica, situação que gera preocupações sobre a competitividade da indústria local e a necessidade de diversificação produtiva. O padrão exportador do Brasil para a China tem se acentuado ao longo dos anos, em especial após a crise financeira de 2008. Tais elementos indicam uma tendência de maior especialização nas exportações, o que é arriscado em termos de vulnerabilidade a choques de preços e demanda. A política comercial brasileira, que é mais liberal e menos orientada estrategicamente em comparação com a China, pode influenciar o padrão de exportação, limitando as oportunidades de crescer em setores onde haja maior valor agregado (Hiratuka e Sarti, 2016).

Os dados presentes no OEC²⁶ corroboram os argumentos de Hiratuka e Sarti (2016) e em 2022 os produtos primários continuam a dominar essas exportações do Brasil. Conforme consta no OEC (2024), é possível verificar a pauta exportadora brasileira para a China muito restrita a produtos primários. De acordo com os dados de exportação de 2022, verificou-se que 35,4% das exportações para o Grande Asiático são de soja, 20,2% de minério de ferro, 18,6% de petróleo cru, e 8,82% de carne congelada. Somando somente os quatro primeiros produtos, verifica-se uma forte concentração, sendo que estes representam aproximadamente 82% das exportações do Brasil para a China. Por outro lado, verifica-se a pauta de importações do Brasil com o Grande Asiático, observando uma situação oposta, ou seja, uma grande participação de bens de maior intensidade tecnológica como semicondutores (7,09%), pesticidas (4,54%), Equipamentos de radiofusão (3,68%) compostos heterocíclicos de nitrogênio (3,16%), verifica-se, portanto, uma forte assimetria das relações comerciais, onde o Brasil fornece matérias-primas como alimentos, minério de ferro e energia, enquanto importa uma pauta diversificada e com alto índice de intensidade tecnológica, evidenciando as trocas desiguais, discutidas por Marini (2000).

Quando se realiza a análise das relações comerciais da China com o Brasil, é possível verificar a importância que o Grande Asiático passou a ter no mercado externo brasileiro nas últimas duas décadas. Conforme dados da plataforma TradeMAP (2024), e que podem ser observados no gráfico 02, entre 2001 e 2022, as exportações brasileiras passaram por grandes transformações, com destaque a ascensão da China e o declínio dos Estados Unidos como principais destinos. A participação chinesa nas exportações brasileiras cresceu de forma expressiva, de 3,3% em 2001, atingindo um máximo de 32,4% em 2020, recuando para 26,8% em 2022. Tal crescimento reflete a crescente demanda chinesa por matérias primas, como soja, minério de ferro e petróleo, que impulsionaram esses setores primários no Brasil. Por outro lado, os EUA que representavam 24,7% das exportações do Brasil em 2001, viram sua participação cair para 11,3% em 2022. Verifica-se que em 2009, após a crise econômica 2007-2008, a China ganha terreno nas exportações brasileiras de forma mais vertiginosa, superando pela primeira vez os Estados Unidos como principal parceiro comercial brasileiro. Observa-se ainda que a Argentina, um forte parceiro comercial do Brasil, encolheu sua participação de 8,6% 2001 para 4,6% em 2022. Abaixo seguem os principais destinos das exportações brasileiras, ordenados conforme o último ano, com destaque para a China liderando a pauta, seguida de Estados Unidos, Argentina, Holanda e Espanha.

²⁶ Observatório de complexidade econômica.

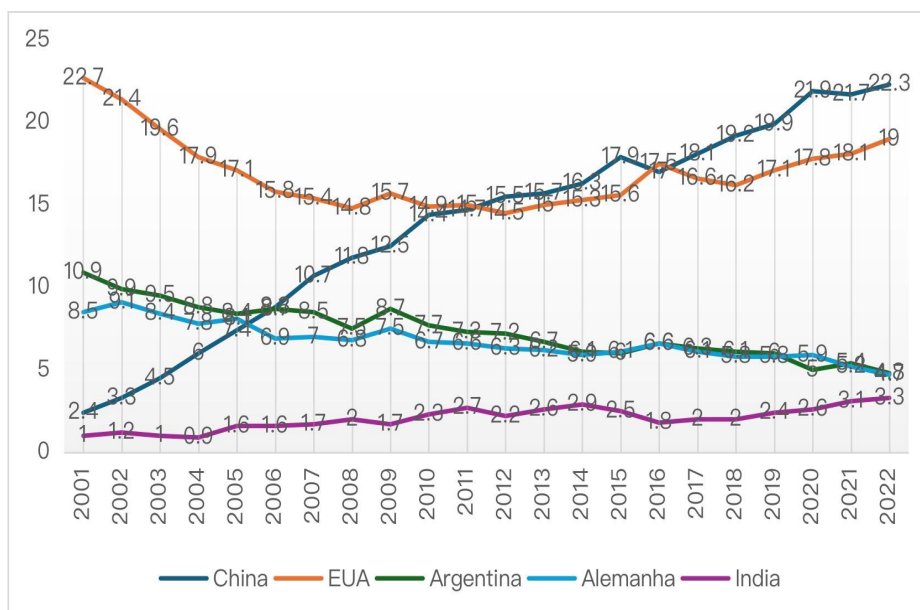
Gráfico 02 – Exportações Brasileiras – 5 principais parceiros em 2022 (em % das exportações)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TradeMAP (2024).

O cenário das importações brasileiras também sofreu fortes alterações em relação aos principais parceiros. De acordo com dados do TradeMAP (2024), no panorama observado em 2001, a China representava apenas 2,4% das importações brasileiras, enquanto os Estados Unidos dominavam com 22,7%. Entretanto, a partir de 2012, a China supera o país norte-americano, ampliando sua participação para 15,5% e, para 17%, em 2016, ano em que os Estados Unidos superam ligeiramente o grande asiático, atingindo 17,5% das importações. Nos anos subsequentes, entretanto, a China volta a liderar o cenário, alcançando seu pico histórico, em 2022, com 22,3%. Verifica-se também que, assim como na pauta exportadora, a Argentina vem perdendo uma participação importante no comércio brasileiro, na pauta importadora. O país vizinho e integrante do Mercosul marcava 10,9% do total das importações em 2001 e vem mantendo quedas subsequentes de participação, atingindo 7,7% em 2010 e 4,8% em 2022. Seguem abaixo os principais parceiros de importação do Brasil, liderados pela China, seguidos de Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Índia.

Gráfico 03 – Importações Brasileiras – 5 principais parceiros em 2022 (em % das importações)



Fonte: elaboração própria a partir de TradeMap (2024)

Conforme dados do Comex Stat (2025), as exportações brasileiras para a China em 2024 somaram US\$ 94,4 bilhões, enquanto as importações provenientes do país totalizaram US\$ 63,6 bilhões, correspondendo a 28% das exportações totais do Brasil e 24,2% das importações. O saldo comercial no período apresentou um superávit de US\$ 30,8 bilhões, reforçando a China como o principal destino das exportações brasileiras.

Sugimoto e Diegues (2022) utilizaram o Coeficiente de Desadensamento da Indústria de Transformação (*CDIT*)²⁷ e o Coeficiente de Participação Relativa no Desadensamento (*CPRD*)²⁸ como ferramentas importantes para medir a influência chinesa na especialização regressiva e na desindustrialização do Brasil. Os autores ressaltaram que a consolidação da China como principal destino das exportações brasileiras parece ter sido um fator determinante para tal especialização. Observou-se, na evolução da balança comercial brasileira, uma trajetória predominantemente superavitária entre 2000 e 2018, decorrente basicamente do desempenho de commodities e produtos intensivos em recursos naturais. Entre os produtos manufaturados, o cenário foi de sucessão de déficits, destacando-se, nesse caso, os setores mais intensivos em escala, especialmente o da indústria automobilística. Os autores refletem que a

²⁷ O CDIT avalia o grau de dependência de insumos e componentes importados pela indústria de transformação brasileira (Sugimoto e Diegues, 2022).

²⁸ O CPRD mensura a participação relativa da China em relação a outros países, como os Estados Unidos, no desadensamento da indústria brasileira (Sugimoto e Diegues, 2022).

ampliação das importações de insumos e componentes manufaturados chineses tem intensificado a desindustrialização brasileira, particularmente nos setores mais intensivos.

Costa, Castilho e Anyul (2017) utilizaram a matriz insumo-produto como ferramenta para analisar a participação de Brasil, China e México nas cadeias globais de valor (*CGV*) entre 1995 e 2011. A partir dessa análise, foram calculados indicadores como o valor adicionado estrangeiro nas exportações e os encadeamentos produtivos, tanto para trás quanto para frente. Esses indicadores permitiram avaliar a complexidade estrutural das economias e o grau de interdependência entre os setores produtivos. Os resultados da análise demonstraram que a China apresentou maior integração nas *CGV*, além de uma complexidade estrutural crescente, enquanto Brasil e México enfrentaram desafios, com redução na complexidade produtiva, especialmente no Brasil no período pós-crise de 2008. O estudo também evidenciou que há uma relação não linear entre a participação nas cadeias globais de valor e a complexidade estrutural. Economias com maior complexidade, como China e Coreia do Sul, conseguem se beneficiar mais dos encadeamentos produtivos, ao contrário de Brasil e México, que apresentaram menor capacidade de gerar vínculos produtivos internos e maior dependência de insumos importados.

Fernández (2014) discorre sobre o papel dos recursos naturais no desenvolvimento econômico e ressalta a tradição estruturalista que considera esses recursos como um empecilho diante da dificuldade de agregar valor e trabalho a eles. A autora argumenta que a constante deterioração dos termos de troca ao longo do século XX é mencionada como um problema decorrente da exportação de matéria-prima e alimentos pelos países periféricos. Entretanto, observa-se que a ascensão da China e de outros países asiáticos como consumidores e produtores no comércio mundial desafia essa tese, levando à necessidade de reavaliar estratégias de inserção externa e competitividade internacional das economias latino-americanas, já que os mercados emergentes – Ásia em Desenvolvimento e Mercosul – passaram a ter um papel central nessa inserção externa, o primeiro dinamizando uma pauta exportadora reprimarizada e o segundo sofisticando-a. Isso é exposto por Fernández (2014) para analisar o caso da Argentina e por Fernández e Curado (2019a) para os casos da Argentina e Brasil.

O Grande Asiático investe fortemente no Brasil desde o ano 2000. Baumann et al (2021), examinando a cooperação entre Brasil e China, identifica a construção de uma infraestrutura como uma das prioridades dessa cooperação bilateral. As empresas chinesas tornaram-se atores na edificação da infraestrutura brasileira, concentrando as operações em portos, eletricidade e transporte. Baumann et al (2022, p 25) apontam dois exemplos:

•Na construção portuária, o China Merchants Group e o China Communications Group estabeleceram importantes plataformas logísticas no sul e no norte do Brasil, a saber, o Porto de Paranaguá e o Porto de São Luís, a fim de aumentar a eficiência

desses portos e facilitar o transporte de mercadorias – principalmente a importação da soja brasileira – e estimular a economia da região Nordeste do Brasil.

•Em eletricidade, a China Three Gorges Corporation e a State Grid Corporation of China vêm operando e expandindo sua influência no Brasil. Ambas entraram no mercado brasileiro por meio da aquisição de participações em empresas brasileiras de eletricidade.

A busca por investimentos no setor de infraestrutura acabou por tornar-se prioridade para o Brasil, como uma estratégia que visa promover o crescimento econômico. Investimentos estrangeiros, em especial os chineses, são atraídos pelo baixo nível de investimento do governo brasileiro (cerca de 2% do PIB) e por políticas que favoreçam a transferência tecnológica. Entre 2010 e 2017, a China investiu mais de US\$ 54 bilhões em infraestrutura no país, sendo 76% centrados no setor de energia. Os setores de construção de engenharia, construção de comunicações, projetos petroquímicos e projetos de construção em geral são os principais projetos contratados de empresas chinesas, sendo que o Brasil é o principal mercado para essas empresas investirem em infraestrutura, entre os países latino-americanos. Nos últimos anos, houve investimentos chineses em projetos importantes, como o “Paranaguá Porto” e o “Porto de São Luís”, Fase I e II da Hidrelétrica de Belo Monte, +800kV UHV DC Transmissão, Projeto da Estação de Processamento de Gás Natural (UPGN), exploração do bloco de petróleo do pré-sal, etc. (Baumann *et al.*, 2022).

Tabela 1 - Maiores destinatários de empréstimos energéticos da China, 2000-2022.

País	Valor (US\$ bilhões)
Rússia	42,80
Brasil	24,8
Angola	24,4
Cazaquistão	16,5
Venezuela	14,0
Paquistão	11,7

Fonte: HARRIS, Jerry. *Is China an imperialist power? Race & Class*, v. 66, n. 2, p. 76, (2024). Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03063968241238600>.

Os investimentos chineses em combustíveis fósseis geram impactos ambientais significativos. Conforme Harris (2024), entre 2006 e 2019, o Grande Asiático financiou 13% das usinas globais a carvão, embora 87% vieram de instituições ocidentais japonesas. Entre 2016 e 2019, o Banco da China e o Banco Industrial e Comercial da China (IBC) ocuparam posições menores no financiamento global, contribuindo com US\$ 83,6 bilhões e US\$ 68,9

bilhões, respectivamente. De 2000 a 2022, os bancos de desenvolvimento chineses forneceram US\$ 225 bilhões em empréstimos energéticos, sendo 73% destinados a combustíveis fósseis, incluindo extração e distribuição. No Brasil, projetos financiados por instituições chinesas incluem iniciativas energéticas que integram estratégias transnacionais, com impactos na biodiversidade e nas comunidades locais, evidenciando tensões entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Wimer (2024) salienta que a dinâmica da exportação de capitais chineses é impulsionada pela competitividade e pela necessidade de recursos, promovendo a criação de laços entre burguesias e interferindo as relações diplomáticas internacionais, evidenciando o papel cada vez mais ativo da diplomacia chinesa nesse processo.

Conforme a versão mais recente sobre Investimento Estrangeiro Direto (IED) da CEPAL (2024), verifica-se que, em 2023, Estados Unidos, Reino Unido e China lideraram os investimentos anunciados para a América Latina e Caribe, somando cerca de US\$ 47,173 bilhões. Os Estados Unidos, embora no topo com US\$ 17,031 bilhões, obtiveram uma queda de 59% em relação a 2022. Os anúncios de investimentos chineses voltaram ao nível de 2019, com um crescimento de 201%, alcançando US\$ 14,377 bilhões. Tal aumento foi impulsionado por novos interesses nos grupos automotivos e de energia, com projetos importantes no México, Brasil e Argentina. Entre os principais investimentos chineses, destaca-se o projeto da *China National Offshore Oil Corporation*²⁹ (CNOOC). Além disso, o estudo aponta que 50% do investimento chinês na região foi para o Brasil.

Percebe-se que, no caso brasileiro, o Grande Asiático acabou se tornando o principal parceiro comercial a partir de 2009, refletindo, assim, sua crescente demanda por *commodities*, como soja, minério de ferro e petróleo, que geraram superávits comerciais para o país. Entretanto, também reforçaram a reprimarização da pauta de exportação, ampliando a vulnerabilidade a choques externos e limitando a diversificação produtiva (Hiratuka e Sarti, 2016; Menezes e Bragatti, 2020; OEC, 2024). Tal relação também intensificou a desindustrialização brasileira, em especial em grupos mais intensivos em escala (Sugimoto e Diegues, 2022). Ao mesmo tempo, o Brasil importa da China produtos de maior valor agregado, evidenciando, assim, a assimetria nas trocas comerciais e na dinâmica centro-periferia. Os investimentos da China no Brasil, em especial nos setores de energia e infraestrutura, contribuem para o crescimento econômico. Entretanto, levantam preocupações ambientais e ampliam a dependência estratégica de um único parceiro comercial (Baumann et al., 2022; Harris, 2024). O cenário reflete sobre a necessidade de o Brasil adotar políticas que reduzam a

²⁹ Corporação Nacional de Petróleo Offshore da China

dependência de *commodities* e fortaleçam a autonomia econômica frente às novas dinâmicas do comércio mundial.

7 OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO COMERCIAL COM O MERCOSUL

O presente capítulo examina os desafios e as possibilidades da integração regional no Mercosul, considerando o contexto das assimetrias econômicas entre seus membros e os impactos das transformações do comércio mundial, em especial diante da presença chinesa. Ao longo do texto, serão refletidas as implicações dessas dinâmicas e a necessidade de estratégias para a integração produtiva e cooperação política.

O Mercosul é composto por países com distintas dimensões econômicas, localizações geográficas e níveis de desenvolvimento, o que gera assimetrias que representam obstáculos significativos para a integração regional. O Brasil, devido à sua escala e diversidade, tem uma influência considerável sobre a Taxa Externa Comum (TEC) do bloco, refletindo seus interesses comerciais e dificultando o estabelecimento de uma união aduaneira plena. A falta de alinhamento entre políticas e instituições dos Estados-membros, que se agrava por essas assimetrias, acaba comprometendo a eficácia da integração regional (Melo e Souza, *et al.* 2010). Bernal-Meza (2008) reflete que a construção da região Mercosul foi fundamentada em elementos³⁰ comuns que foram compartilhados pelos países membros e associados. Mariano *et al.* (2021), destacam a resiliência do bloco ao longo de trinta anos, mesmo que esteja diante de enormes desafios, com menor engajamento, crises políticas e comerciais, e redução da interdependência econômica.

O Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul, refletiu uma visão liberal da integração, minimizando o problema das assimetrias dos membros. Contudo, o bloco, composto por países tão diversos quanto Brasil e Paraguai, evidencia a interdependência assimétrica, tornando o Brasil o responsável por lidar com essas disparidades. Nesse sentido, há uma forte discussão sobre o papel do Brasil no Mercosul, questionando a ideia de que o país deve atuar como “comprador de última instância” ou locomotiva econômica do bloco. Embora essa função implique impulsionar os parceiros através de importações e saldos comerciais negativos, os dados evidenciam uma realidade oposta, onde o Brasil importa menos e apresenta superávits comerciais (Melo e Souza *et al.*, 2010). Conforme Costa (2021), para um esquema de integração autônoma, é necessário adotar uma postura em que os países membros devam ceder mais soberania nacional para construir uma soberania regional mais forte. Brasil e Argentina, por sua

³⁰Proximidade geográfica, vínculos históricos e culturais, valores fundamentais como democracia, desenvolvimento socioeconômico regional, industrialização, crescimento econômico redistributivo, transformação produtiva com equidade (BERNAL-MEZA, 2008)

importância econômica e política, são os principais atores nesse processo. Em uma fase inicial, esses países precisariam oferecer mais do que recebem, com o objetivo de fortalecer a região.

Rocha e Henriques (2023) ressaltam os desafios enfrentados pelo Mercosul em seus anos de existência, destacando os avanços e limitações na integração regional. Dentre os avanços, os autores destacam a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), destinado a financiar projetos de infraestrutura, combate à pobreza, educação e saúde, competitividade empresarial e emprego, além de programas de integração produtiva do Mercosul e do Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, criados em 2008. Entretanto, durante a década de 2010, ampliaram-se as assimetrias entre os países-membros, sendo agravadas pelo baixo crescimento da economia do Brasil, pela crise econômica na Argentina e pelo aumento da presença asiática nos mercados da América do Sul, fatores que reduziram a complementaridade comercial do bloco. Tais condições intensificaram divergências políticas entre os membros, dificultando o consenso sobre o foco estratégico do bloco. Apesar de avanços nos fluxos de comércio, a integração produtiva, um dos objetivos do bloco, foi pouco explorada, revelando, assim, as limitações no aprofundamento da união aduaneira e na consolidação de uma estratégia de desenvolvimento regional integrada.

Severo (2015) chama a atenção para uma reflexão sobre a necessidade de reavaliar as preocupações sobre as assimetrias econômicas na integração da América do Sul e contestar a atribuição de um papel expansionista ao Brasil que, de fato, ele não exerce. Conforme explica, muitas das assimetrias econômicas estão diminuindo, não aumentando, o que contradiz a ideia de expansão brasileira. Em 2014, 75% das exportações brasileiras para a América do Sul eram de manufaturados, mas com baixo valor agregado. Ao mesmo tempo, 60% das importações brasileiras dos países sul-americanos eram produtos primários. Além disso, Severo (2015) pondera a presença de grandes empresas brasileiras em algumas economias sul-americanas, onde os capitais brasileiros não lideram em fluxo ou estoque, indicando que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) do Brasil não prioriza a América do Sul.

Conforme expõe Melo e Soza *et al.* (2010), o Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem)³¹ é um mecanismo importante para mitigar

³¹ O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) foi criado para abordar as assimetrias no bloco, atuando em diversas áreas, conforme explicitado nos regulamentos CMC no 18/05 e no 24/05. A multifuncionalidade do fundo, financiando programas para convergência estrutural, competitividade, coesão social e fortalecimento institucional, é adequada para enfrentar os desafios multifacetados das assimetrias. O Focem

tais disparidade, sugerindo que somente com a redução dessas assimetrias será possível avançar no processo de integração regional. Os dados demonstram que a disparidade de tamanho entre o Brasil e os demais membros persiste, e a falta de estudos é apontada como principal instrumento para combater as assimetrias estruturais, embora sua eficácia seja questionada pela falta de critérios claros na distribuição de benefícios. Os recursos do Focem são de origem pública e não reembolsáveis, provenientes dos países membros, conforme estabelecido nos artigos 6º e 14º do CMC no 18/05.

O processo de seleção e liberação de recursos do Focem segue diversas etapas. Os países-membros interessados devem apresentar seus projetos à Unidade Técnica Nacional (UTN), responsável pela gestão integral dos projetos a serem financiados e pela verificação do cumprimento dos requisitos técnicos. Após a análise, a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM) avalia os projetos com base em critérios de elegibilidade e, se aprovados, os encaminha à Unidade Técnica do Focem. Essa unidade realiza uma nova avaliação técnica e retorna os projetos à CRPM, que, então, os submete ao Grupo de Mercado Comum (GMC). Após a análise e a elaboração de um relatório, o GMC apresenta a decisão final ao Conselho do Mercado Comum (CMC), formado por ministros dos países-membros, para aprovação. Ressalta-se que a decisão final do CMC, por ser tomada por autoridades políticas, pode sofrer influência de interesses políticos na aprovação (Melo e Souza *et al.*, 2010).

É possível perceber que nas duas últimas décadas, o comércio internacional passou por profundas transformações, e acabaram impondo novos desafios à integração regional no âmbito do Mercosul. Mariano *et al.* (2021), apontam que a dificuldade dos estados e das elites em reconhecer a importância do âmbito regional para a promoção de interesses econômicos e políticos. Desde 1985, o Mercosul passou por inúmeras fases, que vão de tentativas de desenvolvimento econômico, até a adoção do regionalismo aberto, alinhado com os regimes liberais internacionais. Com a ascensão de governos com agendas distributivas, os países do bloco buscaram fortalecer um multilateralismo sem recorrer ao protecionismo. Entretanto, a partir de 2016, após o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff e durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, movimentos contrários a integração foram intensificados.

Portanto, o fortalecimento da integração regional não depende apenas da vontade política, mas também de mudanças profundas no sistema internacional e no comércio exterior brasileiro. Essas mudanças afetam não apenas a estrutura econômica e os fluxos comerciais,

adota um conceito de assimetria baseado em tamanho e desigualdade per capita, permitindo a destinação de recursos memo em regiões de países maiores com baixa renda per capita e IDH (MELO E SOUZA, *et al.*, 2010).

mas também os investimentos, a tecnologia e os poderes político, militar e cultural. A partir dos anos 2000, os interesses e as concepções brasileiras de autonomia e universalismo enfrentaram dificuldades crescentes para se harmonizar com o projeto de integração regional (Mariano *et al.*, 2021).

Severgnini e Barrenengoa (2024) analisam o papel do Brasil na integração regional sul-americana, e destacam a importância da política externa brasileira na promoção ou na retração de processos integracionistas, como por exemplo a ampliação do Mercosul e a criação da UNASUL. A trajetória brasileira como potência emergente, com inserção regional e internacional, é contextualizada em ciclos históricos que acabaram por marcar os avanços e retrocessos. A partir de 2016, com a crise política e os governos Temer e Bolsonaro, houve um alinhamento automático com os EUA e a paralisação de projetos de governança regional, enfraquecendo o Mercosul, a CELAC e a UNASUL. Além disso, salientam que a presença da China na região ocorre em paralelo à uma falta de estratégia comum o Mercosul para negociar com o bloco, o que fragmenta os vínculos comerciais e reduz as oportunidades de industrialização. A integração regional deve ser entendida como uma ferramenta estratégica para ampliar a autonomia do bloco, reinterpretando a realidade socioeconômica do Mercosul de forma crítica, integrada, superando análises puramente estatísticas.

O avanço do protagonismo da China desde os anos 2000 contribuiu para um contexto de reprimarização e desindustrialização no Mercosul, reduzindo a autonomia e a soberania dos Estados membros. Paralelamente, setores industriais do Brasil e da Argentina beneficiaram-se do comércio intrarregional para consolidar seus produtos, mas tal dinâmica enfraqueceu-se diante de mudanças políticas em ambos os países a partir de 2015-16, acompanhadas pela desaceleração do comércio intrarregional e pela fragmentação política. A pandemia do COVID-19 salientou as desigualdades regionais e interrompeu processos de integração que já estavam fragilizados, mas o Brasil busca revitalizar a integração diante de um cenário marcado por disputas entre EUA e China. Nesse sentido, é importante ampliar a interdependência comercial e a integração produtiva, evitando que o comércio com a China enfraqueça os vínculos regionais, além de adotar uma estratégia comum para transformar recursos estratégicos em manufaturas e construir uma política de integração com bases materiais e visão conjunta, superando divisões ideológicas (Severgnini e Barrenengoa, 2024).

O impacto do Governo de Jair Bolsonaro sobre o processo de integração sul-americana acabou por intensificar as dinâmicas de desintegração que já estavam em curso. A crise da Unasul, que iniciou-se em 2018 com a suspensão por parte de seis países, demonstra que os problemas na integração regional antecedem o governo de Jair Bolsonaro e tem origem no

período de predominância de governos progressistas. De forma parecida, o comércio intrarregional no Mercosul tem apresentado declínio desde 2011, e contribuiu para as dinâmicas centrífugas, reduzindo o interesse econômico regional. Tendências de flexibilização e abertura, como a proposta de convergência entre Mercosul e a Aliança do Pacífico, a permissão de negociações individuais com terceiros países e a revisão aduaneira, tiveram início durante o regionalismo pós-neoliberal, em especial no governo de Dilma Rousseff, mas que foram aprofundadas no governo Bolsonaro (Frenkel e Azzi, 2021).

Um estudo feito por Rocha e Henriques (2023) realiza uma análise sobre a evolução da complementariedade comercial e os padrões de comércio entre as economias do Mercosul³² entre 1995 e 2018, salientando os desafios enfrentados pelo bloco. Os autores utilizam-se de índices de vantagens comparativas reveladas (VCR)³³, que fora tratada pioneiramente por Bela Balassa (1965)³⁴. Conforme destacam a complementariedade comercial entre Brasil e Argentina foi impactada pela perda de dinamismo da indústria argentina e pela desvalorização do Real no fim dos anos 1990, levando ao aumento das importações argentinas de manufaturados. Após 2003, o comércio bilateral cresceu, mas a complementariedade comercial teve pouca evolução, diante do aumento do comércio global impulsionado pela demanda chinesa por *commodities* e à orientação intrassetorial do comércio bilateral, que pode distorcer índices de complementariedade. Ademais, crises econômicas nos dois países e a concorrência chinesa em manufaturas limitaram a evolução da complementariedade comercial, especialmente no setor da indústria.

Em relação ao Uruguai, Rocha e Henriques (2023) salientam que o país possui um padrão de comércio consolidado, com uma forte especialização na agroindústria, em especial na pecuária, que fornece matéria-prima para boa parte de sua produção industrial. Entretanto, acumulou déficits comerciais persistentes com o Brasil e a Argentina, refletindo uma baixa complementariedade comercial, sobretudo com o Brasil, onde a competitividade agroindustrial brasileira e a concorrência da China dificultam avanços significativos. O Uruguai ampliou sua participação em cadeias produtivas regionais, como as indústrias de papel, celulose, química e automotiva, mas o comércio bilateral com seus vizinhos sofreu com crises econômicas e

³² Conforme Rocha e Henriques (2023), o cálculo não considerou a Venezuela que estava suspensa no período, considerando nesse caso Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

³³ Rocha e Henriques (2023) utilizam o indicador para avaliar a evolução do comércio bilateral no Mercosul com base na complementariedade comercial entre países, considerando diferenças de especialização produtiva. Entretanto, salientam que sua limitação está em não captar diversidades dentro de uma mesma categoria de produtos, impedindo a identificação de processos de divisão do trabalho e especialização em cadeias produtivas específicas.

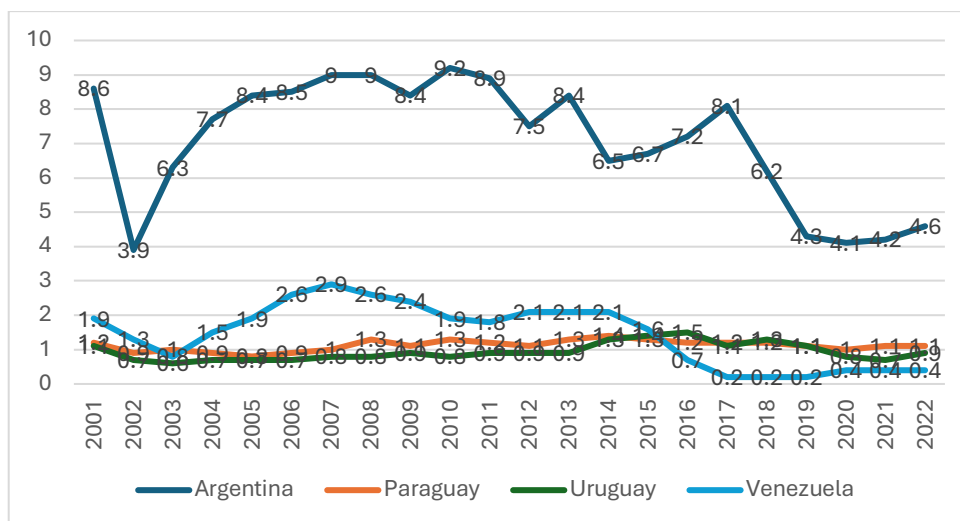
³⁴ Ver mais detalhes em: BALASSA, B. Trade Liberalization and Revealed Comparative Advantage. The Manchester School of Economic and Social Studies, Manchester, v. 33, p. 99-124, 1965.

estagnação entre 2010 e 2020. No caso do Paraguai, o país tem experimentado mudanças em seu padrão de comércio, impulsionado pela expansão do cultivo de soja e pela atração de investimentos brasileiros, que intensificaram o comércio intraindustrial.

De modo Geral, o comércio intrabloco no Mercosul enfrenta desafios estruturais, como o baixo crescimento das economias integrantes e também a intensificação da concorrência asiática, que acaba limitando os avanços na integração. Entretanto, a análise da complementaridade comercial evidencia aspectos importantes, como a especialização produtiva e a necessidade de maior coordenação de políticas econômicas que visem fortalecer a integração regional (Rocha e Henriques, 2023)

Conforme pode ser verificado no gráfico 04 com base nos dados do TradeMap (2024), entre os anos 2001 e 2022, as exportações do Brasil para os países do Mercosul se transformaram. A Argentina, forte parceira brasileira no bloco, perdeu sua participação no total das exportações. No auge, em 2007 e 2008, a participação chegou a 9% das exportações brasileiras. Mas a partir de 2014, começou a descer, e em 2020 estava em 4,1%. Em 2022, deu uma leve subida para 4,6%. O Paraguai sempre teve uma participação bem modesta nas exportações brasileiras, variando entre 0,8% e 1,4%, sem grandes variações. Já a participação uruguaia acabou variando entre 0,6% e 1,5%. A Venezuela, que tornou-se membro pleno do Mercosul em 2012 e permaneceu no bloco até 2017, apresentou uma participação de 2,1% no comércio em 2012, mantendo esse patamar até 2014. Em 2015, a participação caiu para 1,6%, seguido por uma redução significativa para 0,7% em 2016 e apenas 0,2% em 2017, ano em que foi suspensa do Mercosul.

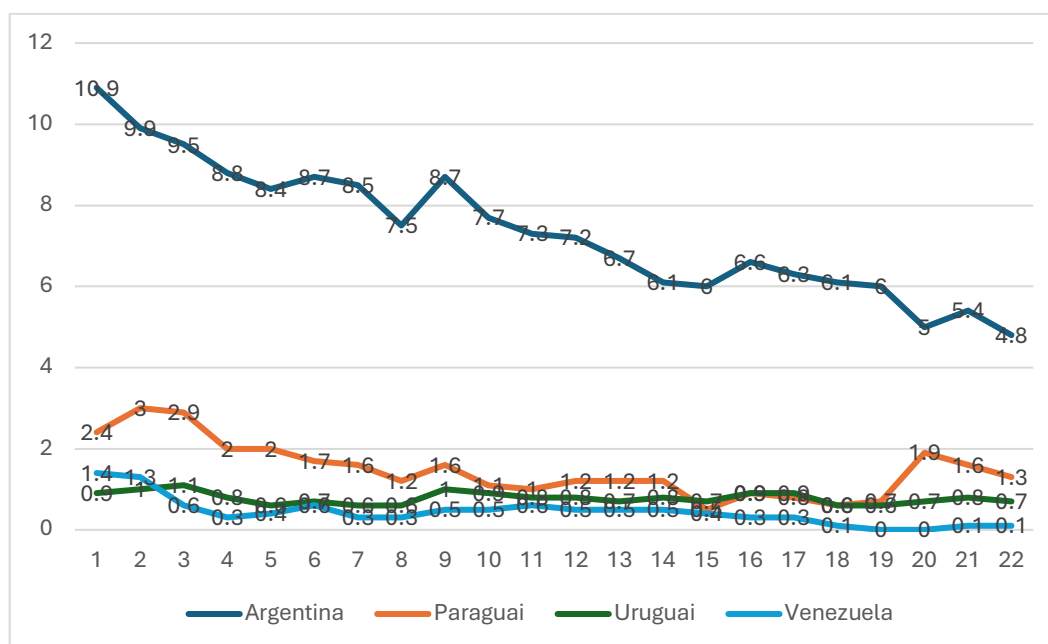
Gráfico 04 – Exportação brasileira para o Mercosul 2001-2022 (em %)



Fonte: Elaboração própria com base em TradeMap (2024)

Analisando o gráfico 05, com dados obtidos no Trade Map (2024), é possível observar que as importações brasileiras com o Mercosul, ocorridas entre os anos de 2001 e 2022, também apresentam uma tendência de forte queda, o que evidencia um processo de desintegração do bloco, o que é preocupante. A Argentina, que começou o século com uma participação forte de 10,9%, teve consecutivas quedas, terminando com apenas 4,8% em 2022. Houve alguns momentos de recuperação; entretanto, a tendência foi de quedas. O Paraguai atingiu o máximo de 3% em 2002. Depois disso, houve uma queda lenta, fechando em 1,3% em 2022. Já o Uruguai manteve uma certa estabilidade, com percentuais baixos, variando entre 0,6% e 1,1%, sem grandes surpresas. A Venezuela apresentou uma participação de 0,5% nas importações brasileiras entre 2012 e 2014, reduzindo para 0,4% em 2015 e 0,3% em 2017. Verifica-se que, tanto nas exportações quanto nas importações, a Argentina tem um peso preponderante no comércio com o Brasil quando comparada a outros membros do bloco.

Gráfico 05 – Importação brasileira do Mercosul 2001 – 2022 (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TradeMap (2024)

De acordo com a CEPAL (2021), a queda das elasticidades de exportação apresenta um desafio para o crescimento econômico sustentável do Mercosul. As taxas de crescimento estão diminuindo à medida que as exportações perdem força. Isso afeta negativamente a atividade econômica interna e amplia a lacuna do Mercosul em relação ao resto do mundo. Embora o aumento recente dos preços internacionais possa trazer alguma recuperação no curto prazo, o

crescimento de longo prazo dependerá, cada vez mais, das flutuações dos preços e da reversão da estagnação nas exportações. Além disso, as dificuldades promovidas pelo Mercosul para promover uma integração exportadora mais eficaz, que possibilite um aumento sustentado das vendas para o exterior, têm impactos não apenas para o setor externo, mas também na atividade econômica interna. Isso também não reflete a importância das exportações no PIB dos países, que, na realidade, é bastante limitada. Apesar de sua contribuição limitada, as exportações exercem uma influência macroeconômica significativa ao fornecer as divisas necessárias para financiar as importações indispensáveis ao crescimento econômico. Assim, a queda ou estagnação das exportações em dólares, seja devido à redução das quantidades exportadas ou aos preços, reduz as taxas de crescimento econômico que são compatíveis com o equilíbrio das transações.

Nesse sentido, e corroborando com a visão de Costa (2021), a legitimidade do Mercosul e uma estratégia de integração mais autônoma dependem da redução das desigualdades econômicas e produtivas entre os membros. É fundamental que os países membros mais influentes (Brasil e Argentina), assumam uma liderança construtiva e que um esquema de funcionamento inclua efetivamente os países membros. A pandemia expôs as fraquezas de uma estratégia de integração que seja baseada em cadeias globais de valor, abrindo oportunidades para uma inserção que seja autônoma e produtiva. Nesse sentido, os países membros, precisam consolidar projetos nacionais sustentáveis e alcançar consensos sobre o projeto regional. Pode-se perceber que a liberalização comercial entre os países não seria uma estratégia que pudesse integrar os países do Mercosul de uma forma harmônica, onde fossem consideradas as suas respectivas características e diferenças. Resolver isso será o desafio do Mercosul do século XXI.

Cabe ressaltar que a integração do Mercosul não deve limitar-se a aspectos econômicos. Cabral, Andrade e Júnior (2013) ressaltam que a inclusão de direitos fundamentais e a promoção da participação da sociedade civil, por meios de mecanismos como o Parlasul e o Mercosul social, são fundamentais para aproximar os cidadãos do processo de integração. As Cúpulas sociais, inspiradas em modelos como o orçamento participativo, são espaços supranacionais de diálogo, e permitem que a sociedade civil possa discutir políticas públicas, incluindo direitos humanos, educação, saúde e diversidade. Tais fóruns consolidam a cultura democrática da integração, valorizando a cidadania ativa e promovendo a transparência no processo decisório.

Stephany Mencato (2019) reflete a expansão do Mercosul para além da integração econômica, incorporando pautas políticas e sociais, onde destacam-se o papel dos direitos

humanos na integração regional do Mercosul. A autora ressalta que tais iniciativas refletem a possibilidade de enfrentamento das desigualdades de gênero e sexualidade como parte de uma agenda estratégica para o desenvolvimento do bloco. A integração profunda exige políticas que promovam uma sociedade inclusiva e igualitária, reafirmando os direitos humanos como elemento central para o fortalecimento do projeto regional. Sendo assim, o fortalecimento do sistema de proteção aos direitos humanos em níveis local, regional e continental é apontado como fundamental para a promoção de uma integração que vá além de processos econômicos, questionando as estruturas patriarcais e desiguais de poder. Torna-se necessário um processo de integração, com enfoque progressivo e sistemático, que faça o enfrentamento às múltiplas violências e promova a igualdade em todas as esferas.

Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre as limitações e desafios do Mercosul, buscando-se evidenciar o impacto das assimetrias econômicas entre os membros, que acabam por limitar a integração produtiva e regional. Iniciativas como o Focem mostram-se relevantes para mitigar as disparidades; entretanto, carecem de critérios mais claros e eficazes. Ademais, a crise econômica brasileira e a crescente influência da China no comércio sul-americano intensificam a dependência regional e a desindustrialização, dificultando-se avanços maiores na complementaridade comercial. No sentido de superarem-se esses desafios, torna-se necessário fortalecer o comércio intrarregional e adotar estratégias integradas de desenvolvimento que promovam maior interdependência produtiva, coesão política e soberania regional, para que assim se possa buscar a integração e responder às transformações do comércio internacional (Melo e Souza et al., 2010; Mariano et al., 2021; Rocha e Henriques, 2023).

8 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DE FAJNZYLBER E MANDENG E O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA

Este capítulo apresenta as ferramentas da Matriz de Competitividade (MC) e do Índice de Comércio Intraindústria (ICII), fundamentais para compreender a estrutura de comércio entre os países. Com base em Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991), serão discutidos os fundamentos da MC, que permite avaliar o posicionamento competitivo de um país a partir da evolução das exportações. Ademais, introduzir-se-á o ICII, que mensura a intensidade das exportações e importações dentro de um mesmo setor produtivo, fornecendo elementos para a análise da integração e da especialização industrial no comércio global.

8.1 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE DE FAJNZYLBER E MANDENG

Uma publicação na revista da CEPAL, realizada por Fajnzylber (1991), intitulada de *Inserción Internacional e Innovación Institucional*³⁵, destaca que, na década de 1990, seria possível prever a convergência de tendências que haviam se desenvolvido nos anos 1980, mas que, provavelmente, teriam algum impacto, interação e relevância política ainda maiores. Conforme problematiza, isso diz respeito à intensificação da competição internacional, com base, cada vez mais, na incorporação e disseminação do progresso técnico em um contexto de valorização econômica e política generalizada da sustentabilidade ambiental. O autor apresenta resultados de um exercício de avaliação e desempenho competitivo dos países da América Latina em comparação com outros países em desenvolvimento e desenvolvidos. A atenção foi focada em países que competem no mercado de importações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante o período de 1978 a 1989. O estudo considerou o grau de detalhamento das categorias determinadas pela classificação padronizada do comércio global.

Nesse contexto, outra importante publicação na revista da CEPAL, dessa vez feita por Mandeng (1991), intitulada de *Competitividad Internacional y Especialización*³⁶, baseou-se na premissa de que as mudanças dinâmicas nas estruturas de mercado desempenham um papel fundamental na determinação dos benefícios gerais da competição. Sendo assim, a capacidade de um país de aproveitar as oportunidades comerciais e sua competitividade são fatores-chave nesse processo. O foco principal está na interação entre competitividade e mudanças na

³⁵ Inserção Internacional e Inovação Institucional

³⁶ Competitividade internacional e especialização

estrutura de mercado, indo além dos fatores tradicionais que explicam as formas de comércio. Para isso, é utilizado um modelo de equação única que descreve a competitividade de um país nos mercados internacionais, levando em consideração a evolução do mercado.

No estudo de Mandeng (1991), o autor utiliza-se dos fluxos totais de importação da OCDE de 1978 a 1989, considerando grupos de classificação para o comércio internacional. Baseou sua análise em um modelo de equação única derivado do APMC (*Análisis de la Participación Constante en el Mercado*)³⁷, simplificando em uma abordagem bidimensional. Conforme argumenta, no método CAN (*Competitive Analysis of Nations*)³⁸ é analisado apenas o crescimento diferencial do produto em relação à evolução do mercado e o efeito residual, chamado competitividade. Mandeng (1993) classifica os grupos da CUCI Revisão 2 em: Recursos Naturais, composto por Agricultura, Energia, Fibras Têxteis, Minerais e Metais; e Manufaturas (Baseadas em Recursos Naturais e Não Baseadas em Recursos Naturais).

Conforme Mandeng (1991), o modelo baseia-se na suposição de que todos os grupos considerados possuem um mercado de estrutura e que nenhum setor tem tanta importância por si só a ponto de determinar a estrutura total das importações. Na equação, a variável "i" representa o produto ou grupo setorial, enquanto "j" refere-se a um país específico. A notação "M" representa as importações da OCDE. Assim, a participação total de um país (S_j), em qualquer momento determinado, corresponde às participações (S_{ij}) e à relevância desse grupo nas importações do mercado (S_i):

$$S_j = \sum_{i=1}^n \frac{M_{ij}M_i}{M_jM} = \sum_{i=1}^n S_{ij} S_i$$

Nesse sentido, Fajnzylber (1991) apresenta os conceitos de “posicionamento” e “eficiência” que podem ser compreendidos no contexto das exportações para a OCDE. O conceito “posicionamento” refere-se à dinâmica relativa de um produto, sendo considerado favorável quando a participação no mercado se amplia e desfavorável quando diminui. A “eficiência”, por sua vez, relaciona-se à participação relativa de um país em uma categoria específica de exportações, sendo classificada como alta quando a participação nas importações da OCDE cresce, e baixa quando diminui. Ou seja, um país está em posição desfavorável ao exportar produtos com baixa dinâmica relativa, demonstrando baixa eficiência, quando sua participação no mercado cai em comparação com outros países exportadores para a mesma

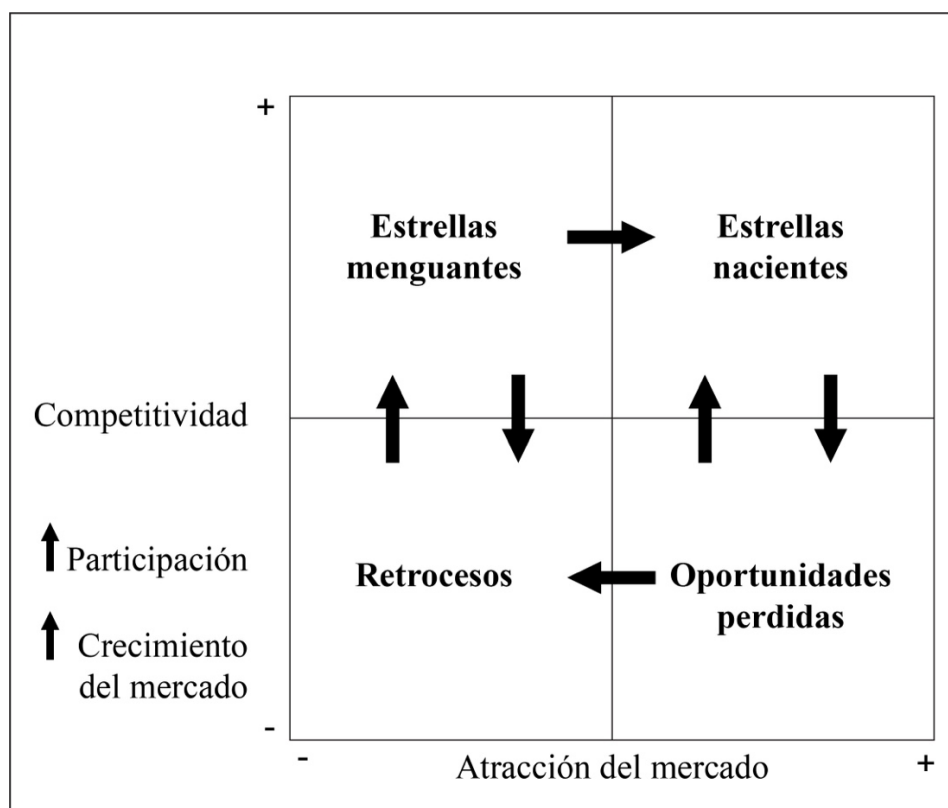
³⁷ Análise da Participação Constante no Mercado

³⁸ Análise Competitiva das Nações

região.

Combinando as características, Fajnzylber (1991) aponta que é possível identificar quatro situações diferentes: 1 – Situação de posicionamento favorável e eficiência alta (situação ótima), 2 – Situação de posicionamento favorável e eficiência baixa (situação de oportunidades perdidas), 3 – Situação de posicionamento desfavorável e eficiência alta (situação de vulnerabilidade), 4 – Situação de posicionamento desfavorável e eficiência baixa (situação de retirada). A forma como cada país insere-se no comércio internacional é determinada pela estrutura de suas exportações, seguindo essa classificação, e por sua presença nas importações da OCDE.

Quadro 1 – Inserção Internacional – Posicionamento e Eficiência



Fonte: Fajnzylber (1991, p. 152)

Como realçam Fernández e Curado (2019), Fajnzylber não considerou a ascensão de potências como a China, Índia e outros países no cenário global, pois faleceu em 1991. Este estudo concentrará a sua análise na matriz de competitividade do Brasil em relação ao mercado global, à China e ao Mercosul, a partir do início do século XXI, refletindo sobre as transformações que ocorreram no padrão exportador durante o período.

O estudo da Matriz de Competitividade também já foi realizado por Fernández (2014) para analisar o caso da Argentina entre 1985 e 2010 com os mercados Mundo, OCDE e Ásia em Desenvolvimento. A análise revelou que a complexidade da MC tem variação conforme o seu destino, evidenciando que as exportações para a OCDE mostram resultados piores em termos de dinamismo quando comparadas com o Mercosul. Posteriormente, Fernández e Curado (2019a) estudaram os casos da Argentina e do Brasil conjuntamente. O estudo evidenciou que os países emergentes, analisados através da Ásia em Desenvolvimento e do Mercosul, foram determinantes na evolução do padrão das exportações da Argentina e do Brasil nas últimas três décadas, sendo que o padrão de exportação para a Ásia em Desenvolvimento evoluiu no sentido de conceder mais participação aos recursos naturais. Em contrapartida, o Mercosul foi o único mercado que abriu espaço para Brasil e Argentina com produtos de maior valor agregado.

A presente pesquisa evidencia a importância dos índices da estrutura comercial, representando a proporção dos bens em valores monetários, sendo necessário para uma análise mais lúcida considerar a oscilação dos preços de *commodities*. Além disso, o estudo visa analisar a exportação de bens, não considerando a exportação de serviços que tem se mostrado importante nos últimos anos, em especial no setor de turismo.

8.2 O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA

O Índice de Comércio Intraindústria (ICII) é um instrumento importante para a análise da interação comercial entre grupos industriais pertencentes a um mesmo complexo produtivo. Sua evolução ao longo do tempo indica tendências na integração produtiva e na especialização industrial de cada país, sem, contudo, estabelecer relações causais. Ademais, o ICII possibilita a análise da intensidade do fluxo comercial entre uma economia e seus parceiros comerciais. Assim, sua aplicação tem caráter predominantemente descritivo, não resultando em afirmações categóricas (Fernández, 2014).

Conforme salientam Lloyd e Lee (2000), o comércio intraindústria foi identificado nos anos 1960 por Verdoorn (1960), Balassa (1963, 1966) e Grubel (1967), ao observarem a especialização dentro das indústrias e o comércio internacional bidirecional de produtos industriais. Grubel e Lloyd (1975) foram os que desenvolveram o índice mais amplamente utilizado para a mensuração desse tipo de comércio, constatando que, em 1967, a média não ponderada do comércio intraindústria nos dez principais países da OCDE era de 50%. Ao passo

que tenham sido feitas tentativas para estabelecer bases teóricas para a existência de tal comércio tanto em produtos homogêneos quanto diferenciados, a definição conceitual de indústria foi pouco explorada, e as análises restringiram-se, em grande parte ao equilíbrio parcial.

Martins (2004) salienta que o Comércio intraindústria representa uma oportunidade de ganhos adicionais no comércio internacional, permitindo que um país especialize-se em um número reduzido de bens com maior eficiência, enquanto as importações garantem maior variedade e qualidade ao consumidor doméstico. Tal fenômeno está associado a economias de escala e diferenciação de produtos, que acabam ampliando a competitividade internacional. Uma parcela importante de tal comércio na corrente comercial de um país é considerada desejável, pois indica uma especialização produtiva virtuosa. A avaliação do comércio intraindústria é afetada pela utilização de um sistema de classificação industrial, destacando que o comércio intraindústria é particularmente importante nas trocas dos produtos manufaturados entre países desenvolvidos, que dominam o comércio global (Krugman, Obstfeld e Melitz, 2015).

Com a intensificação da globalização no final do século XX, impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação e transporte, bem como por rodadas de negociações comerciais do *General Agreement on Tariffs And Trade*³⁹ (GATT), o comércio internacional expandiu-se rapidamente, superando o crescimento da renda. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos "*países em desenvolvimento*", o comércio intraindústria passou a representar uma parcela significativa do volume total do comércio de bens. Nos serviços e na produção afiliada de multinacionais, essa proporção é ainda maior (Lloyd e Lee, 2000).

Krugman, Obstfeld e Melitz (2015) ao destacar o crescimento contínuo do comércio intraindústria ao longo das últimas décadas, salientam que esse tipo de intercâmbio é predominante no comércio de bens manufaturados entre nações desenvolvidas, as quais correspondem à maior parte das trocas globais. Nos Estados Unidos, sua importância varia entre setores: indústrias intensivas em tecnologia e capital, como equipamentos metalúrgicos e produtos químicos, evidenciam altos índices de comércio intraindústria, enquanto setores intensivos em trabalho, como calçados e vestuários, exibem baixos níveis de tal comércio, sendo dominados pela vantagem comparativa.

Conforme salienta Fernández (2014), um caso oposto a esse tipo de comércio é o comércio interindústria que representa uma forma de trocas internacionais que contrasta com outros modelos de comércio e os benefícios associados a ele. Esse tipo de comércio acontece

³⁹ Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

quando os países estruturam seu comércio com base no princípio das vantagens comparativas. Em tal contexto, um país especializa-se na exportação de produtos agrícolas, enquanto outro dedica-se à exportação de manufaturas. Tal dinâmica limita a possibilidade de criação de economias de escala na produção integrada. Como resultado, as estruturas produtivas dos países envolvidos permanecem desiguais e segmentadas.

Evidenciando sobre o índice Grubel-Loyd, verifica-se que quando o índice é maior que 0,33, indica-se comércio intraindústria, entretanto, valores entre 0,1 e 0,33, apontam para um comércio moderadamente intraindústria, enquanto os índices 0 e 0,1 indicam comércio interindustrial (CEPAL, 2024). Sendo assim, é possível compreender que um ICII alto, próximo a um, é característica de comércio intraindústria, por outro lado, um ICII próximo a zero, é característica de um comércio interindústria.

Se considerar X_j e M_j como as exportações e importações do produto j , e $|X_j - M_j|$ como o "valor absoluto" do comércio total de j , o Índice de Comércio Intraindústria (ICII) varia de 0 a 1. O índice será 0 quando houver apenas exportação ou apenas importação, indicando uma ausência de comércio intraindústria. Por outro lado, será 1 quando as exportações e importações forem de igual valor, apontando para um comércio intraindústria significativo. O ICII mensura a importância relativa da parcela de comércio "intra" dentro dos setores, das empresas e dos produtos (Martins, 2004).

Sendo assim, Martins (2004) demonstra que a fórmula padrão para calcular a relevância do comércio intraindústria em um setor específico é:

$$\text{ICII} = 1 - \frac{|X_j - M_j|}{|X_j + M_j|}$$

Conforme salienta Martins (2004), a evolução do indicador atribui-se a inúmeros fatores, incluindo as transformações produtivas na economia brasileira na última década. A ampliação do comércio intraindústria relaciona-se à busca por ganhos de escala e vantagens de custo, influenciado pelo aprofundamento da internacionalização da década de 90, a política de redução tarifária e o crescimento a ampliação da participação brasileira no comércio regional e no Mercosul. Contudo, a avaliação efetiva desses ganhos deve incluir a análise da especialização produtiva.

A importância do ICII vai além da diversificação das trocas de comércio, pois também gera ganhos de bem-estar econômico, em especial pelo aumento da variedade de produtos disponíveis no mercado e pelas economias de escala. Nos EUA, a importância desse tipo de

comércio tem variação conforme o setor. Em 2009, indústrias como equipamentos metalúrgicos e produtos químicos inorgânicos apresentaram um índice de 0,97, apontando que exportações e importações eram praticamente equivalentes, refletindo uma forte integração produtiva. Por outro lado, setores intensivos em mão-de-obra, como o de calçados, registraram um índice de apenas 0,10, apontando uma dependência importante de importações. Tal padrão reforça a ideia de que a vantagem comparativa desempenha um papel central na definição de relações comerciais entre os países desenvolvidos e “em desenvolvimento”. Ademais, o ICII demonstra que quanto maior a paridade entre exportações e importações dentro de um setor, maior é a integração produtiva entre os países (Krugman, Lancaster e Helpman, 2015).

Vale destacar que a combinação da Matriz de Competitividade e do ICII foi utilizada primeiramente para analisar a Argentina em Fernández (2014), o que resultou nos estudos de Fernández e Curado (2019 a,b ,c). Posteriormente, Fernández (2022) aplicou essa combinação para estudar os casos da Argentina e do Brasil, as MC e o ICII no comércio bilateral entre ambas as economias para um período mais recente (2008-2021).

É importante salientar que, juntas, essas ferramentas (MC e ICII) contribuem para a compreensão das dinâmicas do comércio internacional e os desafios pertinentes às economias dependentes na busca por maior sofisticação da estrutura produtiva.

9 RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados empíricos oriundos desta pesquisa, conduzida individualmente para cada mercado. No primeiro momento, analisar-se-ão os resultados da Matriz de Competitividade, começando pela estrutura comercial do Brasil com cada mercado, seguida da desagregação dos dez principais grupos de exportação, avaliando-se, conjuntamente, esses grupos com o Índice de Comércio Intraindústria (ICII) em distintos períodos. Por fim, a Matriz de Competitividade será aplicada, sintetizando os padrões de eficiência e posicionamento das exportações brasileiras nesses mercados. Posteriormente, será examinada a evolução do ICII do Brasil para cada mercado, identificando as tendências de integração produtiva ao longo do período. Na sequência, serão destacados os rubros que, de acordo com o ICII, apresentam indícios de maior integração, sem, neste estágio, associá-los à sua representatividade na pauta exportadora total.

9.1 A MATRIZ DE COMPETITIVIDADE BRASILEIRA

9.1.1 A estrutura comercial do Brasil com o *Mundo*

Tabela 2 – Estrutura do Comercial do Brasil com o Mundo (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com o Mundo – 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	43.12	50.90	58.43	55.63	61.36	54.62
Agricultura	33.532	32.598	38.88	37.513	38.697	39.645
FTMM	9.596	18.303	19.553	18.118	22.663	14.971
ENERGIA	1.592	7.781	7.149	11.795	11.499	16.747
MANUFATURAS	53.637	39.518	32.209	30.757	25.223	26.452
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	8.612	7.479	6.002	6.749	6.564	7.156
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	45.025	32.039	26.207	24.008	18.659	19.296
Outros	0.872	1.641	2.181	1.818	1.921	2.18

FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaborado com base em TRADECAN – CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993)

Conforme pode ser observado na Tabela 2, em pesquisa realizada por Pinheiro e Fernández (2024), a exportação brasileira com o mundo é composta por um considerável

crescimento nas exportações de recursos naturais, tendo passado de 43,13% em 2000 para 54,62% em 2022, sendo impulsionada principalmente pelo setor agrícola. Todavia, a parte de Fibras Têxteis, Minerais e Metais (FTMM) obteve uma tendência de crescimento até 2021, reduzindo para 14,98% em 2022. A participação de energia na pauta exportadora do Brasil ao mundo cresceu de forma exponencial ao longo dos anos, partindo de 1,59% em 2000 e atingindo 16,75% em 2021. Tal cenário destaca a importância dos grupos primários na economia brasileira, ao mesmo tempo em que aponta uma preocupante tendência de reprimarização da pauta de exportação, acompanhada pela redução na participação de bens manufaturados, ou seja, daqueles bens de maior intensidade tecnológica.

9.1.1.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para o Mundo

Ao analisar os dez primeiros grupos de exportação do Brasil ao mundo, verifica-se transformações que reforçam os argumentos de reprimarização da pauta exportadora e pela redução da participação de bens manufaturados do comércio brasileiro com esse mercado. A concentração entre os dez principais rubros de exportação ampliou-se de 40,4% em 2000, para 48,96% em 2008 e para 62,55% em 2022, refletindo uma dependência crescente de produtos agrícolas e minerais. Tal concentração salienta o papel dos bens primários, como “minério de ferro”, “sementes e frutos oleaginosos”, “petróleo bruto”, carne e café, na geração de superávits comerciais, apesar da baixa integração em cadeias produtivas globais. Ademais, observa-se a perda de participação de produtos de maior valor agregado, como automóveis, aeronaves e bens industriais, que, em outros momentos, desempenhavam papel com maior importância.

O minério de ferro, que foi predominante ao longo do período, sugere a importância desse setor primário nas exportações brasileiras. Com participação crescente, de 7,37% em 2000 para um pico de 18,17% em 2021, antes de recuar para 11,10% em 2022, o grupo foi frequentemente classificado como “oportunidade perdida”, devido à alta eficiência exportadora, mas com perda de participação relativa no mercado global. Além disso, seu ICII = 0 ao longo do período analisados sinaliza para um comércio interindustrial, com baixa interação em cadeias globais. Entre 2013 e 2019, e novamente entre 2021 e 2022, o grupo foi reclassificado como “em retirada”.

Tabela 3 – Dez principais grupos de exportação do Brasil para o mundo (2000, 2008, 2013, 2019, 2021 e 2022), ordenados por participação percentual

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2000	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados		7.37	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos		4.81	0,12
Agricultura	081 - Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)		4.75	0,07
MnoBRN	792 - Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, ne		4.73	0,47
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café		3.98	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel		3.67	0,27
Agricultura	058 - Frutas, conservas e preparações de frutas		3.23	0,06
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas		2.73	0,15
MnoBRN	672 - Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço		2.67	0,07
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros		2.45	0,83
10 primeiros		Total e Média	40.40	0,20
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2008	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	15.27	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Oportunidade Perdida	6.99	0,01
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	6.54	0,9
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	4.12	0,03
Agricultura	081 - Alimentos para animais	Oportunidade Perdida	3.64	0,09
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café	Em Retirada	2.66	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Vulnerável	2.66	0,14
MnoBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro	Oportunidade Perdida	2.59	0,15
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Vulnerável	2.35	0,95
MnoBRN	672 - Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	Oportunidade Perdida	2.12	0,27
10 primeiros		Total e Média	48.96	0,25
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2013	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	15.98	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	9.74	0,01
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Em Retirada	5.18	0,88
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	5.09	0,05
Agricultura	081 - Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)	Oportunidade Perdida	3.97	0,08
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	3.73	0,01
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café	Oportunidade Perdida	2.93	0,02
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Vulnerável	2.88	0,13
Agricultura	044 - Milho (milho), não moído	Situação Ótima	2.72	0,05
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Vulnerável	2.28	0,46
10 primeiros		Total e Média	54.51	0,17

Continuação

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2019	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em Retirada	13.88	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Vulnerável	10.92	0,01
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Vulnerável	10.68	0,33
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	5.65	0,03
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	4.06	0,05
Agricultura	081 - Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)	Em Retirada	3.29	0,09
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns	Situação Ótima	2.77	0,36
Agricultura	044 - Milho (milho), não moído	Oportunidade Perdida	2.73	0,06
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café	Vulnerável	2.56	0,03
MnoBRN	672 - Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	Situação Ótima	2.09	0,13
10 Primeiros		Total e Média	58.64	0,11
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2021	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	18.17	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	14.41	0,02
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Vulnerável	10.30	0,24
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Em Retirada	5.25	0,04
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Em Retirada	3.57	0,07
Agricultura	081 - Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)	Oportunidade Perdida	3.35	0,09
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	2.78	0,26
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café	Em Retirada	2.47	0,03
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	2.42	0,01
Outros	931 - Operações especiais, mercadorias não classificadas em classe	Oportunidade Perdida	1.83	0
10 Primeiros		Total e Média	64.58	0,08
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2022	ICII
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	14.61	0,38
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Oportunidades Perdidas	13.17	0,01
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em Retirada	11.10	0
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	5.57	0,04
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	4.58	0,05
Agricultura	071 - Café e sucedâneos de café	Situação Ótima	3.49	0,03
Agricultura	081 - Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)	Em Retirada	2.83	0,07
Agricultura	044 - Milho (milho), não moído	Vulnerável	2.59	0,1
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidades Perdidas	2.49	0,24
Outros	931 - Operações especiais, mercadorias não classificadas em classe	Oportunidades Perdidas	2.09	0,24
10 primeiros		Total e Média	62.55	0,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRADECAN 2024 e do SIGCI 2024 – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Nota: A Matriz de Competitividade para o ano 2000 não é calculada, pois é o ano de início da pesquisa. Lembrando que o cálculo da matriz requer um período de análise – ano de início e ano de fim

Através da tabela acima verifica-se a redução da presença de bens manufaturados entre os principais rubros exportados do Brasil ao Mundo. Em 2000, o setor de “aeronaves e equipamentos associados”⁴⁰ e “automóveis de passageiros”⁴¹ destacaram-se entre os principais grupos exportados, com ICII de 0,83 e 0,47 respectivamente, caracterizando-se como um comércio intraindustrial. Entretanto, perderam relevância ao longo dos períodos de análise e deixaram de figurar entre os dez principais rubros, refletindo assim, a perda de competitividade da indústria brasileira. Em 2019, o grupo "lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço", representando 2,09% das exportações e com ICII=0,13, foi classificado como em "situação ótima", mas desapareceu da lista dos principais itens exportados em 2021, reforçando a dificuldade dos itens industriais em manterem-se competitivos.

Em relação ao setor agrícola, observa-se que o grupo "sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos" apresentou crescimento expressivo, com sua participação passando de 4,81% em 2000 para 14,41% em 2021, impulsionado pela demanda chinesa por soja. O ICII desse grupo variou entre 0,01 (comércio interindustrial) e 0,12 (comércio moderadamente intraindustrial), sugerindo o um baixo nível de integração em cadeias globais. Outros produtos agrícolas, como carne, café, alimentos para animais e celulose, consolidaram o papel estratégico do agronegócio na pauta exportadora brasileira.

O grupo ligado a “petróleo bruto” destacou-se a partir de 2008, representando, nesse período, 6,54% das exportações do Brasil ao mundo, sendo caracterizado no grupo de exportações como “oportunidade perdida”, diante da perda de participação relativa. Em 2013, registrou um ICII = 0,88, sendo reclassificado para o grupo “em retirada”. Entretanto, em 2022, com ICII = 0,38, passa a integrar a categoria “situação ótima”, consolidando-se como um dos principais rubros de exportação e evidenciando o papel estratégico dos recursos energéticos na pauta exportadora do país.

A ausência de produtos vinculados a MnoBRN e MBRN entre os dez principais grupos exportadores em 2021 e 2022 evidencia o avanço da reprimarização da pauta exportadora brasileira. Esses anos foram marcados por uma pauta de exportação dominada por bens primários, frequentemente classificados como “oportunidades perdidas” ou “em retirada”, focando-se especialmente em grupos da agricultura, o que reforça a dependência da exportação de produtos de baixa complexidade e menor valor agregado.

Verifica-se através dos dados a reprimarização da pauta exportadora brasileira em relação ao mundo no período em análise, reforçando a dependência estrutural de bens primários.

⁴⁰ Em 2000 o grupo representou 4,73 do total das exportações brasileiras ao mundo (TRADECAN, 2024)

⁴¹ Em 2000 o grupo representou 2,35% das exportações brasileiras ao mundo (TRADECAN, 2024)

A dominância de bens como minério de ferro, soja, petróleo bruto, com baixos níveis de integração em sua maioria, reforça a posição brasileira no comércio internacional como fornecedor de bens com baixo valor agregado, situação que corrobora com críticas realizadas por Prebisch (2000) e Marini (2000)

9.1.1.2 A Matriz de Competitividade do Brasil com o Mundo

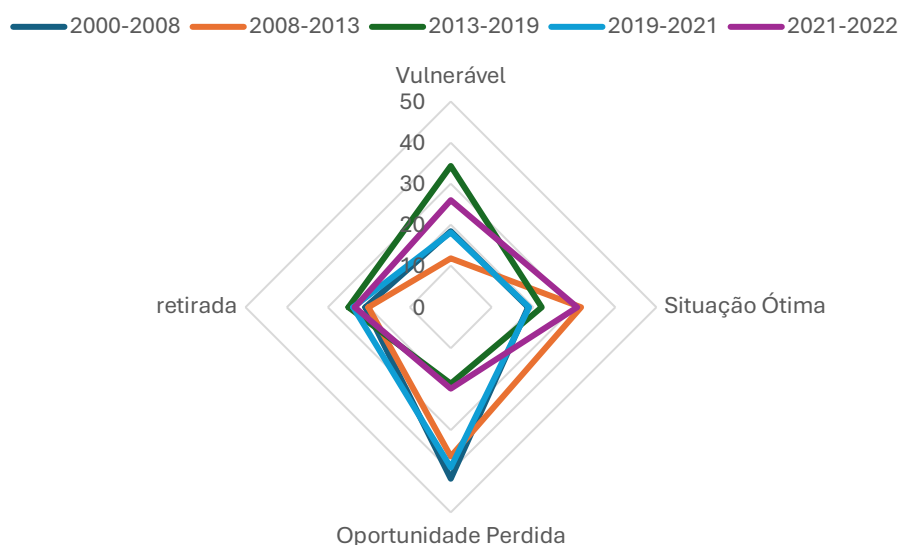
Conforme pode ser verificado na Tabela 05, a “situação ótima” apresenta mudanças, destacando-se um aumento no período de 2000 a 2013, sendo 18,78% entre 2000 e 2008 e 31,66% entre 2008 e 2013, indicando um posicionamento favorável e eficiência alta. Entretanto, observa-se uma queda entre 2019 e 2021, para 19,02%. A “situação vulnerável” também demonstrou variações, atingindo seu máximo entre 2013 e 2019, com 34,31%, indicando um posicionamento desfavorável, apesar de eficiência alta. Já as “oportunidades perdidas” mostram uma tendência de declínio global, com uma boa recuperação entre 2019 e 2021, alcançando 39,07%. A “situação de retirada” demonstra certa estabilidade, indicando desafios na manutenção da competitividade, embora com eficiência baixa, registrando 23,79% no período de 2019 a 2021 e 23,39% entre 2021 e 2022 (Pinheiro e Fernández, 2024).

Tabela 4 – Matriz de Competitividade Brasil com o Mundo 2000-2022 (por destino em % em ano final)

Exportações ao Mundo	2000-2008	2008-2013	2013-2019	2019-2021	2021-2022
Vulnerável	18.42	11.82	34.30	18.12	25.99
Situação Ótima	18.78	31.66	22.09	19.02	30.76
Oportunidade Perdida	41.81	36.38	18.67	39.07	19.89
Em Retirada	20.83	20.1	24.94	23.79	23.39

Fonte: Elaboração própria com base em Pinheiro e Fernández (2024). TRADECAN - CEPAL 2023.

Gráfico 06 - Matriz de Competitividade Brasileira com o Mundo 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaborado com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

Ao analisar os melhores radiais de exportação do Brasil de 2000 a 2022, Pinheiro e Fernández (2024), observam uma concentração nas exportações do tipo “oportunidades perdidas”. Tal situação evidencia-se em distintos períodos, com destaque para (2000;2008), com produtos ligados a oleaginosas, minério e concentrados, indústria de madeira; e (2008;2013), além de forte participação de bens primários. Entretanto percebe-se a presença nesse grupo de bens com maior valor agregado, como aeronaves⁴², representando 1,66% da demanda mundial nas exportações brasileira, da mesma forma percebe-se partes de acessórios de veículos⁴³ representando 1,41% dessa demanda. Tal concentração indica que o Brasil não aproveitou neste período todo o seu potencial de exportação em grupos estratégicos. No período de 2013 a 2019, observa-se a elevada participação de grupos vulneráveis e não dinâmicos, que representaram 34,3% das exportações, destacando-se “sementes e oleaginosas” e “petróleo bruto”. Além disso, os grupos classificados como “em retirada” somaram 29,94% das exportações, com ênfase em “minério de ferro e concentrados” e “alimentos para animais”. No intervalo de 2021 a 2022, verifica-se que o grupo vinculado a “sementes e frutos oleaginosos” permaneceu na categoria de “oportunidades perdidas”, ou seja, embora tenha mantido eficiência

⁴² Código 792

⁴³ Código 784

alta, perdeu participação no comércio global diante da expansão da demanda, especialmente na China.

9.1.2 A Estrutura Comercial do Brasil com a China

Conforme se observa na Tabela 05, a categoria de recursos naturais obteve uma importante participação no total de bens exportados para a China. No ano 2000, tal participação foi de 74,87%, atingindo seu máximo em 2013, marcando 86,41%, com sucessivas pequenas variações, chegando, em 2022, a 78,92%. Nessa classificação, a agricultura teve uma trajetória interessante, começando com 44,91% em 2000, declinando para 32,78% em 2008 e, posteriormente, recuperando-se em 2022, marcando 52,15%. FTMM passou de 29,96% em 2000 para 52,73% em 2008, sofrendo variações no decorrer do período e atingindo seu menor nível em 2022, com 26,77% (Pinheiro e Fernández, 2024).

Tabela 5- Estrutura de Mercado do Brasil com a China (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com a China– 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	74.87	85.51	86.41	71.78	82.50	78.92
Agricultura	44.91	32.78	44.16	40.83	44.33	52.15
FTMM	29.96	52.73	42.25	30.95	38.18	26.77
ENERGIA	2.69	6.33	7.02	24.02	14.05	17.16
MANUFATURAS	21.93	8.15	6.56	4.19	3.43	3.92
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	4.50	4.08	3.52	2.64	2.08	2.09
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	17.42	4.07	3.04	1.56	1.35	1.83
Outros	0	0	0	0.003	0.003	0.003

FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaborado com base em TRADECAN - CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng.

Conforme pode ser analisado, percebe-se ao longo dos anos, o forte crescimento na exportação de energia por parte do Brasil para a China, sendo que em 2000, tal participação representava 2,70%, ampliando-se para 6,33% em 2008. Em 2019, houve um crescimento importante para 24,02%, e reflete uma maior relevância dos produtos energéticos nas exportações do Brasil. Em 2022 a participação marcou 17,16%. É pertinente salientar, que quando somados os recursos naturais e energia, essas classificações somam 77,57% em 2000, 93,43% em 2013 e 96,08% em 2022. Por outro lado, as exportações brasileiras de manufaturas

para o Grande Asiático diminuíram de forma drástica. Em 2000, as manufaturas representaram nas exportações 21,93%, caindo para 8,15% em 2008, e 3,92% em 2022. As MnoBRN⁴⁴, aquelas que exigem uma maior intensidade tecnológica para a sua fabricação, foram as que apresentaram uma queda mais drástica, caindo de 17,43% em 2000 para 1,83% em 2022 (Pinheiro e Fernández, 2024).

Fernández (2014) já havia enfatizado de que a presença da China no mercado mundial tem implicações importantes na estrutura econômica dos países da América Latina. A rápida industrialização e urbanização da China nas últimas décadas, resultaram num forte aumento da demanda por bens primários, como metais, energia e produtos agrícolas, fazendo do Grande Asiático o maior consumidor global de diversas commodities. A ascensão chinesa como essa grande consumidora de matérias-primas, tem exercido uma pressão positiva no preço de commodities, resultando (pelo menos temporariamente) em uma melhoria nos termos de troca em favor dos países que exportam recursos naturais, como o Brasil e a Argentina. Entretanto, enfatiza, que embora a China possa melhorar os termos de troca para alguns países exportadores de *commodities*, a dependência excessiva em recursos naturais pode limitar a diversificação econômica e o desenvolvimento em grupos industriais.

9.1.2.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para a China

Ao desagregar os dez principais produtos de exportação do Brasil para a China, apresentando conjuntamente o ICII por setor, os dados da tabela abaixo destacam a concentração das exportações em um número reduzido de produtos. Essa concentração é alarmante, considerando que os principais grupos de exportação representam uma fatia significativa das vendas brasileiras ao Grande Asiático. Em 2000, a soma dos dez primeiros rubros totalizou 82,51% da comercialização desse mercado, ampliando-se para 95,69% em 2022. Tal tendência reflete uma forte dependência de *commodities* e produtos primários, como semente e frutos oleaginosos, minério de ferro e petróleo, que dominam a pauta exportadora.

⁴⁴ Manufaturas Não Baseadas em Recursos Naturais

Tabela 6 – Dez principais grupos de exportação do Brasil para a China (2000, 2008, 2013, 2019, 2021 e 2022), ordenados por participação percentual

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2000	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos		28.73	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados		26.99	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel		6.75	-
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco		3.68	0
MnoBRN	792 - Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, ne		3.47	-
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização		3.10	0,43
MBRN	611 - Couro		3.05	0,13
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos		2.70	-
MnoBRN	674 - Planos universais, chapas e folhas, de ferro ou aço		2.05	0
Agricultura	248 - Madeira simplesmente trabalhada e travessas de madeira para ferrovias		1.99	0,01
10 primeiros		Total e Média	82,51	0,08
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2008	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	50.40	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Oportunidade Perdida	24.38	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	6.32	-
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, "soft", brutos, refinados ou purificados	Oportunidade Perdida	3.09	0
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Em Retirada	2.98	0
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade Perdida	2.09	0,16
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	1.75	0,04
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade Perdida	1.61	0,22
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco	Em Retirada	1.36	0
MnoBRN	792 - Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, ne	Em Retirada	1.23	-
10 primeiros		Total e Média	95,21	0,06
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2013	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	39.79	0
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	35.26	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Vulnerável	7.02	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Vulnerável	3.26	0,01
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	2.64	0,01
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	1.30	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Em Retirada	1.21	0,02
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, "soft", brutos, refinados ou purificados	Em Retirada	0.93	0
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	0.90	-
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Em Retirada	0.90	0,04
10 primeiros		Total e Média	93,21	0,01

Continuação

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2019	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Em retirada	28.76	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em retirada	27.87	0
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Situação Ótima	23.99	-
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	5.03	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	4.96	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade	1.62	0,02
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade	1.59	0,03
FTMM	263 - Algodão	Vulnerável	1.17	-
Agricultura	121 - Tabaco em bruto; lixo de tabaco	Vulnerável	0.63	-
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Em retirada	0.55	0,02
10 primeiros		Total e Média	96,17	0,01
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2021	ICII
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade	35.60	-
		Perdida		
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos,	Oportunidade	30.13	-
		Perdida		
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Em Retirada	13.97	-
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Situação Ótima	7.09	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Em Retirada	3.95	0
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Situação Ótima	1.66	0,01
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade	1.35	0,02
		Perdida		
FTMM	263 - Algodão	Vulnerável	1.11	-
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade	1.08	0,04
		Perdida		
MBRN	611 - Couro	Vulnerável	0.48	0,01
10 primeiros		Total e Média	96,46	0,02
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	participação em 2022	ICII
Agricultura	222 - Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos	Situação Ótima	34.08	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Em Retirada	23.84	-
Energia	333 - Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos	Oportunidade	17.00	-
		Perdida		
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	9.24	-
Agricultura	251 - Celulose e resíduos de papel	Situação Ótima	5.66	0
Agricultura	061 - Açúcar e mel	Oportunidade	1.81	0,02
		Perdida		
MBRN	671 - Ferro gusa, spiegelelsen, ferro esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferroligas	Oportunidade	1.41	0,06
		Perdida		
FTMM	263 - Algodão	Situação Ótima	1.41	0
FTMM	287 - Minérios e concentrados de metais comuns, ne	Oportunidade	0.84	0,03
		Perdida		
Agricultura	423 - Óleos vegetais fixos, "soft", brutos, refinados ou purificados	Vulnerável	0.39	-
10 primeiros		Total e Média	95,69	0,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRADECAN 2024 e do SIGCI 2024 – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Nota: A Matriz de Competitividade para o ano 2000 não é calculada, pois é o ano de início da pesquisa. Lembrando que o cálculo da matriz requer um período de análise – ano de início e ano de fim. O símbolo (-) indica a ausência de dados disponíveis.

A partir dos dados da tabela acima, verifica-se a retração daqueles grupos vinculados a MnoBRN e MBRN no período em análise. Enquanto em 2000, dentre os primeiros rubros de exportação para a China, três deles estavam vinculados a MnoBRN, sendo “Aeronaves e equipamentos associados e suas partes, ne” (com participação de 3,47% do mercado), “Produtos de polimerização e copolimerização” (com participação de 3,10% do mercado e com ICII = 0,43, indicando uma maior integração desse grupo e um comércio intraindústria vinculado a um setor de maior valor agregado) e “Planos universais, chapas e folhas de ferro ou aço” (com 2,05% de participação no mercado). Entretanto, em 2008, apenas um grupo permaneceu vinculado a MnoBRN, sendo “Aeronaves e equipamentos associados e suas partes, ne”, com uma participação de 1,23%, representando uma queda em relação ao período anterior. Esse grupo passou a ser classificado como “em retirada”, ou seja, com baixa eficiência e perda de participação no mercado. Nos anos seguintes, as MnoBRN desapareceram completamente dentre os principais rubros de exportação.

Salienta-se ainda que o grupo de “sementes e frutos oleaginosos” se destacou no período, marcando uma participação de 28,73% em 2000, mantendo-se relevante ao longo dos anos, evidenciando assim, a forte demanda chinesa por soja, embora tenha um ICII=0, evidenciando a ausência de integração produtiva no setor. O minério de ferro, por sua vez, que representou 26,99% das exportações em 2000, amplia-se para 50,40% em 2008, caracterizando no grupo de exportações de “oportunidades perdidas”, com ICII=0 ao longo de todo o período analisado. Em 2013 o agrupo atingiu 39,79% das exportações, recuando para 23,84% em 2022, caracterizando o grupo de exportações como “em retirada” nesse mesmo ano. Ambos os grupos revezam-se entre o primeiro setor com maior participação nas exportações ao longo do período analisado e indicam um comércio interindustrial, evidenciando assim, a fragilidade da integração do Brasil em cadeias de produção com maior grau de complexidade com a China.

Ademais, verifica-se que a queda de grupos como “Aeronaves e equipamentos associados” e “Automóveis de passageiros”, que foram importantes no início do período, demonstram a dificuldade da indústria brasileira em manter sua competitividade no cenário internacional. A retração de grupos vinculados a MnoBRN e MBRN entre os primeiros rubros de exportação, evidencia a dependência de bens primários na exportação e a queda de itens industriais na pauta exportadora. Em 2022, quando somados os 4 primeiros rubros⁴⁵, o total

⁴⁵ Sementes e frutos oleaginosos, inteiros ou partidos (34,08%), Minério de ferro e concentrados (23,84%), Petróleo bruto e óleos obtidos de minerais betuminosos (17%), Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (9,24%) (TRADECAN, 2024).

desse representou 84,16% das exportações do Brasil à China, índice maior que os 10 principais grupos somados em 2000.

Os resultados do ICII do Brasil com a China caracterizam-se basicamente por um comércio interindustrial nos principais rubros, com raras exceções como nos dois primeiros períodos de análise, onde encontravam-se alguns grupos com maior ICII e vinculados a MnoBRN, mas que perderam relevância no decorrer do período em análise. Tratando-se de um comércio interindustrial e assimétrico, o Brasil terá dificuldades em obter benefícios derivados de economia de escala ou diferenciação de produtos. Entre os anos de 2013 a 2022 por exemplo, o ICII teve uma variação entre 0 e 0,06 dentre os grupos analisados.

A pauta de exportações do Brasil à China evidencia a dependência na exportação de bens primários, que não apenas limita o potencial de crescimento econômico, mas também expõe o país a riscos relacionados à volatilidade dos mercados globais de produtos primários. A diversificação da pauta de exportação mostra-se importante para o fortalecimento da indústria, sendo esta uma questão crucial para o futuro econômico do país.

9.1.2.2 A matriz de competitividade do Brasil com a China

Tabela 7– Matriz de Competitividade Brasileira com a China 2000-2022 (por destino em % em ano final)

Exportações ao Mundo	2000-2008	2008-2013	2013-2019	2019-2021	2021-2022
Vulnerável	2.47	13.11	2.39	3.03	11.33
Situação Ótima	6.81	41.89	34.56	9.51	42.50
Oportunidade Perdida	83.10	41.46	3.98	68.73	21.68
Em Retirada	7.62	3.52	59.07	18.72	24.49

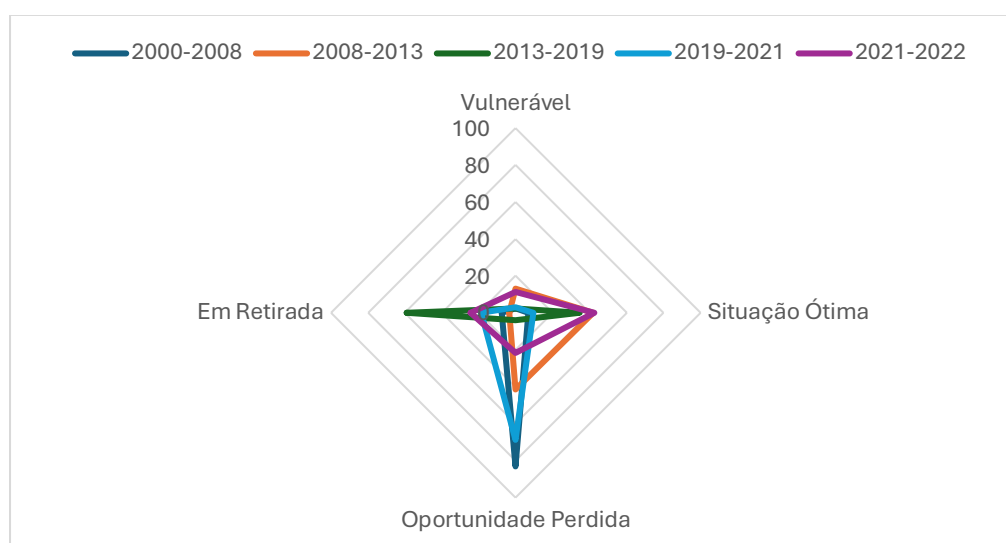
FONTE: Elaboração própria com base em Pinheiro e Fernández (2024). TRADECAN - CEPAL 2023.

Pinheiro e Fernández (2024), refletem um cenário preocupante das exportações brasileira para a China, e destacam que entre 2000-2008 e 2019-2021 giraram em torno do grupo “oportunidades perdidas”, com 83,1% nessa categoria. Metade dos produtos que foram exportados eram vinculados a agricultura, com sementes oleaginosas e minério de ferro liderando o cenário. Em 2008 o minério de ferro representava uma fatia considerável, marcando 50,4% das exportações, enquanto as sementes oleaginosas ficavam com 24,38%. No período da pandemia, o minério continuou no topo, entretanto, caiu para 35,61%, enquanto as sementes oleaginosas cresceram, chegando a 30,14%. Percebeu-se um crescimento na categoria “em

retirada”, marcando 59,07%. Já a situação “vulnerável”, oscilou, com um máximo em (2008;2013) com 13,11%, mas demonstrando variações fortes no período. Por outro lado, as “situações ótima” tiveram um bom crescimento, especialmente nos períodos (2008-2013), que marcou 41,9%, antes de caírem no período pandêmico, e se recuperarem em (2021;2022), atingindo seu pico com 42,50%.

Quando analisa-se o período (2013; 2019), e analisa-se os dez primeiros rubros de exportação que estão contidos no grupo “em retirada”, verifica-se uma retração na exportação de sementes e oleaginosas, marcando 35,26% em 2013, caindo para 28,76% em 2019. Além disso, também houve uma retração da demanda da China em relação a minério de ferro e concentrados, passando de 39,79% em 2013 para 27,86% em 2019 (Pinheiro e Fernández, 2024). Abaixo está a matriz de competitividade brasileira com a China no período analisado

Gráfico 07 - Matriz de Competitividade Brasileira com a China 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaboração com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

Verifica-se, conforme exposto por Pinheiro e Fernández (2024) a participação brasileira para a China formada de forma majoritária por bens primários, uma tendência que se intensificou ao longo do período em análise. Em 2019, a soma dos três primeiros rubros de exportação somou 80,62%, enquanto em 2000 a soma correspondia a 58,41%, e em 2022, apesar de uma queda, ainda apresentou 74,92%. Tal representação na exportação de *commodities* para a China reflete a ênfase nas vantagens comparativas ricardianas, com fortes impactos na economia e na sociedade, em especial em políticas industriais que poderiam gerar mais emprego e renda. Diante de tal cenário, é importante repensar estratégias de

desenvolvimento para o país, entretanto, que vá além de um processo de industrialização, mas que contemple elementos importantes da vida humana em sua diversidade, além de considerar os impactos ambientais através do extrativismo. Os dados podem ser verificados no apêndice.

9.1.3 A estrutura comercial do Brasil com o *Mercosul*

Tabela 8 – Estrutura de Mercado do Brasil com o Mercosul (exportações em %)

Estrutura Comercial do Brasil com o Mercosul– 2000 a 2022 (em % das exportações)						
Participação setorial em %	2000	2008	2013	2019	2021	2022
RECURSOS NATURAIS	12.984	14.12	13.92	15.51	16.91	15.21
Agricultura	9.299	9.17	10.06	11.34	10.87	10.65
FTMM	3.685	4.95	3.86	4.17	6.04	4.56
ENERGIA	0.99	2.36	2.74	0.92	0.81	3.71
MANUFATURAS	85.882	83.29	80.45	83.55	82.27	80.91
Manufaturas Baseadas em Recursos Naturais	3.712	3.20	2.89	4.39	6.03	4.9
Manufaturas não baseadas em Recursos Naturais	82.17	80.09	77.55	79.15	76.24	76.01
Outros	0.032	0.22	2.89	0.01	0.011	0.16

FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaboração com base em TRADECAN - CEPAL 2023. Segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng, (1993).

9.1.3.1 A desagregação dos dez principais grupos de exportação do Brasil para o Mercosul.

Ao desagregar os dez principais grupos de exportação do Brasil ao Mercosul, evidencia-se a relevância das manufaturas, em especial na classificação de MnoBRN. Durante o período de 2000 a 2008, quase todos os grupos exportados pertenciam ao setor de manufaturas. A soma das participações dos dez primeiros grupos de exportação atingiu seu pico em 2013, totalizando 46,71%. Entretanto, em 2022, esse índice reduziu-se para 38,26%, o menor percentual registrado no período em análise. Dentro desse contexto, a indústria automobilística destaca-se como o principal setor de exportação, refletindo assi a sua importância nas relações comerciais do país com o bloco. Segue abaixo a tabela com os principais dados desses grupos, analisados conjuntamente com o ICII.

Tabela 09 – Dez principais grupos de exportação do Brasil para o Mercosul (2000, 2008, 2013, 2019, 2021 e 2022), ordenados por participação percentual

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2000	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	-	7.77	0,82	-	0,77	-
MnoBRN	764 - Equipamentos de telecomunicações	-	6.47	0,01	-	0,09	0
MnoBRN	784 - Partes e acessórios	-	4.82	0,77	0,01	0,06	0,31
MnoBRN	782 - Veículos automotores	-	3.5	0,74	-	0,11	-
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	-	3.45	0,75	0,2	0,66	0,31
MnoBRN	641 - Papel e cartão	-	3.32	0,21	0	0,58	0,13
MnoBRN	752 - Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades	-	2.37	0	0	0,10	0
MnoBRN	713 - Motores de pistão de combustão interna e suas partes, ne	-	1.98	0,97	-	0,07	0,16
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	-	1.97	--	-	-	-
MnoBRN	851 - Calçado	-	1,82	0,01	-	0,04	-
10 primeiros		Total e Média	37,47	0,48	0,05	0,28	0,15
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2008	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Situação Ótima	10.97	0,97	-	-	0,02
MnoBRN	784 - Partes e acessórios	Vulnerável	6.15	0,68	-	0	0,02
MnoBRN	764 - Equipamentos de telecomunicações	Vulnerável	5.64	0,01	0	0	0
MnoBRN	782 - Veículos automotores	Situação Ótima	4.35	1	-	-	0
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	3.24	-	-	-	-
MnoBRN	713 - Motores de pistão de combustão interna e suas partes	Situação Ótima	3.04	0,4	-	0,08	0,01
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	Em Retirada	2.80	1	0,19	0,72	0,45
MnoBRN	641 - Papel e cartão	Vulnerável	2.09	0,42	0,01	0,48	-
MnoBRN	783 - Veículos rodoviários automotores	Vulnerável	2.05	0,87	-	-	-
MnoBRN	674 - Planos universais, chapas e folhas, de ferro ou aço	Oportunidade Perdida	1.99	0,07	-	0,11	-
10 primeiros		Total e Média	42,32	0,60	0,07	0,23	0,08
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2013	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Situação Ótima	16.40	0,91	-	0,95	-
MnoBRN	784 - Partes e acessórios	Situação Ótima	7.39	0,66	0	0,40	0,01
MnoBRN	782 - Veículos automotores	Oportunidade Perdida	4.70	0,61	-	0,8	-
Outros	931 - Operações especiais, mercadorias não classificadas em classe	Situação Ótima	2.89	-	0	-	-
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	Oportunidade Perdida	2.72	0,96	0,26	0,81	0
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	2.68	0,63	0,08	0,71	-
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Vulnerável	2.65	-	-	-	-
Energia	334 - Produtos petrolíferos refinados	Situação Ótima	2.58	0,8	0	0,14	0,01
MnoBRN	713 - Motores de pistão de combustão interna e suas partes, ne	Oportunidade Perdida	2.46	0,7	-	0	-
MnoBRN	783 - Veículos rodoviários	Vulnerável	2.23	0,54	-	-	-
10 primeiros		Total e Média	46,70	0,73	0,07	0,54	0,01

Continuação

Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2019	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela	
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Vulnerável	15.14	0,81	-	-	0,02	
MnoBRN	784 - Partes e acessórios	Oportunidade Perdida	5.89	0,68	0,11	0,87	0,43	
MnoBRN	782 - Veículos automotores	Oportunidade Perdida	3.55	0,26	-	0,96	-	
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	Situação Ótima	3.54	0,92	0,13	0,49	0,47	
MnoBRN	641 - Papel e cartão	Vulnerável	3.48	0,11	0,18	0	0,03	
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Vulnerável	2.69	-	-	-	-	
MnoBRN	625 - Pneus de borracha, caixas de pneus, bandas de rodagem intercambiáveis, câmaras de ar e abas de pneus	Vulnerável	2.19	0,70	0,01	-	0,16	
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Vulnerável	2.16	0,94	0,06	0,61	-	
MnoBRN	699 - Fabricações de metais comuns, ne 591 - Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, produtos contra germinação, venenos para ratos e produtos semelhantes	Situação Ótima	1.99	0,50	0,21	0	0,76	
MnoBRN		Situação Ótima	1.69	0,81	0,45	0,31	0,03	
10 primeiros			Total e Média	42.32	0,64	0,16	0,46	0,27
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2021	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela	
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Em Retirada	8.84	0,92	-	-	0,01	
MnoBRN	784 - Partes e acessórios,	Vulnerável	6.81	0,48	0,09	0,83	0,27	
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Oportunidade Perdida	4.98	-	-	-	-	
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	Oportunidade Perdida	3.94	0,92	0,12	0,61	-	
MnoBRN	782 - Veículos automotores	Vulnerável	3.41	0,27	-	0,93	-	
MnoBRN	641 - Papel e cartão	Vulnerável	3.17	0,11	0,28	0,01	0,01	
MnoBRN	672 - Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	Situação Ótima	2.77	0,04	0	-	-	
Agricultura	011 - Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas	Em Retirada	1.86	0,84	0,01	0,55	-	
MnoBRN	721 - Máquinas agrícolas (exceto tratores) e suas partes, ne	Situação Ótima	1.84	0,1	0	0	-	
MnoBRN	893 - Artigos e outros materiais	Vulnerável	1.84	0,55	0,78	0,56	0,18	
10 primeiros			Total e Média	39.46	0,47	0,18	0,50	0,12
Cód. Mandeng	Grupos	Matriz de Competitividade	Participação em 2022	ICI Argentina	ICI Paraguai	ICI Uruguai	ICI Venezuela	
MnoBRN	781 - Automóveis de passageiros	Vulnerável	8.88	0,85	-	-	0	
MnoBRN	784 - Partes e acessórios	Vulnerável	7.91	0,37	0,32	0,83	0,18	
FTMM	281 - Minério de ferro e concentrados	Vulnerável	3.60	-	-	-	-	
MnoBRN	583 - Produtos de polimerização e copolimerização	Vulnerável	3.51	0,97	0,12	0,56	-	
MnoBRN	641 - Papel e cartão	Vulnerável	3.46	0,04	0,27	0	0,02	
MnoBRN	782 - Veículos automotores	Em Retirada	2.71	0,26	-	0,82	-	
Energia	334 - Produtos petrolíferos refinados	Situação Ótima	2.36	0,43	0	0	-	
MnoBRN	713 - Motores de pistão de combustão interna e suas partes, ne	Vulnerável	2.01	0,99	0,01	0	-	
MnoBRN	672 - Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	Vulnerável	1.92	0,01	-	-	-	
MnoBRN	721 - Máquinas agrícolas (exceto tratores) e suas partes, ne	Oportunidade Perdida	1.90	0,10	0	0,06	-	
10 primeiros			Total e Média	38,26	0,45	0,12	0,32	0,07

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRADECAN 2024 e do SIGCI 2024 – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Nota: A Matriz de Competitividade para o ano 2000 não é calculada, pois é o ano de início da pesquisa. Lembrando que o cálculo da matriz requer um período de análise – ano de início e ano de fim. O símbolo (-) indica a ausência

de dados disponíveis.

Ao analisar a tabela acima, percebe-se que diferente dos mercados Mundo e China, a pauta de exportação dos mais relevantes grupos concentra-se especialmente em MnoBRN, destacando-se a indústria automobilística. Em 2000 o grupo “automóveis de passageiro” marcou 7,77% das exportações brasileiras ao bloco, mantendo excelentes ICII com Argentina e Uruguai com ICII=0,82 e ICII=0,77 respectivamente e caracterizado no grupo de exportações como em “situação ótima”, ou seja, com alta eficiência e posicionamento favorável. O grupo manteve-se na liderança de exportações ao bloco em todos os períodos analisados, alcançando o pico de 16,40% em 2013 com a Argentina e marcando o ICII=0,91 e Uruguai com ICII=0,95, onde também foi caracterizado em “situação ótima” e por um comércio intraindustrial. Entretanto nos períodos subsequentes houve uma retração da participação do grupo, em especial a partir do período da pandemia do COVID-19. Em 2019, embora o setor tenha representado 15,14% das exportações ao bloco, caracterizou-se no grupo de exportações como em “situação vulnerável”, ou seja, produtos com baixa eficiência, mas que mantém posicionamento no mercado. Em 2022 o setor teve uma participação de 8,88% do mercado de exportação ao Mercosul, caracterizando o grupo como “situação vulnerável”, mas mantendo um ICII=0,85 com a Argentina caracterizado por um comércio intraindustrial.

O grupo de “veículos automotores” que teve a participação de 3,5% em 2000 e ICII de 0,74 com a Argentina e 0,11 com o Uruguai passa por transformações no período em análise. Enquanto em 2008 o grupo caracterizava-se em “situação ótima”, em 2021 caracterizou-se como “vulnerável”. O ICII com a Argentina apresentou queda, marcando 0,27 em 2021 e 0,26 em 2022. Entretanto com o Uruguai o ICII melhora, alcançando 0,93 em 2021 e 0,82 em 2022, evidenciando uma melhor integração do setor com o Uruguai. O Paraguai apresenta uma pauta de exportação basicamente interindustrial, mas apresentando grupos classificados como comércio moderadamente intraindustrial como “Produtos de polimerização e copolimerização” com ICII= 0,19 em 2008, e “papel e cartão”, vinculado a MnoBRN que atingiu um ICII=0,28 em 2021, mas que foi caracterizado em “situação vulnerável” nesse mesmo ano. A Venezuela manteve em sua maioria um comércio interindustrial com o Brasil, apesar de em alguns momentos (2008 e 2019) grupos como “partes e acessórios” e “produtos de polimerização” manterem um ICII > 0,40.

Vale salientar que rubros como “partes e acessórios”, “motores de pistão de combustão interna e suas partes”, “papel cartão”, “lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço”, “equipamentos de telecomunicação” também destacam-se entre os principais grupos exportados. Nos anos de 2013 e 2019 figura-se entre os principais grupos o de “carnes e

miudezas comestíveis, frescas, resfriadas ou congeladas”, grupo este vinculado ao setor agrícola e que mantém um ICII > 0,60 para os mercados Argentina e Uruguai, caracterizando-se no grupo de exportações como “vulneráveis”. Além disso, dentre os principais grupos de exportação destaca-se “minério de ferro e concentrados”, vinculados a classificação de FTMM e variando entre “vulnerável” e “Oportunidades Perdidas” no período em análise.

A análise dos dados sugere uma melhor integração do Brasil com os países do Mercosul, em especial Argentina e Uruguai, onde o ICII é mais elevado. Tal integração é particularmente percebida no setor automotivo, que beneficia-se de cadeias produtivas que estão mais interligadas e uma maior colaboração entre os países membros. Tal dinâmica sugere que, apesar das dificuldades enfrentadas, inclusive com perda de participação de grupos importantes, o Mercosul continua resiliente e apresentando uma posição competitiva em rubros de maior valor agregado. É relevante destacar que uma maior concentração de produtos manufaturados, aliado a um ICII mais forte como ocorre com os Estados da Argentina e Uruguai, por exemplo, apontam a necessidade de políticas que incentivem a inovação e a competitividade da indústria.

9.1.3.2 A matriz de competitividade do Brasil com o Mercosul

Tabela 10 – Matriz de Competitividade Brasileira com o Mercosul 2000-2022 (por destino em % em ano final)

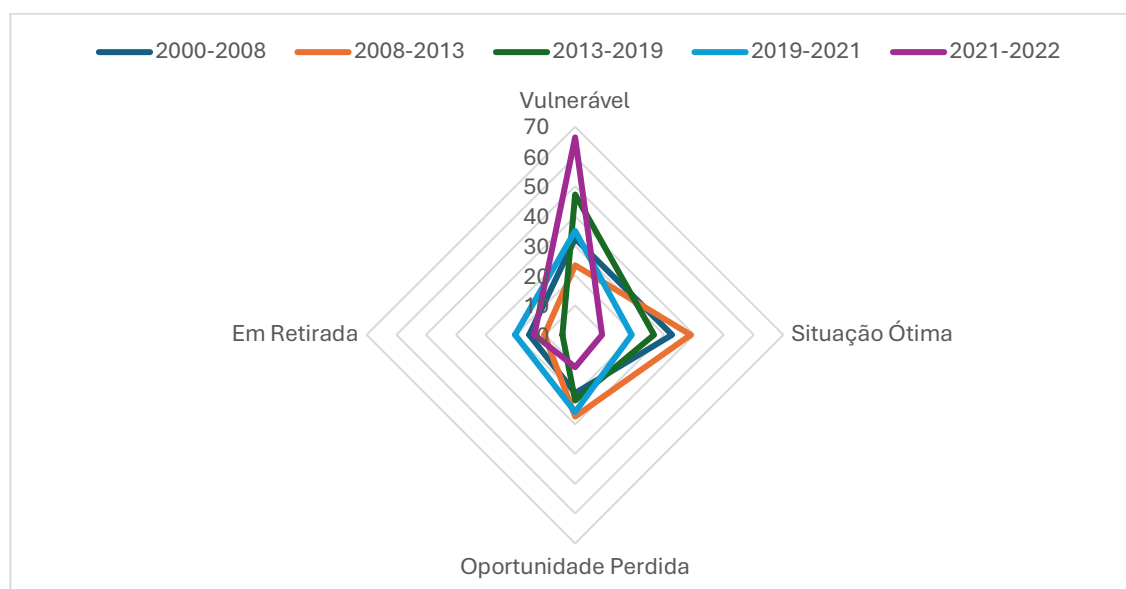
Exportações ao Mundo	2000-2008	2008-2013	2013-2019	2019-2021	2021-2022
Vulnerável	32.48	23.46	47.25	34.99	66.43
Situação Ótima	32.64	38.90	26.58	19.06	9.11
Oportunidade Perdida	19.51	27.38	21.96	25.84	10.79
Em Retirada	15.36	10.27	4.21	20.10	13.65

FONTE: Elaboração própria com base em Pinheiro e Fernández (2024). TRADECAN - CEPAL 2023.

A partir da análise de Pinheiro e Fernández (2024), evidencia-se a Matriz de Competitividade brasileira com os países do Mercosul bastante diversificada, com radiais oscilando em especial entre os grupos “vulnerável” e “oportunidades perdidas”. Quando analisa-se o primeiro período, verifica-se o destaque dos grupos em “situação ótima” e “vulnerável”, com índices muito próximos entre si, marcando 32,64% e 32,48% respectivamente. Ao analisar os 10 principais rubros de exportação, é possível verificar que dentre os bens no grupo “vulneráveis”, todos pertencem a MnoBR, com destaque a ao setor de peças de automóveis, equipamentos de telecomunicação, papel cartão e veículos automotores. O grupo pertencente aos “vulneráveis” expande-se para 47,25% em (2013;2019), sendo que no

período a partir da pandemia tem uma queda para 34,99% (2029;2021), expandindo-se para o pico em 2021-2022, totalizando 66,43% das exportações. No último período em análise, é destacada a indústria automobilística, como veículos, partes e acessórios, além de minério de ferro, relacionado a recursos naturais, evidenciando a preocupante situação de tais grupos no período pós-pandemia.

Gráfico 08 - Matriz de Competitividade Brasileira com o MERCOSUL 2000-2022 (por destino em % em ano final)



FONTE: Pinheiro e Fernández (2024). Elaborado com base em TRADECAN - CEPAL 2023.

Os períodos compreendidos entre 2000 e 2013, verifica-se que a indústria automobilística do Brasil e o grupo produtos petrolíferos refinados destacaram-se como os principais grupos de exportação para o Mercosul. Nesse período, tais rubros obtiveram posições de destaque entre os principais produtos exportados, em especial entre os anos de 2008 e 2013. Todavia, a partir de 2013, o cenário começou a mudar. Grupos ligados ao setor automobilísticos começaram a enfraquecer, passando para uma “situação vulnerável” entre 2013 e 2019. No período de 2019 a 2021, a situação piorou, com alguns grupos como “automóveis de passageiros”⁴⁶, enfrentando uma fase de retirada do mercado. Contudo, entre 2021 e 2022, esses grupos voltaram a atuar, embora ainda em uma situação vulnerável (Pinheiro e Fernández, 2024).

⁴⁶ 781 – Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias.

Pinheiro e Fernández (2024) destacam que a situação da pauta exportadora do Mercosul contrasta com as relações comerciais do Brasil com o Mundo e com a China. A estrutura de mercado do Mercosul demonstrou uma maior intensidade tecnológica nas exportações, o que é importante para um desenvolvimento industrial e crescimento econômico. A integração regional facilita o acesso a um mercado mais amplo, promovendo o comércio e a cooperação entre os países membros, além de impulsionar a inovação e a competitividade. Mesmo que tenha havido uma redução do Mercosul na participação total das importações e exportações do Brasil, o bloco ainda mantém índices significativos em termos de intensidade tecnológica dos bens exportados.

Muito tem se debatido sobre um caráter subimperalista do Brasil em relação aos demais membros do Mercosul. Neste sentido, torna-se necessário salientar, que de fato, o Brasil exerce uma relação assimétrica com os membros do bloco. Nesse sentido, requer-se nesta pesquisa um detalhamento mais minucioso das trocas comerciais ocorridas com cada membro do bloco, verificando o grau de trocas desiguais entre os países com o Brasil para uma reflexão mais detalhada sobre o tema. Entretanto, vale destacar o que fora destacado por Katz (2020), revelando que o Brasil tem intensificado a sua especialização em exportações básicas, além de um forte retrocesso industrial, sendo que o Brasil deixou de ser visto como uma economia industrial em ascensão diante do crescimento asiático, e o espaço para uma política subimperalista parece ter um espaço menor neste período histórico. Por outro lado, políticas para atenuar as assimetrias existentes como o Focem parecem ser o caminho para que haja uma integração mais igualitária, considerando as diferenças específicas de cada país. Uma simples liberalização comercial entre os países membro não parece ser a forma mais justa de integração, nem o caminho correto para tal.

9.2 O ÍNDICE DE COMÉRCIO INTRAININDUSTRIAL

Conforme observa-se na tabela 11 e seguir e que foi evidenciado por Pinheiro e Fernández (2024), o mercado intraindústria nos mercados Mundo, China e com os países do Mercosul apresentam algumas mudanças. Observou-se que houve uma diminuição importante desse tipo de comércio analisando o mercado Mundo, o que indica uma desintegração produtiva do Brasil com o resto do mundo. O índice caiu de 0,41 em 2000 para 0,3 em 2022. Tal queda evidencia uma mudança de um comércio predominantemente intraindústria para um moderadamente intraindústria.

Tabela 11 – Índice de Comércio Intraindústria do Brasil com Mundo, China e Mercosul

	2000 - 2022						
País/Bloco	2000	2008	2013	2019	2021	2022	MÉDIA
MUNDO	0.41	0.44	0.36	0.33	0.28	0.3	0.35
CHINA	0.08	0.05	0.03	0.03	0.05	0.03	0.045
PAÍSES DO MERCOSUL							
	2000	2008	2013	2019	2021	2022	MÉDIA
ARGENTINA	0.47	0.59	0.6	0.5	0.41	0.42	0.49
URUGUAI	0.3	0.26	0.34	0.4	0.37	0.37	0.34
PARAGUAI	0.12	0.2	0.18	0.24	0.23	0.24	0.20
VENEZUELA	0.09	0.09	0.09	0.12	0.1	0.03	0.09

Fonte: Pinheiro e Fernández (2024). Elaborado com base em SIGCI 2023 – CEPAL

Quando Pinheiro e Fernández (2024) analisaram o ICII com a China, os dados sugerem uma baixíssima integração produtiva, uma vez que o ICII teria reduzido ainda mais no período em análise, passando de 0,08 em 2000 para 0,03 em 2022. Essa discrepância pode indicar uma intensificação das trocas desiguais, conceito utilizado por Marini (2000) para caracterizar assimetrias no comércio internacional, o que também poderia apontar para um comércio predominantemente interindustrial. No período analisado, parece haver um aumento na compra de bens vinculados a recursos naturais do Brasil por parte da China, acompanhado de uma redução na aquisição de manufaturas. O índice sugere a predominância da lógica das vantagens comparativas, o que indica a necessidade de uma reflexão sobre possíveis estratégias para contornar essa realidade. Além disso, há indícios de que o Brasil se torne um país cada vez mais dependente da tecnologia do mercado chinês.

Por outro lado, o Mercosul, particularmente a Argentina, expressou importante evolução até 2013, onde marcou 0,6, apresentando uma integração produtiva alta, todavia nos períodos subsequentes, o índice foi menor, marcando 0,5 em 2019, 0,41 em 2021 e 0,42 em 2022. O

Uruguai melhorou o índice quando comparado ao ano 2000, saltando de 0,3 para 0,4 em 2019. Em 2022 marcou 0,42. Nesse sentido, verifica-se uma melhora na análise do índice, sendo que o Uruguai saiu de uma situação de moderadamente interindustrial para um comércio intraindústria. O Paraguai também melhorou o índice, evidenciando uma melhora na integração produtiva, sendo que em 2000 marcou 0,12 e em 2022 marcou 0,24. A Venezuela, nação muito vinculada a pauta exportadora do petróleo, manteve ICII baixos e decrescentes, passando de 0,09 em 2000 para 0,03 em 2022, indicando uma relação de comércio interindustrial. É com a Argentina que o Brasil possui o ICII com valores mais elevados nos últimos anos. Tal resultado pode ser explicado pela característica da Argentina e o Brasil possuírem maiores semelhanças nas suas estruturas produtivas e na relação de utilização dos fatores produtivos ⁴⁷do que com outros sócios comerciais, fato que já tinha sido destacado por Fernández (2014)

9.2.1 Os grupos mais integrados

A seguir, mostrar-se-á a relação dos 10 principais rubros com maior ICII em cada mercado e período analisado no sentido de aprofundar a análise, reagrupando os grupos conforme a classificação de Mandeng (1993). Ressalta-se que nesses dados ainda não está incorporada a representatividade de cada rubro exportado, salientando nesse primeiro momento somente os grupos com maior integração entre os mercados. As tabelas referentes aos dados citados na análise encontram-se no apêndice da dissertação.

Ao analisar os grupos entre o período de 2000 e 2022, a análise do ICII do Brasil com o Mundo indica para uma redução na integração de manufaturas no comércio intraindústria. Dentre os dez com maior ICII, revelam-se importantes rubros como “Veículos Rodoviários Motorizados”, “Máquinas Agrícolas e “Produtos Químicos”, com $ICII \geq 0,99$ em diversos períodos. Há também uma redução de grupos de manufaturados entre os mais integrados no decorrer do período em análise como “produtos de arame” e “tecidos de algodão”. Por outro lado, produtos agrícolas como arroz, cacau e óleos vegetais aparecem mais integrados, sugerindo uma mudança no perfil do comércio ao longo do período. Tal mudança ocorre provavelmente por mudanças nas cadeias globais de valor, com maior concorrência de países como a China que ofertam produtos manufaturados a menor custo.

Em relação a China, o ICII apresentou mudanças, sinalizando transformações na composição daqueles grupos mais integrados. Conforme as tabelas disponíveis no apêndice,

⁴⁷ Capital e Trabalho

sugere-se que em 2000, rubros vinculados a manufaturas como “outros produtos químicos orgânicos” com ICII 0,98 e “Motores de pistão de combustão interna” com ICII 0,88, destacavam-se por indicarem uma maior integração. Entretanto, ao longo do tempo em análise, produtos com menor sofisticação em termos tecnológicos como “Matérias vegetais brutas” com ICII 0,99 em 2021, e “Peixe Fresco” com ICII de 0,98 em 2022 acabaram por assumir maior importância. Produtos vinculados a MnoBRN como “Óleos essenciais, perfumes e matérias aromatizantes”, mantiveram bons índices, alcançando ICII = 0,97 em 2019 e ICII = 0,99 em 2021. Por outro lado, grupos como ‘Máquinas para fabricas de papel’ que tiveram um ICII = 0,76 em 2000, e ICII = 0,88 em 2008, acabaram perdendo destaque nos anos seguintes. Percebe-se que os grupos vinculados a agricultura ganharam destaque no período em análise, enquanto MnoBRN perderam relevância, sugerindo uma pauta exportadora menos diversificada do Brasil com o Grande Asiático, reforçando o deslocamento da pauta exportadora para bens primários.

Quanto ao Mercosul, a análise do ICII será realizada por país, considerando que a plataforma SIGCI não apresenta os dados em bloco, somente individualmente. Ao final do capítulo será realizada uma breve análise geral dos resultados.

Ao analisar os 10 principais rubros com maior ICII do Brasil com Argentina, verifica-se uma ampliação na participação de produtos primários. Em 2000, oito dos dez grupos mais integrados pertenciam a classificação MnoBRN, enquanto havia apenas um grupo vinculado a agricultura e um a FTMM. Destaca-se no mesmo ano “Equipamentos para distribuição de eletricidade” com ICII=0,98, “Motores de pistão de combustão interna e suas partes”, Máquinas-ferramentas para trabalhar metais ou carbonetos metálicos, suas partes e acessórios”, e “Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos” com ICII=0,97. Em 2013, ano que o ICII entre os países foi o maior (ICII=0,60), os grupos que sinalizam serem mais integrados estão relacionados a “Tabaco não fabricado; lixo de tabaco” Produtos medicinais e farmacêuticos” e Barras, barras, ângulos, perfis e perfis de ferro e aço (incluindo estacas-pranchas)” Com ICII = 0,97. Em 2022 os grupos que indicam maior integração são “Frutas, conservas e preparações de frutas” e “Motores de pistão de combustão interna e suas partes...” como ICII=0,99. Verifica-se neste caso a ampliação de grupos vinculados a produtos primários entre os mais integrados, especialmente ligados a agricultura.

Em relação ao Paraguai, é possível verificar, em 2000, o destaque de grupos classificados como MnoBRN, como “Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogênicos” com ICII = 0,96 e “Legumes frescos, refrigerados, congelados ou mal-conservados” com ICII = 0,89. Produtos vinculados à agricultura, como “Frutas, conservas e preparação de frutas” e “Frutas e nozes”, aparecem cinco vezes entre os dez mais integrados

em 2000, enquanto MnoBRN, como “Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos” e “Instrumentos musicais e suas partes e acessórios”, também aparecem cinco vezes. Em anos mais recentes, como em 2022, pode-se verificar uma ampliação de produtos vinculados a manufaturas, sendo que, dentre os dez mais integrados, sete estão ligados a MnoBRN, como “Tecidos de malha” com ICII = 1,00 e “Outras máquinas e aparelhos para geração de energia e suas partes” com ICII = 0,96. Dois grupos estão relacionados a MBRN, como “Ferro-gusa, spiegelelsen, ferro-esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferro-ligas” e “Couro”. Verifica-se que a ampliação do ICII, conforme sugere na Tabela 11 entre Brasil e Paraguai, está vinculado a grupos com maior intensidade tecnológica, considerando os dez principais rubros analisados.

Quando a análise é realizada entre os 10 principais grupos com maior ICII com o Uruguai, percebe-se que, em 2000, oito dos dez grupos mais integrados estavam vinculados a *MnoBRN*, como “instrumentos e aparelhos ópticos”, com ICII = 0,99, e “máquinas e aparelhos para impressão”, com ICII = 0,97. Um deles estava vinculado a *MBRN* — “couro” — e outro estava vinculado à classificação de energia, com o grupo “produtos petrolíferos refinados”, apresentando ICII = 0,83. Ao longo do período, produtos vinculados à classificação agricultura ganharam espaço. Em 2008, a classificação aparece duas vezes entre os mais integrados, com os grupos “legumes frescos, refrigerados...” com ICII = 0,93 e “produtos e preparações comestíveis...” com ICII = 0,92. Em 2022, a classificação aparece quatro vezes entre os possíveis mais integrados, com destaque para “crustáceos e moluscos, com ou sem casca, frescos (vivos ou mortos)” (ICII = 0,97) e “bebidas alcoólicas” (ICII = 0,91). No mesmo ano, o grupo com provável maior nível de integração foi o de “instrumentos e aparelhos médicos...” com ICII = 1, sugerindo que exportações e importações eram praticamente equivalentes, e sinalizando uma forte integração produtiva. A análise sugere que, embora as manufaturas continuem dominantes entre os mais integrados, a classificação de bens vinculados à agricultura também ganha espaço no mercado com o Uruguai.

Em relação à Venezuela, quando verifica-se os principais grupos com maior ICII, observa-se uma forte queda no nível de integração. No ano 2000, quando analisados os dez primeiros rubros, o ICII variou entre 0,69 e 0,96. Destacam-se grupos vinculados a “Preparações de sabão, limpeza e polimento” (ICII = 1) e “Estruturas e peças, não especificadas, de ferro, aço ou alumínio...”. Verifica-se, ainda, que dos dez grupos mais integrados no mesmo ano, sete estão vinculados à classificação de MnoBRN, um à MBRN e dois à agricultura. A partir de 2008, observa-se uma possível maior desintegração dos grupos com maior ICII entre os dez primeiros, com uma variação entre 0,4 e 0,99. Em 2022, a variação entre os principais

rubros ficou entre 0,07 e 0,7, demonstrando podendo estar relacionado a uma desintegração nesse comércio. Produtos vinculados a “Produtos de condensação, policondensação e poliadição, mesmo modificados ou polimerizados, mesmo lineares”, que tiveram um ICII = 0,36 em 2019, marcaram 0,17 em 2021 e 0,15 em 2022. Embora predomine itens vinculados a manufaturas entre os mais integrados, o ICII vem demonstrando queda, sinalizando uma desintegração entre os rubros.

A análise de dados de comércio intraindústria (ICII) apresenta uma dinâmica onde, na maior parte dos mercados analisados, a classificação MnoBRN perde espaço quando comparados os 10 rubros mais possivelmente mais integrados. Tal dinâmica ocorre nos mercados Mundo, China, Argentina e Uruguai, sendo que o grupo de bens vinculados à agricultura ganha espaço nesses comércios. Um caso distinto ocorre com o Paraguai, que, além de melhorar o índice geral de ICII com o Brasil, também sinaliza uma maior integração com grupos mais sofisticados vinculados a MnoBRN e MBRN. A Venezuela, com um mercado voltado basicamente ao setor petrolífero, apresenta uma forte queda no ICII no período analisado. Os dados reforçam a análise da Matriz de Competitividade de que o Brasil vem perdendo competitividade entre os grupos com maior sofisticação tecnológica.

Os resultados apresentados evidenciam as mudanças na estrutura produtiva do comércio brasileiro no período e refletem distintos padrões de integração produtiva entre os mercados analisados. A análise do ICII demonstra uma tendência de desintegração produtiva do Brasil no comércio com a China e o Mundo e, ao mesmo tempo, uma manutenção relativa da integração com o Mercosul, em especial com a Argentina e o Uruguai. A Matriz de Competitividade indica um processo contínuo de reprimarização da pauta de exportação do Brasil, em especial com a China e Mundo, e apresenta uma crescente dependência da exportação de bens primários e perda de competitividade em rubros manufatureiros de maior valor agregado. A relação com a China mostra-se altamente assimétrica e caracteriza-se por um comércio interindustrial, enquanto, no Mercosul, verifica-se uma maior integração produtiva em grupos mais sofisticados. A desagregação dos dez principais grupos de exportação evidenciou uma redução na presença de manufaturas, impondo desafios para a inserção do Brasil nesses mercados. Diante de tal cenário, evidencia-se a necessidade de estratégias que promovam uma maior diversificação produtiva. Entretanto, os dados demonstram que, apesar da perda de participação e dos enormes desafios, a integração produtiva com o Mercosul permanece estratégica, considerando que grupos mais sofisticados continuam desempenhando um papel central na estrutura produtiva.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer a articulação de um estudo histórico, teórico e empírico, a presente pesquisa possibilitou uma maior compreensão da estrutura dependente da economia brasileira ao longo dos séculos e permitiu relacioná-la com o período atual, marcado pela crescente relação assimétrica e de dependência estabelecida entre as economias brasileira e chinesa. Tal análise mostrou-se fundamental, pois a economia não deve ser analisada de forma separada da história, ou seja, não se pode desconsiderar os condicionantes históricos que moldam os processos econômicos e políticos. Ademais, foi essencial a adoção de um arcabouço teórico capaz de interpretar as complexidades da economia dependente, que não se limitasse a uma análise teórica universalizante e dogmática, mas que contemplasse as especificidades latino-americanas, permitindo, a partir desse conjunto, uma interpretação mais precisa dos dados empíricos.

Nesse contexto, torna-se imprescindível destacar que tanto as reflexões do estruturalismo latino-americano quanto a Teoria Marxista da Dependência, em especial Prebisch (2000) e Marini (2000), têm a capacidade de perceber o que as vantagens comparativas não consideram: a dependência econômica na exportação de commodities para mercados dominantes, como a China, e a perpetuação das estruturas econômicas que limitam o desenvolvimento de produções mais intensivas em tecnologia. Os modelos inspirados em Smith (1996) e Ricardo (1996) idealizam um sistema de trocas em equilíbrio e mutuamente benéfico, enquanto as contribuições de Prebisch (2000) e Marini (1993, 2000, 2013) analisam as condições específicas do capitalismo na América Latina, propondo um rompimento epistêmico com as teorias ortodoxas, que abordam o desenvolvimento como um processo universalizante. Também foram importantes as críticas dirigidas ao modelo da CEPAL, considerando, por exemplo, as falhas do modelo, que mantém a dependência da importação de bens de capital e não considera de forma adequada o impacto dos investimentos estrangeiros e do atraso tecnológico (Traspadini e Amaral, 2022).

Ademais, o debate sobre imperialismo e dependência possibilitou expor as contradições estruturais vinculadas ao capitalismo dependente latino-americano, sendo essencial compreender as dinâmicas inerentes aos países subordinados na ordem global. As categorias de troca desigual e superexploração do trabalho, cunhadas por Marini (2000), evidenciam que o subdesenvolvimento não é uma anomalia, mas uma característica intrínseca ao capitalismo, como fora problematizado por Osório (2004). As análises de Marini reforçam a necessidade de

uma abordagem crítica, no sentido de buscar um projeto popular que contemple os anseios da sociedade.

A China, ao adotar o capitalismo monopolista com as reformas econômicas a partir de 1978, passou a disputar com os EUA a hegemonia mundial. Nesses aspectos, ganha espaço o debate sobre o caráter imperialista da China ou não. As reformas econômicas desse período permitiram a reconfiguração da estrutura de poder interna do país, atraindo capital e possibilitando o crescimento de grandes empresas (Souza, 2018; Wimer e Hellmund, 2020). Enquanto Almeida (2022) aponta que a China se tornou parte integrante do processo de reconfiguração imperialista, Harris (2024) e Li e Kotz (2021) questionam esse caráter. Entretanto, o que se percebe, a partir da análise de dados, é que a expansão da demanda chinesa por *commodities* aprofunda a reprimarização da pauta exportadora brasileira, intensificando a dependência do país na exportação de bens primários e na importação de manufaturados, o que resulta em trocas desiguais nas relações comerciais. Os investimentos chineses concentram-se nos grupos de energia e infraestrutura, contribuem para o crescimento econômico, mas levantam preocupações, como as causas ambientais e o aumento da dependência estratégica de um único parceiro. Embora a China não realize tensões por “troca de regime” através de golpes militares ou “revoluções coloridas”, utiliza-se do poder econômico para expandir seu controle através da “diplomacia” do “ganha-ganha”, onde, numa troca desigual, quem sempre se favorece das relações econômicas são as elites locais, empresas transnacionais e o próprio Estado chinês.

Ao refletir sobre o Mercosul, foi possível evidenciar que as assimetrias entre os países membros acaba limitando o processo de integração produtiva. Por outro lado, iniciativas como o Focem possuem o potencial de mitigar tais discrepâncias. Ademais, a crise econômica vivenciada pelo Brasil e Argentina, além da crescente influência da China na região, intensifica a dependência regional e acelera a desindustrialização. Cabe salientar que a integração não deve restringir-se a aspectos econômicos, sendo fundamental a incorporação de pautas políticas e sociais. Sendo assim, destaca-se a importância dos direitos humanos, da democracia, da educação, da saúde e da valorização da diversidade para a consolidação de um bloco mais coeso e inclusivo.

Os resultados empíricos, oriundos da análise da Matriz de Competitividade e do Comércio Intraindústria, possibilitaram uma criteriosa avaliação das dinâmicas do comércio do Brasil com os mercados em análise. As evidências apontam para uma transformação na estrutura de produção do comércio externo do país, e indicam diferentes padrões de integração entre os parceiros comerciais em análise. A análise do ICII sugere um processo de desintegração

produtiva do Brasil com os mercados China e Mundo, por outro lado, observou-se uma relativa manutenção da integração produtiva com o Mercosul, em especial com a Argentina e com o Uruguai, notadamente em rubros mais sofisticados, como o complexo automotivo, algo que já estava apontado em Fernández e Curado (2019), para um período anterior e também para o caso da Argentina.

Ademais, a Matriz de Competitividade evidencia um processo contínuo de reprimarização da pauta exportadora brasileira. Esse fenômeno torna-se particularmente evidente na relação comercial com a China, onde a participação de manufaturas nas exportações do Brasil caiu de 21,93% para apenas 3,92% entre os anos 2000 e 2022. Essa redução foi ainda mais acentuada do que a observada no comércio global, no qual a participação de manufaturas recuou de 53,64% para 24,45% no mesmo período, reforçando a tendência de especialização regressiva da economia brasileira. Por outro lado, as manufaturas representam 80,9% das exportações do Brasil para o Mercosul. Embora esse percentual tenha diminuído em relação ao ano 2000, quando atingia 85,8%, as manufaturas seguem sendo o principal componente da pauta exportadora brasileira na região.

Apesar da importante participação de manufaturas nas exportações brasileiras ao Mercosul, observa-se que o processo de integração regional ainda não atingiu plenamente os seus objetivos, visto que a economia brasileira mantém um perfil cada vez mais monoexportador, e a perda de participação relativa do bloco nas exportações totais é motivo de preocupação. Por outro lado, o Mercado regional continua dinâmico, e envolve uma indústria que emprega uma parcela relevante de força de trabalho e desempenha um papel que é estratégico para o país. Lidar com a questão das assimetrias econômicas entre os membros do Mercosul e lidar com a expansão chinesa na região permanece um desafio para a consolidação da integração. Embora as relações assimétricas sejam uma realidade, parece que o espaço para uma política subimperialista do Brasil na região pode estar se reduzindo diante do avanço da desindustrialização, entretanto, a fim de uma melhor compreensão sobre tais impactos, torna-se relevante uma análise mais detalhada, como a mensuração detalhada das trocas realizadas entre os países do bloco, a exportação de capitais ou ainda a investigação de que forma a ofensiva estadunidense junto ao avanço chinês na região pode alterar essa configuração.

O Brasil ainda não conseguiu romper com a lógica de dependência externa que fora analisada por Prado Júnior (2011) desde a colonização, quando a economia nacional possuía uma estrutura em função da exportação de bens primários, como pau-brasil, açúcar, café, algodão e ouro. Tal dinâmica ainda está presente no comércio internacional contemporâneo, em especial na relação com a China, onde a pauta exportadora do Brasil centra-se em

commodities como minério de ferro, soja e petróleo. A predominância de tais produtos, evidencia a manutenção de um padrão de produção para fora, satisfazendo lucros e necessidades internacionais e de elites locais, e não a necessidade do povo. O país continua dependente na exportação de bens primários, limitando sua capacidade de desenvolver grupos mais sofisticados.

Para um aprimoramento da pesquisa, torna-se necessário utilizar outras ferramentas e dados analíticos que permitam um aprofundamento no debate. Além da Matriz de Competitividade e do Índice de Comércio Intraindústria, recomenda-se a inclusão de outros indicadores que possibilitem mensurar a relação entre a desindustrialização do Brasil e a presença da China, bem como refletir, de forma mais ampla, sobre os processos de relação assimétrica entre os membros do Mercosul. Além disso, torna-se fundamental refletir sobre a posição ambígua do Brasil no âmbito do Mercosul, que, ao mesmo tempo em que pode atuar como país líder em um processo de integração, também pode apresentar características de subimperialismo, estabelecendo trocas desiguais com os países vizinhos como sugere Carcanholo e Saludjian (2014). Ademais, com base nas reflexões de Dos Santos (2011), seria pertinente avaliar o papel das multinacionais como agentes da internacionalização do capital e da consolidação do imperialismo contemporâneo, destacando sua influência no Mercosul. Além disso, é relevante analisar o bloco diante do novo cenário político, marcado pela entrada da Bolívia e pelos desafios decorrentes da vitória de Lula no Brasil e de Javier Milei na Argentina, considerando as visões divergentes de ambos sobre o processo de integração regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTINI, M. d.; OLIVEIRA, S. P. Brazil as a strategic partner to the Free Trade Agreement between European Union and Mercosul. *VirtuaJus*, 2024, p. 283–296.
- ALMEIDA, J. O ascenso da China e o sistema mundial: relações de cooperação, futuro compartilhado ou bipolarização interimperialista. *CEAS - Revista Crítica de Humanidade*, jan. 2022, p. 109-130.
- AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARDILA, M. Á. El maoísmo y los maoísmos: coordenadas histórico-teóricas para una interpretación desde América Latina. *Revista Colombiana de Sociología*, 2017, p. 149–178.
- BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, Manchester, 1965.
- BAMBIRRA, V.; SANTOS, T. d. El leninismo, su estrategia y su táctica. In: KOHAN, N. (org.). *Teorías del imperialismo y la dependencia*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: IEALC, 2022. p. 123-130.
- BANCO MUNDIAL. *Banco Mundial*. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/1ff4a498/Popular-Indicators>. Acesso em: junho 2024.
- BAUMANN, R. et al. Research investment cooperation between Brazil and China. Brasília: IPEA, 2022.
- BERNAL-MEZA, R. Argentina y Brasil en la política internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación e factores de tensión). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2008, p. 154-178.
- BIELCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELCHOWSKY, R.; MUSSI, C. Padrões de desenvolvimento da economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: NETO, A. F. et al. (orgs.). *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008) – América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: CGEE, 2013. p. 137-210.
- BRANDÃO, D. D. Natureza e alcance do conceito de subimperialismo no capitalismo contemporâneo: um estudo de caso sobre a economia brasileira. 2019. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2019.

- CABRAL, C. H.; ANDRADE, M. T.; JUNIOR, B. W. A integração que deu certo: o Mercosul Social e a efetivação dos direitos fundamentais. *Revista FSA*, out./dez. 2013, p. 115–132.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.
- CARCANHOLO, M. D.; SALUDJIAN, A. Integração sul-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro. In: ÁLVAREZ, J. E. (org.). *América Latina en medio de la crisis mundial - trayectorias nacionales y tendencias regionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 185-206.
- CEPAL. *Boletín de comercio exterior del Mercosur n. 4: treinta años del Mercosur: en busca de una estrategia exportadora exitosa*. Santiago: CEPAL, 2021.
- CEPAL. *Perspectivas del comercio internacional de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2023.
- CEPAL. *Foreign direct investment in Latin America and the Caribbean 2024*. Santiago: United Nations Publication, 2024.
- CEPAL. *SIGCI* CEPAL. Disponível
em: https://sigci.cepal.org/sigci_documentation.html?idioma=e. Acesso em: 12 ago. 2024.
- COSTA, A. *Mercosur - una política de Estado: hacia una estrategia de integración productiva al servicio del desarrollo del Mercosur*. Buenos Aires, 2021.
- COSTA, K. G.; CASTILHO, M. d.; ANYUL, M. P. Estrutura produtiva e encadeamentos produtivos na era das cadeias globais de valor: uma análise insumo-produto. *Blucher Engineering Proceedings*, 2017, p. 586-604.
- CUEVA, A. *El marxismo latinoamericano: historia y problemas actuales*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1987, p. 177-200.
- DOS SANTOS, T. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.
- DVOSKIN, N. Heterogeneidad estructural, subdesarrollo y dependencia: los entramados histórico-teóricos del desarrollismo tardío latinoamericano. In: CIMOLI, M. (org.). *Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*. Santiago: CEPAL, 2005. p. 61-84.
- FAJNZYLBER, F. Inserción internacional e innovación institucional. *Revista de la CEPAL*, ago. 1991, p. 149-178.
- FERNÁNDEZ, V. L. A inserção externa da Argentina: um estudo sobre a relevância dos recursos naturais no padrão de exportações, a competitividade e o comércio intra-industrial no período de 1985 a 2010. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

- FERNÁNDEZ, V. L.; CURADO, M. Matriz de competitividade e o papel dos mercados emergentes nas exportações argentinas e brasileiras. *Economia e Sociedade*, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, jan./abr. 2019, p. 123-151.
- FERNÁNDEZ, V. L.; CURADO, M. L. A inserção externa da Argentina: uma análise a partir do comércio intra-industrial com Brasil, Estados Unidos e China. *Revista de Economia Política e História Econômica*, jul. 2019, p. 88-108.
- FERNÁNDEZ, V. L.; CURADO, M. L. La matriz de competitividad argentina: evolución de la inserción internacional del país ante la controversia de los recursos naturales. *Revista de la CEPAL*, abr. 2019, p. 76-92.
- FERNÁNDEZ, V. L. Repensando la integración productiva y comercial entre Argentina y Brasil en el pospandemia. In: SEGUNDO CONGRESO INTERNACIONAL DE CIENCIAS HUMANAS: ACTUALIDAD DE LO CLÁSICO Y SABERES EN DISPUTA DE CARA A LA SOCIEDAD DIGITAL, 2022, San Martín. Anais [...]. San Martín, Buenos Aires: Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, 2022.
- FERNANDES, L. E. Lenin e o imperialismo contemporâneo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 12, n. 2, out. 2020, p. 69-85.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FRANCO, A. A. *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador: Universidade da Bahia, 1958.
- FRENKEL, A.; AZZI, D. Jair Bolsonaro y la desintegración de América del Sur: ¿un paréntesis? *Nueva Sociedad*, jan./fev. 2021, p. 170–181.
- FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República. In: ABREU, M. de (org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, [s.d.].
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 2005.
- GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C.; CANUTO, O. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. *Intra-industry trade: the theory and measurement of international trade in differentiated products*. New York: John Wiley & Sons, 1975.
- HARRIS, J. Is China an imperialist power? *Race & Class*, 7 abr. 2024, p. 63-87.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, jan./mar. 2017, v. 37, n. 1, p. 189-207.
- HIRATUKA, C.; CASTILHO, M.; DUSSEL, E.; BIANCO, C.; CARRACELAS, G. Relações comerciais entre América Latina e China: caracterização da evolução recente. In:

- BITENCOURT, G. (org.). *El impacto de China en América Latina: comercio e inversiones*. Uruguay: Red Mercosur, 2012. p. 81-134.
- HOLANDA, F. M. Apresentação. In: RICARDO, D. *Princípios de tributação*. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. p. 5-13.
- KATZ, C. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KOHAN, N. *Teorías del imperialismo y la dependencia: desde el Sur Global*. Buenos Aires: Cienflores, 2022.
- KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M. J. *Economia internacional*. São Paulo: Pearson, 2015.
- LÖWY, M. *El marxismo en América Latina: antología desde 1909*. Chile: LOM Ediciones, 2007.
- LAUFER, R. La “China global” y el mundo “en desarrollo”: la retórica del desarrollo y el Asia-Pacífico en la estrategia mundial de China. In: RUBÉN, L.; WIMER, F. R. (Org.). *China en América Latina y Caribe: nuevas rutas para una vieja dependencia? El nuevo 'tercer mundo' y la perspectiva de 'desarrollo'*. Curitiba, PR, 2024. v. 1.
- LENIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LI, Z.; KOTZ, D. M. Is China imperialist? Economy, state, and insertion in the global system. *Review of Radical Political Economics*, 2 jul. 2021, p. 600-610.
- LLOYD, P. J.; LEE, H.-H. *Frontiers of research in intra-industry trade*. London: Macmillan, 2000.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MANDENG, O. Estudio de caso basado en el programa computacional C.A.N. *Indicadores Econômicos FEE*, 1993, p. 189-203.
- MANDENG, O. J. Análises de competitividade: Argentina: estudo de caso baseado no programa computacional CAN. *Indicadores Econômicos FEE*, ago. 1993, *Análise Conjuntural*, v. 21, n. 2, p. 189-203.
- MARINI, R. M. *América Latina: integração e democracia*. Caracas: Editorial Nova Sociedade, 1993.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARINI, R. M. *América Latina, dependência e globalização*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015.

- MARTINS, M. A. *O comércio exterior brasileiro nos anos 1980 e 1990: estrutura e evolução do padrão de especialização*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, R. *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Econômicos, 2013. v. 2, p. 435-490.
- MENCATO, S. D. Gênero, Agenda 2030 e MERCOSUL: desafios para uma integração social profunda. *Revista MERCOSUR de Políticas Sociais*, dez. 2019, p. 207-217.
- MENEZES, R. G.; BRAGATTI, M. C. Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the context of crisis. *Brazilian Journal of Political Economy*, 11 out. 2020, v. 40, n. 3, p. 446-461.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). *Dados gerais - Comex Stat*. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/118770>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- MOREIRA, R. C. Apresentação. In: MOREIRA, R. C.; MENDONÇA, L. J. *Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 7-18.
- NASSIF, A.; CASTILHO, M. d. Trade patterns in a globalised world: the case of Brazil. *UFRJ - Instituto de Economia*, 2018, p. 1-83.
- OECD. *OECD*. Disponível em: <https://oec.world>. Acesso em: 6 jan. 2024.
- OSÓRIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. Zacatecas: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.
- OSÓRIO, J. Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. In: KOHAN, N. (org.). *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el sur global*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe, 2022. p. 149-174.
- OSÓRIO, J.; REYES, C. *La diversidad en el sistema mundial capitalista: procesos y relaciones en la heterogeneidad imperante*. México: Gedisa, S.A., 2017.
- PEREIRA, B. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: REVAN, 2005. p. 201-232.
- PINHEIRO, M. J.; FERNÁNDEZ, V. L. A expansão comercial do Brasil com a China e os desafios da integração com o Mercosul. *Encontro Nacional de Economia Política (ENEP)*, 2024
- POSVE, M. *La sombra China en América Latina: extracción de capitales e imperialismo de clóset*. *Asia/América Latina*, v. 8, n. 15, 2023, p. 86-95.

- PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO, F. C. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 69-136.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ROCHA, M. A.; HENRIQUES, G. B. Complementaridade comercial e padrões de comércio entre economias do Mercosul no período 1995–2018. *Encontro Nacional de Economia Política (ENEP)*, 2023, Maceió, Alagoas, Brasil.
- SAES, F. A.; SAES, A. M. *História econômica geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SEVERGNINI, N. B.; BARRENENGOA, A. El Mercosul ante la desaceleración del comercio intrarregional y las dinámicas de desintegración entre 2012 e 2022: análisis y perspectivas actuales en clave autonomista. *Estudios internacionales*, out. 2023, p. 108-125.
- SEVERO, L. W. Integração da América do Sul: a liderança que o Brasil não exerce. *Olhares Amazônicos*, [s.d.], p. 604-615.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOUZA, A. d.; OLIVEIRA, I. T.; GONÇALVES, S. S. Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. *Texto para discussão*, n. 1477, Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- SOUZA, R. *Estado e capital na China*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2018.
- SUGIMOTO, T. N.; DIEGUES, A. C. A China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. *Nova Economia*, v. 32, n. 2, 2022, p. 477-504.
- TAVARES, M. d. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: TAVARES, M. d. *Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. p. 39-68.
- TRADECAN-CEPAL. *TradeCAN-CEPAL*. Disponível em: <https://tradecan.cepal.org/can.asp>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- TRADEMAP. *TradeMap*. Disponível em: <https://www.trademap.org/Index.aspx>. Acesso em: 6 fev. 2024.

- TRASPADINI, R. Ruy Mauro Marini e a teoria marxista da dependência: da invisibilidade forjada à visibilidade reconstruída. *PENSATA: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP*, dez. 2013, p. 65-79.
- TRASPADINI, R. S.; AMARAL, M. S. O vazio teórico no pensamento crítico latino-americano: a teoria marxista da dependência como ápice da elaboração sobre o continente. *XXVII Encontro Nacional de Economia Política*, Uberlândia, 2022.
- TRASPADINI, R.; BUENO, F. M. Lenin e a interpretação do imperialismo do século XX e XXI. *Rebela: Revista de Estudos Latino-Americanos*, mai./ago. 2014, p. 186-204.
- TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. Introdução. In: MARINI, R. M. *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 30-70.
- TRINDADE, J. R.; COONEY, W. P. Industrial trajectory and economic development: dilemma of the reprimarization of the Brazilian economy. *Review of Radical Political Economics*, mai./ago. 2014, p. 1-18.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo & escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WIMER, F. R. Imperialismo, dependencia y transición hegemónica ante el ascenso de China. In: LAUFER, R.; WIMER, F. R. (orgs.). *China en América Latina y Caribe: nuevas rutas para una vieja dependencia?* Curitiba: Appris, 2024. p. 19-66.
- WIMER, F. R.; HELMUND, P. F. La larga marcha de China como potencia global. *Revista Izquierdas*, abr. 2020, p. 2568-2683.

APÊNDICE 01 – TABELAS COM DADOS DO COMÉRCIO INTRAINDÚSTRIA DO BRASIL COM OS MERCADOS EM ANÁLISE: 10 PRINCIPAIS GRUPOS

Tabela 12– Comércio Intraindústria do Brasil com o Mundo: 10 principais grupos (2000)

<u>Ano 2000</u>			
<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
783	MnoBRN	Veículos rodoviários motorizados, não especificados anteriormente	1
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.99
742	MnoBRN	Bombas (incluídas as motobombas e turbobombas) para líquidos, mesmo equipadas com dispositivos medidores; elevadores de líquidos de caçamba, corrente, parafuso, fita e similares; peças, necessidades de tais bombas e elevadores de líquidos	0.99
743	MnoBRN	Bombas (sem ser bombas para líquidos) e compressores; ventiladores e sopradores; centrífugas; aparelhos de filtragem e purificação; e suas partes, ne	0.99
873	MnoBRN	Medidores e contadores, não especificados anteriormente	0.99
592	MnoBRN	Amidos, insulina e glúten de trigo; substâncias albuminóides; colas	0.98
895	MnoBRN	Artigos de escritório e de papelaria, não especificados anteriormente	0.97
663	MBRN	Fabricantes de minerais, não especificados anteriormente	0.96
282	FTMM	Desperdícios e sucatas de ferro ou aço	0.94
516	MnoBRN	Outros produtos químicos orgânicos	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 13 – Comércio intraindústria do Brasil com o Mundo: 10 principais grupos (2008)

<u>Ano 2008</u>			
<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
24	Agricultura	Queijo e requeijão	0.99
511	MnoBRN	Hidrocarbonetos, não especificados anteriormente, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.99
642	MnoBRN	Papel e cartão, cortados em forma própria, e artigos de papel ou cartão	0.99
846	MnoBRN	Sob roupas de malha ou crochê	0.99
554	MnoBRN	Preparações de sabão, limpeza e polimento	0.98
686	MBRN	Zinco	0.98
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.98
652	MnoBRN	Tecidos de algodão, tecidos (não incluindo tecidos estreitos ou especiais)	0.97
713	MnoBRN	Motores de pistão de combustão interna e suas partes, não especificados anteriormente	0.97
91	Agricultura	Margarina e gordura vegetal	0.96

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 14 – Comércio intraindústria do Brasil com o mundo: 10 principais grupos (2013)

Ano 2013			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
42	Agricultura	Arroz	0.99
723	MnoBRN	Instalações e equipamentos de engenharia civil e de empreiteiros e suas partes, não especificados anteriormente	0.99
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.97
516	MnoBRN	Outros produtos químicos orgânicos	0.95
692	MnoBRN	Recipientes metálicos para armazenamento e transporte	0.95
873	MnoBRN	Medidores e contadores, não especificados anteriormente	0.95
267	FTMM	Outras fibras sintéticas ou artificiais próprias para fiação e desperdícios de fibras sintéticas ou artificiais	0.94
532	MnoBRN	Extratos tintoriais e tanantes e materiais tanantes sintéticos	0.94
592	MnoBRN	Amidos, insulina e glúten de trigo; substâncias albuminóides; colas	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 15 – Comércio intraindústria do Brasil com o mundo: 10 principais grupos (2019)

Ano 2019			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
612	MBRN	Fabricações de couro ou de couro reconstituído, ne; selaria e arreios; partes de calçado, não especificados anteriormente	0.99
691	MnoBRN	Estruturas e peças, não especificadas, de ferro, aço ou alumínio	0.99
721	MnoBRN	Máquinas agrícolas (exceto tratores) e suas partes, ne	0.99
585	MnoBRN	Outras resinas artificiais e materiais plásticos	0.98
941	Outros	Animais, vivos, não especificados (incluindo animais de zoológico, animais de estimação, insetos etc.)	0.98
72	Agricultura	Cacau	0.97
553	MnoBRN	Perfumaria, cosméticos e produtos de toucador (excluindo sabões); destilados aquosos e soluções aquosas de óleos essenciais (incluindo produtos adequados para uso medicinal)	0.96
625	MnoBRN	Pneus de borracha, caixas de pneus, bandas de rodagem intercambiáveis, câmaras de ar e abas de pneus, para rodas de todos os tipos	0.95
894	MnoBRN	Carrinhos de bebê, brinquedos, jogos e artigos esportivos	0.95
781	MnoBRN	Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo serviço público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 16– comércio intraindústria do Brasil com o mundo: 10 principais grupos (2021)

Ano 2021			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
431	Agricultura	Óleos e gorduras animais e vegetais processados e ceras de origem animal ou vegetal	0.99
212	Agricultura	Peles com pêlo cruas (incluindo astracã, caracul, cordeiro persa, cauda larga e peles semelhantes)	0.98
712	MnoBRN	Unidades de vapor e outras unidades motrizes a vapor, sem caldeira; máquinas a vapor (incluindo as máquinas móveis, exceto os tratores a vapor da posição 722 ou os rolos compactadores de propulsão mecânica) com caldeiras autônomas; e suas partes, ne	0.98
42	Agricultura	Arroz	0.96
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.96
781	MnoBRN	Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo serviço público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias	0.96
821	MnoBRN	Móveis e suas partes	0.96
512	MnoBRN	Álcoois, fenóis, álcoois fenólicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.95
812	MnoBRN	Sanitários, canalizações, aquecimento, equipamentos e acessórios de iluminação, não especificados anteriormente	0.95
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 17 – comércio intraindústria do Brasil com o mundo: 10 principais grupos (ano 2022)

Ano 2022			
Código	Clas. mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.98
532	MnoBRN	Extratos tintoriais e tanantes e materiais tanantes sintéticos	0.98
212	Agricultura	Peles com pêlo cruas (incluindo astracã, caracul, cordeiro persa, cauda larga e peles semelhantes)	0.97
895	MnoBRN	Artigos de escritório e de papelaria, não especificados anteriormente	0.97
721	MnoBRN	Máquinas agrícolas (exceto tratores) e suas partes, ne	0.96
821	MnoBRN	Móveis e suas partes	0.96
873	MnoBRN	Medidores e contadores, não especificados anteriormente	0.95
792	MnoBRN	Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, não especificados anteriormente	0.94
572	MnoBRN	Explosivos e produtos pirotécnicos	0.92
686	MBRN	Zinco	0.91

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 18 - Comércio Intraindústria do Brasil com a China: principais grupos (2000)

Ano 2000			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
516	MnoBRN	Outros produtos químicos orgânicos	0.98
713	MnoBRN	Motores de pistão de combustão interna e suas partes, não especificados anteriormente	0.88
743	MnoBRN	Bombas (sem ser bombas para líquidos) e compressores; ventiladores e sopradores; centrífugas; aparelhos de filtragem e purificação; e suas partes, ne	0.85
591	MnoBRN	Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, produtos anti-brotação, venenos para ratos e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou como artigos (por exemplo, faixas, pavios e velas tratadas com enxofre, repelentes contra moscas papéis)	0.83
896	MnoBRN	Obras de arte, peças de colecionador e antiguidades	0.83
728	MnoBRN	Outras máquinas e equipamentos para indústrias especializadas e suas partes, não especificados anteriormente	0.81
635	MBRN	Fabricantes de madeira, outros	0.78
725	MnoBRN	Máquinas para fábricas de papel e celulose, máquinas para cortar papel e outras máquinas para a fabricação de artigos de papel; e suas partes, ne	0.76
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.74
98	Agricultura	Produtos e preparações comestíveis, não especificados anteriormente	0.74

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 19 - Comércio intraindústria do Brasil com a China: 10 principais grupos (2008)

Ano 2008			
Código	Clas. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
98	Agricultura	Produtos e preparações comestíveis, não especificados anteriormente	0.99
641	MnoBRN	Papel e cartão	0.98
737	MnoBRN	Máquinas e máquinas para trabalhar metais (exceto máquinas-ferramentas) e suas partes, ne	0.9
554	MnoBRN	Preparações de sabão, limpeza e polimento	0.89
73	Agricultura	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau, ne	0.88
725	MnoBRN	Máquinas para fábricas de papel e celulose, máquinas para cortar papel e outras máquinas para a fabricação de artigos de papel; e suas partes, ne	0.88
682	MBRN	Cobre	0.87
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.86
742	MnoBRN	Bombas (incluídas as motobombas e turbobombas) para líquidos, mesmo equipadas com dispositivos medidores; elevadores de líquidos de caçamba, corrente, parafuso, fita e similares; peças, necessidades de tais bombas e elevadores de líquidos	0.82
634	MBRN	Folheados, contraplacados, madeiras "melhoradas" ou reconstituídas e outras madeiras trabalhadas, não especificadas	0.78

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 20 - Comércio intraindústria do Brasil com a China: 10 principais grupos (2013)

<u>Ano 2013</u>			
<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
233	Agricultura	Látex de borracha sintética; borracha sintética e borracha recuperada; desperdícios e resíduos de borracha não endurecida	0.95
45	Agricultura	Cereais não moídos (exceto trigo, arroz, cevada e milho)	0.86
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetileno, poliisobutileno, plístireno, cloreto de plynvinil, acetato de polivínil, cloroacetato de plynvinil e outros derivados de plynvinil, derivados plynacrílicos e plymetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	0.86
672	MnoBRN	Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	0.86
512	MnoBRN	Álcoois, fenóis, álcoois fenólicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.82
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.79
269	FTMM	Vestuário velho e outros artigos têxteis velhos; trapos	0.75
686	MBRN	Zinco	0.75
98	Agricultura	Produtos e preparações comestíveis, não especificados anteriormente	0.69
641	MnoBRN	Papel e cartão	0.65

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 21 - Comércio intraindústria do Brasil com a China: 10 principais grupos (2019)

<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
278	FTMM	Outros minerais brutos	0.99
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.97
683	MBRN	Níquel	0.95
72	Agricultura	Cacau	0.93
211	Agricultura	Couros e peles (exceto peles com pêlo), em bruto	0.93
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.88
672	MnoBRN	Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	0.88
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.82
36	Agricultura	Crustáceos e moluscos, com ou sem casca, frescos (vivos ou mortos), refrigerados, congelados, salgados, em salmoura ou secos; crustáceos, com casca, simplesmente fervidos em água	0.81
81	Agricultura	Alimentos para animais (não incluindo cereais não moídos)	0.78

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 22 - Comércio intraindústria do Brasil com a China: 10 principais grupos (2021)

Ano 2021			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
122	Agricultura	Tabaco, fabricado	1
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.99
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.99
274	FTMM	Piritas de enxofre e ferro não torradas	0.98
34	Agricultura	Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado	0.85
335	Energia	Produtos petrolíferos residuais, não especificados anteriormente e materiais relacionados	0.84
682	MBRN	Cobre	0.84
72	Agricultura	Cacau	0.83
683	MBRN	Níquel	0.78
334	Energia	Produtos petrolíferos refinados	0.77

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 23 - Comércio intraindústria do Brasil com a China: 10 Principais Grupos (ano 2022)

Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
635	MBRN	Fabricantes de madeira, outros	0.99
34	Agricultura	Peixe fresco (vivo ou morto), refrigerado ou congelado	0.98
334	Energia	Produtos petrolíferos refinados	0.98
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.96
111	Agricultura	Bebidas não alcoólicas, não relacionadas	0.93
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.9
687	MBRN	Acreditar	0.88
75	Agricultura	Especiarias	0.85
335	Energia	Produtos petrolíferos residuais, não especificados anteriormente e materiais relacionados	0.84
72	Agricultura	Cacau	0.83

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 24 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2000)

Índice Grubel-Lloyd: 2000: Brasil: Argentina			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
773	MnoBRN	Equipamentos para distribuição de eletricidade	0.98
713	MnoBRN	Motores de pistão de combustão interna e suas partes, não especificados anteriormente	0.97
736	MnoBRN	Máquinas-ferramentas para trabalhar metais ou carbonetos metálicos, suas partes e acessórios, ne	0.97
745	MnoBRN	Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos, e suas partes, não especificados anteriormente	0.97
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.96
553	MnoBRN	Perfumaria, cosméticos e produtos de toucador (excluindo sabões); destilados aquosos e soluções aquosas de óleos essenciais (incluindo produtos adequados para uso medicinal)	0.96
73	Agricultura	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau, ne	0.95
282	FTMM	Desperdícios e sucatas de ferro ou aço	0.95
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.95
677	MnoBRN	Fios de ferro ou de aço (exceto fio-máquina), mesmo revestidos, mas não isolados	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 25 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2008)

Índice Grubel-Lloyd: 2008: Brasil: Argentina			
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetileno, poliisobutileno, plistireno, cloreto de plynvinil, acetato de polivinil, cloroacetato de plynvinil e outros derivados de plynvinil, derivados plyacrílicos e plymetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	1
782	MnoBRN	Veículos automóveis para transporte de mercadorias ou materiais e veículos automóveis para fins especiais	1
11	Agricultura	Carne e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (exceto carne e miudezas impróprias ou impróprias para consumo humano)	0.99
73	Agricultura	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau, ne	0.99
531	MnoBRN	Corantes orgânicos sintéticos etc., índigo natural e lacas coloridas	0.99
893	MnoBRN	Artigos, não pertencentes a materiais dos tipos descritos na divisão 58	0.99
553	MnoBRN	Perfumaria, cosméticos e produtos de toucador (excluindo sabões); destilados aquosos e soluções aquosas de óleos essenciais (incluindo produtos adequados para uso medicinal)	0.97
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.97
781	MnoBRN	Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo serviço público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias	0.97
514	MnoBRN	Compostos com função nitrogênio	0.96

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 26 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2013)

Índice Grubel-Lloyd: 2013: Brasil: Argentina			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
121	Agricultura	Tabaco não fabricado; lixo de tabaco	0.97
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.97
673	MnoBRN	Barras, barras, ângulos, perfis e perfis de ferro e aço (incluindo estacas-pranchas)	0.97
335	Energia	Produtos petrolíferos residuais, não especificados anteriormente e materiais relacionados	0.96
431	Agricultura	Óleos e gorduras animais e vegetais processados e ceras de origem animal ou vegetal	0.96
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetileno, poliisobutileno, plistireno, cloreto de plynvinil, acetato de polivinil, cloroacetato de plynvinil e outros derivados de plynvinil, derivados pliacrílicos e plymetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	0.96
277	FTMM	Abrasivos naturais, não especificados anteriormente (incluindo diamantes industriais)	0.95
745	MnoBRN	Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos, e suas partes, não especificados anteriormente	0.94
233	Agricultura	Látex de borracha sintética; borracha sintética e borracha recuperada; desperdícios e resíduos de borracha não endurecida	0.93
91	Agricultura	Margarina e gordura vegetal	0.92

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 27 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2019)

Índice Grubel-Lloyd: 2019: Brasil: Argentina			
Código		Descrição	Índice Grubel-Lloyd
714	MnoBRN	Motores e motores não elétricos (exceto os dos grupos 712, 713 e 718); peças, não pertencentes aos motores e motores do grupo 714 e item 718.88	1
621	MnoBRN	Materiais de borracha (por exemplo, pastas, placas, folhas, hastes, fios, tubos ou borracha)	0.98
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.97
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.97
745	MnoBRN	Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos, e suas partes, não especificados anteriormente	0.97
611	MBRN	Couro	0.96
628	MnoBRN	Artigos de borracha, não especificados anteriormente	0.96
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.96
11	Agricultura	Carne e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (exceto carne e miudezas impróprias ou impróprias para consumo humano)	0.94
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.93

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 28 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2021)

Índice Grubel-Lloyd: 2021: Brasil: Argentina			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
685	MBRN	Liderar	1
266	FTMM	Fibras sintéticas adequadas para fiação	0.99
667	MBRN	Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, em bruto ou trabalhadas	0.99
693	MnoBRN	Produtos de arame (excluindo fios elétricos isolados) e grades para cercas	0.99
714	MnoBRN	Motores e motores não elétricos (exceto os dos grupos 712, 713 e 718); peças, não pertencentes aos motores e motores do grupo 714 e item 718.88	0.99
73	Agricultura	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau, ne	0.98
248	Agricultura	Madeira simplesmente trabalhada e travessas de madeira para ferrovias	0.97
232	Agricultura	Borracha natural de látex; borracha natural e gomas naturais semelhantes	0.96
745	MnoBRN	Outras máquinas, ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos, e suas partes, não especificados anteriormente	0.96
665	MnoBRN	Vidraria	0.94

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 29 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Argentina: 10 Principais Grupos (2022)

Índice Grubel-Lloyd: 2022: Brasil: Argentina			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
58	Agricultura	Frutas, conservas e preparações de frutas	0.99
713	MnoBRN	Motores de pistão de combustão interna e suas partes, não especificados anteriormente	0.99
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetilenos, poliisobutileno, plistireno, cloreto de plynvinil, acetato de polivinil, cloroacetato de plynvinil e outros derivados de plynvinil, derivados plyacrílicos e plymetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	0.97
846	MnoBRN	Sob roupas de malha ou crochê	0.97
56	Agricultura	Produtos hortícolas, raízes e tubérculos, preparados ou conservados, não especificados anteriormente	0.96
598	MnoBRN	Produtos químicos diversos, não especificados anteriormente	0.95
532	MnoBRN	Extratos tintoriais e tanantes e materiais tanantes sintéticos	0.94
792	MnoBRN	Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, não especificados anteriormente	0.93
73	Agricultura	Chocolate e outras preparações alimentícias que contenham cacau, ne	0.91
323	Energia	Briquetes; coque e semicoque de carvão, linhite ou turfa; carbono de retorta	0.91

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 30 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: principais grupos (ano 2000)

Índice Grubel-Lloyd: 2000: Brasil: Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.96
54	Agricultura	Legumes frescos, refrigerados, congelados ou mal-conservados (incluindo legumes leguminosos secos); raízes, tubérculos e outros produtos vegetais comestíveis, não especificados anteriormente, frescos ou secos	0.89
58	Agricultura	Frutas, conservas e preparações de frutas	0.84
511	MnoBRN	Hidrocarbonetos, não especificados anteriormente, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.84
291	Agricultura	Matérias animais em bruto, não especificadas	0.81
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.8
672	MnoBRN	Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	0.79
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.75
898	MnoBRN	Instrumentos musicais e suas partes e acessórios (incluindo discos fonográficos e semelhantes)	0.72
423	Agricultura	Óleos vegetais fixos, «macios», brutos, refinados ou purificados	0.69

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 31 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: Principais Grupos (ano 2008)

Índice Grubel-Lloyd: 2008: Brasil: Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.97
843	MnoBRN	Vestuário exterior, de uso feminino, de menina e de bebê, de tecidos (exceto artigos de malha)	0.96
653	MnoBRN	Tecidos de fibras sintéticas ou artificiais (não incluindo tecidos estreitos ou especiais)	0.92
657	MnoBRN	Tecidos têxteis especiais e produtos relacionados	0.92
658	MnoBRN	Artigos confeccionados, total ou principalmente de matérias têxteis, não especificados anteriormente	0.91
512	MnoBRN	Álcoois, fenóis, álcoois fenólicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.89
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.87
592	MnoBRN	Amidos, insulina e glúten de trigo; substâncias albuminóides; colas	0.86
634	MBRN	Folheados, contraplacados, madeiras "melhoradas" ou reconstituídas e outras madeiras trabalhadas, não especificadas	0.81
22	Agricultura	Leite e creme	0.75

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 32 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: 10 Principais Grupos (2013)

Índice Grubel-Lloyd: 2013: Brasil: Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
893	MnoBRN	Artigos, não pertencentes a materiais dos tipos descritos na divisão 58	0.96
251	Agricultura	Celulose e resíduos de papel	0.92
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.92
773	MnoBRN	Equipamentos para distribuição de eletricidade	0.88
22	Agricultura	Leite e creme	0.87
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.83
846	MnoBRN	Sob roupas de malha ou crochê	0.8
653	MnoBRN	Tecidos de fibras sintéticas ou artificiais (não incluindo tecidos estreitos ou especiais)	0.77
651	MnoBRN	Fio têxtil	0.67
657	MnoBRN	Tecidos têxteis especiais e produtos relacionados	0.66

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 33 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: 10 Principais Grupos (2019)

Índice Grubel-Lloyd: 2019: Brasil : Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.98
893	MnoBRN	Artigos, não pertencentes a materiais dos tipos descritos na divisão 58	0.95
845	MnoBRN	Vestuário exterior e outros artigos, de malha, não elásticos nem emborrachados	0.92
898	MnoBRN	Instrumentos musicais e suas partes e acessórios (incluindo discos fonográficos e semelhantes)	0.89
665	MnoBRN	Vidraria	0.83
613	MBRN	Peles com pêlo curtidas ou acabadas (incluídas as peles com pêlo reunidas em placas, cruces e formas semelhantes); pedaços de peles com pelo, curtidas ou acabadas (incluindo cabeças, patas, caudas e semelhantes, não fabricadas)	0.81
843	MnoBRN	Vestuário exterior, de uso feminino, de menina e de bebê, de tecidos (exceto artigos de malha)	0.77
45	Agricultura	Cereais não moídos (exceto trigo, arroz, cevada e milho)	0.74
848	MnoBRN	Artigos de vestuário e seus acessórios, de couro natural ou reconstituído	0.73
122	Agricultura	Tabaco, fabricado	0.72

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 34 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: 10 Principais Grupos (2021)

Índice Grubel-Lloyd: 2021: Brasil: Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
655	MnoBRN	Tecidos de malha (incluindo tecidos de malha tubular, tecidos de pêlo e tecidos abertos)	0.98
846	MnoBRN	Sob roupas de malha ou crochê	0.93
845	MnoBRN	Vestuário exterior e outros artigos, de malha, não elásticos nem emborrachados	0.92
871	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos ópticos	0.88
74	Agricultura	Chá e mate	0.87
848	MnoBRN	Artigos de vestuário e seus acessórios, de couro natural ou reconstituído	0.86
424	Agricultura	Outros óleos vegetais fixos, fluidos ou sólidos, brutos, refinados ou purificados	0.85
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.84
54	Agricultura	Legumes frescos, refrigerados, congelados ou mal-conservados (incluindo legumes leguminosos secos); raízes, tubérculos e outros produtos vegetais comestíveis, não especificados anteriormente, frescos ou secos	0.82
656	MnoBRN	Tule, rendas, bordados, fitas, enfeites e outras pequenas peças	0.79

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 35 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Paraguai: 10 Principais Grupos (2022)

Índice Grubel-Lloyd: 2022: Brasil: Paraguay			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
655	MnoBRN	Tecidos de malha (incluindo tecidos de malha tubular, tecidos de pêlo e tecidos abertos)	1
898	MnoBRN	Instrumentos musicais e suas partes e acessórios (incluindo discos fonográficos e semelhantes)	0.99
718	MnoBRN	Outras máquinas e aparelhos para geração de energia e suas partes, não especificados anteriormente	0.96
591	MnoBRN	Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, produtos anti-brotação, venenos para ratos e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou como artigos (por exemplo, faixas, pavios e velas tratadas com enxofre, repelentes contra moscas papéis)	0.95
846	MnoBRN	Sob roupas de malha ou crochê	0.95
845	MnoBRN	Vestuário exterior e outros artigos, de malha, não elásticos nem emborrachados	0.86
74	Agricultura	Chá e mate	0.84
671	MBRN	Ferro-gusa, spiegelelsen, ferro-esponja, pós e gralhas de ferro ou aço e ferro-ligas	0.78
611	MBRN	Couro	0.77
699	MnoBRN	Fabricações de metais comuns, não especificados anteriormente	0.77

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 36 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2000)

Índice Grubel-Lloyd: 2000: Brasil: Uruguai			
Código		Descrição	Índice Grubel-Lloyd
871	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos ópticos	0.99
726	MnoBRN	Máquinas e aparelhos para impressão, encadernação e suas partes, não especificados anteriormente	0.97
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.94
772	MnoBRN	Aparelhos eléctricos para estabelecer e interromper circuitos eléctricos, para protecção de circuitos eléctricos ou para fazer ligações a ou em circuitos eléctricos (por exemplo, interruptores, relés, fusíveis, para-raios, supressores de sobretensões, fichas, porta-lâmpadas e caixas de junção); resistências fixas ou variáveis (incluídos os potenciômetros), exceto resistências de aquecimento; circuitos impressos; quadros de distribuição (exceto centrais telefônicas) e painéis de controle, outros; partes, não pertencentes aos aparelhos anteriores	0.94
533	MnoBRN	Pigmentos, tintas, vernizes e materiais relacionados	0.92
514	MnoBRN	Compostos com função nitrogênio	0.9
847	MnoBRN	Acessórios de vestuário, em matérias têxteis, não especificados anteriormente	0.89
611	MBRN	Couro	0.85
655	MnoBRN	Tecidos de malha (incluindo tecidos de malha tubular, tecidos de pêlo e tecidos abertos)	0.85
334	Energia	Produtos petrolíferos refinados	0.83

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 37 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2008)

Índice Grubel-Lloyd: 2008: Brasil: Uruguai			
Código		Descrição	Índice Grubel-Lloyd
591	MnoBRN	Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, produtos anti-brotação, venenos para ratos e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou como artigos (por exemplo, faixas, pavios e velas tratadas com enxofre, repelentes contra moscas papéis)	0.97
54	Agricultura	Legumes frescos, refrigerados, congelados ou mal-conservados (incluindo legumes leguminosos secos); raízes, tubérculos e outros produtos vegetais comestíveis, não especificados anteriormente, frescos ou secos	0.93
98	Agricultura	Produtos e preparações comestíveis, não especificados anteriormente	0.92
679	MnoBRN	Fundidos, forjados e estampados de ferro e aço, em estado bruto, não especificados anteriormente	0.89
516	MnoBRN	Outros produtos químicos orgânicos	0.88
742	MnoBRN	Bombas (incluídas as motobombas e turbobombas) para líquidos, mesmo equipadas com dispositivos medidores; elevadores de líquidos de caçamba, corrente, parafuso, fita e similares; peças, necessidades de tais bombas e elevadores de líquidos	0.85
774	MnoBRN	Aparelhos eléctricos para uso médico e aparelhos radiológicos	0.84
892	MnoBRN	Impresso	0.83
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.82
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.76

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 38 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2013)

Índice Grubel-Lloyd: 2013 : Brasil : Uruguai			
Código		Descrição	Índice Grubel-Lloyd
658	MnoBRN	Artigos confeccionados, total ou principalmente de matérias têxteis, não especificados anteriormente	1
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.99
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.99
882	MnoBRN	Suprimentos fotográficos e cinematográficos	0.99
843	MnoBRN	Vestuário exterior, de uso feminino, de menina e de bebê, de tecidos (exceto artigos de malha)	0.97
781	MnoBRN	Automóveis de passageiros (exceto veículos do tipo serviço público), incluindo veículos concebidos para o transporte de passageiros e de mercadorias	0.95
885	MnoBRN	Relógios e relógios	0.95
892	MnoBRN	Impresso	0.95
582	MnoBRN	Produtos de condensação, policondensação e poliadição, mesmo modificados ou polimerizados, mesmo lineares (por exemplo, fenoplastos, aminoplastos, alquídicos, ésteres polialilílicos e outros poliésteres insaturados, silicones)	0.94
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.93

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 39 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2019)

Índice Grubel-Lloyd: 2019: Brasil: Uruguai			
Código		Descrição	Índice Grubel-Lloyd
611	MBRN	Couro	0.99
665	MnoBRN	Vidraria	0.99
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.98
782	MnoBRN	Veículos automóveis para transporte de mercadorias ou materiais e veículos automóveis para fins especiais	0.96
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.95
72	Agricultura	Cacau	0.92
872	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos médicos, não especificados anteriormente	0.92
532	MnoBRN	Extratos tintoriais e tanantes e materiais tanantes sintéticos	0.89
655	MBRN	Tecidos de malha (incluindo tecidos de malha tubular, tecidos de pêlo e tecidos abertos)	0.88
523	MnoBRN	Outros produtos químicos inorgânicos; compostos orgânicos e inorgânicos de metais preciosos	0.87

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 40 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2021)

Índice Grubel-Lloyd: 2021: Brasil: Uruguai			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
678	MnoBRN	Tubos e acessórios, de ferro ou aço	0.96
782	MnoBRN	Veículos automóveis para transporte de mercadorias ou materiais e veículos automóveis para fins especiais	0.93
57	Agricultura	Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas), frescas ou secas	0.89
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.89
774	MnoBRN	Aparelhos eléctricos para uso médico e aparelhos radiológicos	0.87
251	Agricultura	Celulose e resíduos de papel	0.86
514	MnoBRN	Compostos com função nitrogênio	0.86
523	MnoBRN	Outros produtos químicos inorgânicos; compostos orgânicos e inorgânicos de metais preciosos	0.85
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.85
872	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos médicos, não especificados anteriormente	0.85

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 41 - Comércio Intraindústria do Brasil com o Uruguai: 10 Principais Grupos (2022)

Índice Grubel-Lloyd: 2022: Brasil: Uruguai			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
872	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos médicos, não especificados anteriormente	1
651	MnoBRN	Fio têxtil	0.99
36	Agricultura	Crustáceos e moluscos, com ou sem casca, frescos (vivos ou mortos), refrigerados, congelados, salgados, em salmoura ou secos; crustáceos, com casca, simplesmente fervidos em água	0.97
514	MnoBRN	Compostos com função nitrogênio	0.97
678	MnoBRN	Tubos e acessórios, de ferro ou aço	0.92
792	MnoBRN	Aeronaves e equipamentos associados, e suas partes, não especificados anteriormente	0.92
112	Agricultura	Bebidas alcoólicas	0.91
273	FTMM	Pedra, areia e cascalho	0.9
423	Agricultura	Óleos vegetais fixos, «macios», brutos, refinados ou purificados	0.9
292	Agricultura	Matérias vegetais brutas, não especificadas	0.89

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 42 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: 10 Principais Grupos (2000)

Índice Grubel-Lloyd: 2000: Brasil: Venezuela			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
554	MnoBRN	Preparações de sabão, limpeza e polimento	1
691	MnoBRN	Estruturas e peças, não especificadas, de ferro, aço ou alumínio	0.96
531	MnoBRN	Corantes orgânicos sintéticos etc., índigo natural e lacas coloridas	0.91
696	MnoBRN	Talheres	0.88
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.85
671	MBRN	Ferro-gusa, spiegelelsen, ferro-esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferro-ligas	0.82
48	Agricultura	Preparações de cereais e preparações de farinha ou amido, de frutas ou de legumes	0.77
621	MnoBRN	Materiais de borracha (por exemplo, pastas, placas, folhas, hastes, fios, tubos ou borracha)	0.77
232	Agricultura	Borracha natural de látex; borracha natural e gomas naturais semelhantes	0.71
871	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos ópticos	0.69

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 43 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: 10 principais grupos (2008)

Índice Grubel-Lloyd: 2008: Brasil: Venezuela			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.99
664	MnoBRN	Vidro	0.76
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.66
671	MBRN	Ferro-gusa, spiegelelsen, ferro-esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferro-ligas	0.66
684	MBRN	Alumínio	0.59
628	MnoBRN	Artigos de borracha, não especificados anteriormente	0.55
686	MBRN	Zinco	0.47
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetileno, poliisobutileno, plistireno, cloreto de plynil, acetato de polivinil, cloroacetato de plynil e outros derivados de plynil, derivados plyacrílicos e plymetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	0.45
696	MnoBRN	Talheres	0.42
511	MnoBRN	Hidrocarbonetos, não especificados anteriormente, e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.4

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 44 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: 10 Principais Grupos (2013)

Índice Grubel-Lloyd: 2013: Brasil: Venezuela			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.9
674	MnoBRN	Planos universais, chapas grossas e folhas, de ferro ou aço	0.83
664	MnoBRN	Vidro	0.74
515	MnoBRN	Compostos organoinorgânicos e heterocíclicos	0.72
671	MBRN	Ferro-gusa, spiegeleisen, ferro-esponja, pós e granalhas de ferro ou aço e ferro-ligas	0.69
672	MnoBRN	Lingotes e outras formas primárias, de ferro ou aço	0.57
628	MnoBRN	Artigos de borracha, não especificados anteriormente	0.55
516	MnoBRN	Outros produtos químicos orgânicos	0.41
554	MnoBRN	Preparações de sabão, limpeza e polimento	0.38
843	MnoBRN	Vestuário exterior, de uso feminino, de menina e de bebê, de tecidos (exceto artigos de malha)	0.35

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 45 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: 10 Principais Grupos (2019)

Índice Grubel-Lloyd: 2019: Brasil: Venezuela			
Código	Class. Mandeng	Descrição	Índice Grubel-Lloyd
842	MnoBRN	Vestuário exterior para homem e rapaz, em matérias têxteis (exceto artigos de malha)	0.81
699	MnoBRN	Fabricações de metais comuns, não especificados anteriormente	0.76
541	MnoBRN	Produtos medicinais e farmacêuticos	0.66
583	MnoBRN	Produtos de polimerização e copolimerização (por exemplo, polietileno, plitetrahaloetileno, poliisobutileno, plistireno, cloreto de pvinil, acetato de polivinil, cloroacetato de pvinil e outros derivados de pvinil, derivados plicrílicos e plimetacrílicos, resinas de cumarona-indeno)	0.47
784	MnoBRN	Partes e acessórios, não pertencentes aos veículos automóveis das posições 722, 781, 782 ou 783	0.43
694	MnoBRN	Pregos, parafusos, porcas, pinos, rebites e artigos semelhantes, de ferro, aço ou cobre	0.41
582	MnoBRN	Produtos de condensação, policondensação e poliadição, mesmo modificados ou polimerizados, mesmo lineares (por exemplo, fenoplastos, aminoplastos, alquídicos, ésteres polialílicos e outros poliésteres insaturados, silicones)	0.36
684	MBRN	Alumínio	0.27
893	MnoBRN	Artigos, não pertencentes a materiais dos tipos descritos na divisão 58	0.26
728	MnoBRN	Outras máquinas e equipamentos para indústrias especializadas e suas partes, não especificados anteriormente	0.25

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 46 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: principais grupos (2021)

Índice Grubel-Lloyd: 2021: Brasil: Venezuela			
<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
699	MnoBRN	Fabricações de metais comuns, não especificados anteriormente	0.7
872	MnoBRN	Instrumentos e aparelhos médicos, não especificados anteriormente	0.46
752	MnoBRN	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para transcrever dados em suportes de dados sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, ne	0.35
611	MBRN	Couro	0.34
784	MnoBRN	Partes e acessórios, não pertencentes aos veículos automóveis das posições 722, 781, 782 ou 783	0.27
512	MnoBRN	Álcoois, fenóis, álcoois fenólicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.22
522	MnoBRN	Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais halogêneos	0.21
893	MnoBRN	Artigos, não pertencentes a materiais dos tipos descritos na divisão 58	0.18
582	MnoBRN	Produtos de condensação, policondensação e poliadição, mesmo modificados ou polimerizados, mesmo lineares (por exemplo, fenoplastos, aminoplastos, alquídicos, ésteres polialílicos e outros poliésteres insaturados, silicões)	0.17
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.11

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

Tabela 47 - Comércio Intraindústria do Brasil com a Venezuela: Principais Grupos (2022)

Índice Grubel-Lloyd: 2022: Brasil: Venezuela			
<u>Código</u>	<u>Class. Mandeng</u>	<u>Descrição</u>	<u>Índice Grubel-Lloyd</u>
611	MBRN	Couro	0.7
661	MBRN	Cal, cimento e materiais de construção manufaturados (exceto materiais de vidro e argila)	0.61
931	Outros	Operações especiais, mercadoria não classificada por classe	0.37
763	MnoBRN	Gramofones (fonógrafos), ditadores e outros gravadores e reprodutores de som (incluídos os toca-discos e os toca-fitas, com ou sem cabeça de som); gravadores e reprodutores de imagem e som de televisão, magnéticos)	0.27
621	MnoBRN	Materiais de borracha (por exemplo, pastas, placas, folhas, hastes, fios, tubos ou borracha)	0.18
784	MnoBRN	Partes e acessórios, não pertencentes aos veículos automóveis das posições 722, 781, 782 ou 783	0.18
582	MnoBRN	Produtos de condensação, policondensação e poliadição, mesmo modificados ou polimerizados, mesmo lineares (por exemplo, fenoplastos, aminoplastos, alquídicos, ésteres polialílicos e outros poliésteres insaturados, silicões)	0.15
335	Energia	Produtos petrolíferos residuais, não especificados anteriormente e materiais relacionados	0.11
512	MnoBRN	Álcoois, fenóis, álcoois fenólicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	0.08
551	MnoBRN	Óleos essenciais, perfumes e materiais aromatizantes	0.07

Fonte: Elaboração própria com base em SIGCI (2024) – CEPAL, segundo a CUCI Rev. 2 reagrupada por Mandeng (1993).

ANEXO 01 – TABELA DE HARMONIZAÇÃO DOS GRUPOS DO CUCI REVISÃO 2 E REVISÃO 3, COM DADOS DESAGREGADOS A TRÊS DÍGITOS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE MANDENG (1993).

Tabela 48 – Harmonização dos códigos CUCI Revisão 2 e CUCI Revisão 3 segundo a classificação de Mandeng (1993)

COD MANDENG*	COD CUCI Revisão 2**	COD CUCI Revisão 3***
Agricultura	001 Animais vivos destinados à alimentação;	001 -Animais vivos não incluídos no capítulo 03
Agricultura	011 Carnes e miúdos comestíveis, frescos, refrig. Ou congelados;	011 - Carne de gado bovino fresca, refrigerada ou congelada
Agricultura	012 Carnes e miúdos comestíveis (exceto fígado de aves);	012 – Outras carnes e miúdos comestíveis, frescos congelados ou refrigerados
Agricultura	014 Embutidos, conservas de carne e miúdos comestíveis;	
Agricultura		016 - Carnes e miúdos comestíveis de carne salgadas em salmoura, secos ou defumados; farinhas comestíveis de carne ou miúdos
Agricultura		017 - Carne e miúdos de carne preparados ou em conserva n.e.p.
Agricultura	022 Leite e creme;	022 – Leite, creme e produtos lácteos exceto manteiga e queijo
Agricultura	023 Manteiga;	023 – Manteiga e outras gorduras e óleos derivados do leite
Agricultura	024 Queijo e calhada;	024 – Queijo e calhada
Agricultura	025 Ovos de aves e gemas de ovo, frescos, desidratados, etc.;	025 - Ovos de ave e gemas de ovo frescos desidratados ou conservados de outro modo, adoçados ou não, albumina de ovo
Agricultura	034 Peixe fresco (vivo ou morto), refrig. Ou congelado;	034 – Peixe fresco (vivo ou morto) refrigerado ou congelado
Agricultura	035 Peixe seco, salgado ou em salmoura, peixe defumado;	035 – Peixe seco salgado o em salmoura peixe defumado (cozido ou não antes ou durante o processo de defumação)
Agricultura	036 Crustáceos e moluscos com ou sem casca;	036 - Crustáceos moluscos e invertebrados aquáticos pelados o sem pelar frescos refrig., congel, secos, salgados ou em salmoura;
Agricultura	037 Peixes, crustáceos e moluscos, preparados ou em conserva;	037 – peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos preparados ou em conserva n.e.p.
Agricultura	041 Trigo (b. Espelta) e trigo com centeio;	041 - Trigo (incluindo espelta) e trigo com centeio sem moer
Agricultura	042 Arroz;	042 - Arroz
Agricultura	043 Cevada sem moer;	043 – Cevada sem moer
Agricultura	044 Milho sem moer;	044 – Milho (exceto milho doce) sem moer
Agricultura	045 Cereais sem moer (exceto trigo, arroz, cevada, milho);	045 - Cereais sem moer (exceto trigo, arroz, cevada e milho)
Agricultura	046 Sêmola e farinha fina de trigo e de trigo com centeio;	046 – Sêmola e farinha de trigo; farinha de trigo com centeio
Agricultura	047 Outras sêmolas e farinhas finas de cereais;	047 – Outras sêmolas e farinhas de cereais
Agricultura	048 Preparados de cereais e farinha fina;	048 - Preparados de cereais e preparados de farinha ou fécula de frutas ou legumes
Agricultura	054 Legumes frescos, refrigerados, congelados, em conserva;	054 – Legumes frescos, refrig. Congelo conservados raízes, tubérculos e produtos vegetais comestíveis frescos ou secos, n.e.p
Agricultura	056 Legumes, raízes e tubérculos, preparados ou em conserva;	056 – Legumes raízes e tubérculos preparados ou em conserva, n.e.p.
Agricultura	057 Frutas e nozes (exc. nozes oleaginosas) frescas ou secas;	057 - Frutas e nozes (exceto nozes oleaginosas frescas ou secas)
Agricultura	058 Frutas em conserva e preparados de frutas;	058 - Frutas em conserva e preparados de frutas (exceto sucos de frutas)
Agricultura		059 – Sucos de frutas e sucos de legumes sem fermentar e sem adição de álcool com ou sem adição açúcar ou adoçante
Agricultura	061 Açúcar e mel;	061 – Açúcares, melado e mel
Agricultura	062 Art. de confeitaria e outros prep. de açúcar (exc. Chocolate);	062 – Artigos de confeitaria preparados com açúcar
Agricultura	071 Café e substitutos do café;	071 - Café e substitutos do café
Agricultura	072 Cacau;	072 – Cacau
Agricultura	073 Chocolate e outros prep. alimentícios que contenham cacau;	073 - Chocolate e outros preparados alimentícios que contenham cacau n.e.p.
Agricultura	074 Chá e mate;	074 - Chá e mate
Agricultura	075 Temperos;	075 – Temperos
Agricultura	081 Ração para animais (exceto cereais sem moer);	081 - Ração para animais (exceto cereais sem moer)
Agricultura	091 Margarina e manteigas de panificação;	
Agricultura	098 Produtos e preparados comestíveis;	098 – Produtos e preparados comestíveis n.e.p.
Agricultura	111 Bebidas não alcoólicas	111 - Bebidas não alcoólicas n.e.p.
Agricultura	112 Bebidas alcoólicas;	112 - Bebidas alcoólicas
Agricultura	121 Tabaco não bruto; resíduos de tabaco;	121 - Tabaco sem tratamento, resíduos de tabaco
Agricultura	122 Tabaco manufaturado;	122 - Tabaco manufaturado (contenha ou não traços do tabaco)
Agricultura	211 Couros e peles (exceto peles finas), sem curtir;	211 – Couros e peles (exceto peles finas) sem curtir
Agricultura	212 Peles finas sem curtir (inc. Astracã, caracul, persa, etc.);	212 – Peles finas sem curtir exceto as peles e os couros do grupo 211
Agricultura	222 Sem e frutas oleag. inteiras ou cortadas;	
Agricultura	223 Sem e frutas oleag. inteiras ou cortadas, fixos;	223 – Sementes e frutos oleaginosos inteiros ou partidos do tipo utilizado p. extração de outros óleos vegetais fixos
Agricultura	232 Látex de borracha nat.; borrachas semelhantes, nat.;	232 – Borracha sintática borracha regenerada Desperdícios recortes e descartes de borracha sem endurecer
Agricultura	233 Látex de borracha sintética e deriv. de óleos;	
Agricultura	244 Borracha natural, bruta e desperdícios;	244 – Cortiça natural
Agricultura	245 Lenha (exc. desperdícios de madeira) e cavão vegetal;	245 - Lenha (exceto desperdícios de madeira) e carvão vegetal
Agricultura	246 Madeira para pasta (inc. Serragem e desperd. de madeira);	246 - Madeira em serragem ou pedaços e desperdícios de madeira
Agricultura	247 Outras madeiras brutas ou cortadas rusticamente;	247 - Madeira brutas ou cortadas rusticamente
Agricultura	248 Madeira trabalhada simpl. e travessas para trilhos;	248 - Madeira trabalhada e travessas para trilhos
Agricultura	251 Pasta e desperdícios de papel;	251 - Pasta e desperdícios de papel
FTMM	261 Seda;	261 - Seda
FTMM	263 Algodão;	263 – Algodão
FTMM	264 Juta e outras fibras de liber, em ramos, elaborados;	264 - Juta e outras fibras têxteis de liber em rama ou elaboradas, mas sem fiar; desperdícios destas fibras (incl. desperdícios)n.e.p.
FTMM	265 Fibras text. vegetais (exc. Algodão e juta) e desperdícios;	265 - Fibras têxteis vegetais (exceto algodão e juta) em rama ou elaboradas, mas sem fiar; desperdícios destas fibras
FTMM	266 Fibras sintéticas adequadas para fios;	266 - Fibras sintéticas adequadas para fios
FTMM	267 Outras fibras artificiais para fios e seus desperdícios;	267 - Outras fibras manufaturadas adequadas para fios e desperdícios de fibras manufaturadas
FTMM	268 Lãs e outros pelos de animais (exc. mechas pentiadas);	268 - Lã e outros pelos de animais (incluindo mechas (tops) de Lã)
FTMM	269 Roupas velhas e outros artigos têxteis velhos; trapos;	269 - Roupas velhas e outros artigos têxteis velhos; trapos

Continuação

FTMM	271 Fertilizantes puros;	272 - Fertilizantes puros, exceto os do capítulo 56
FTMM	273 Pedra, areia e cascalho;	273 - Pedra, areia e cascalho
FTMM	274 Enxofre e pepitas de ferro sem tostar;	274 - Enxofre e pepita de ferro sem tostar
FTMM	277 Abrasivos naturais (incluindo diamantes industriais);	277 - Abrasivos naturais n.e.p. (incluindo diamantes industriais)
FTMM	278 Outros minerais no bruto;	278 - Outros minerais no bruto
FTMM	281 Mineral de ferro e concentrados;	281 - Mineral de ferro e seus concentrados
FTMM	282 Fragmentos e desperdícios de ferro e aço;	282 - Desperdícios e descartes ferrosos (sucata), ligas refundidas de ferro ou aço
FTMM		283 - Minerais de cobre e seus concentrados; mantas de cobre, cobre de cimentação
FTMM		284 - Minerais níquel e concen.; manta de níquel, produtos sintetizados de óxido de níquel e prod. intern. da metalurgia do níquel
FTMM		285 - Minerais de alumínio e seus concentrados (incluindo alumina)
FTMM	286 Minerais de urânio e tório e seus concentrados;	286 - Minerais e concentrado de urânio ou tório
FTMM	287 Minerais de metais comuns e seus concentrados;	287 - Minerais de metais comuns e seus concentrados n.e.p.
FTMM	288 Desperdícios e descartes de metais comuns não ferrosos;	288 - Desperdícios e descartes não ferrosos (sucata) de metais comuns n.e.p.
FTMM	289 Minerais de metais preciosos e seus concentrados;	289 - Minerais de metais preciosos e seus concentrados, desperdícios, descartes de metais preciosos (exceto ouro)
Agricultura	291 Produtos animais no bruto;	291 - Produtos animais no bruto n.e.p.
Agricultura	292 Produtos vegetais no bruto;	292 - Produtos vegetais no bruto n.e.p.
Energia		321 - Carvão pulverizado o não, mas sem aglomerar
Energia	322 Carvão, linhita e turfa;	322 - Carvão, linhita e turfa
Energia	323 Briquetes; coque e semicoque de carvão, linhita e turfa;	325 - Coque e semicoque (incluindo resíduos) de carvão de linhita ou de turfa, aglomerado ou não, carvão de retorta
Energia	333 Óleos de petróleo puros, óleos puros de mín. bitumin.;	
Energia	334 Produtos derivados do petróleo, refinados;	334 - Óleos petróleo e óleos de minerais betum. preparados c. ao menos 70% peso em óleo de petróleo ou minerais betum n.e.p.
Energia	335 Produtos residuais deriv. do petróleo e produtos relacionados;	335 - Produtos residuais derivados do petróleo e produtos conexos, n.e.p.
Energia	341 Gás natural e artificial;	
Energia		342 - Propano e butano líquidos
Energia		343 - Gás natural líquido ou não
Energia		344 - Gases de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos n.e.p.
Energia		345 - Gás de carvão, gás de água, gás pobre e outros gases análogos exceto os gases de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos
Energia	351 Corrente elétrica;	351 - Corrente elétrica;
Agricultura	411 Óleos e gorduras de origem animal;	411 - Óleos e gorduras de origem animal
Agricultura	423 Óleos fixos de origem vegetal;	421 - Óleos e gorduras fixos de origem vegetal "bandos" no bruto refinados o fracionados
Agricultura	424 Outros óleos fixos de origem vegetal;	422 - Gorduras e óleos fixos de origem vegetal no bruto refinados o fracionados exceto los "bandos"
Agricultura	431 Óleos, gordura e cera de origem animal e vegetal elaborados;	431 - Gorduras e óleos origem ani. ou veg. elaborados ceras e preparados óleos de origem ani. ou veg. n.e.p.
MnoBRN	511 Hidrocarbonetos derivados halogenados, sulfonados, etc.;	511 - Hidrocarbonetos n.e.p. e seus derivados halogenados sulfonados nitrados o nitrosados
MnoBRN	512 Álcoois, fenóis, fenóis-álcoois e seus derivados;	512 - Álcoois fenóis fenoálcoois e seus derivados halogenado sulfonados nitrados ou nitrosados
MnoBRN	513 Ácidos carboxílicos e seus anidridos, halógenos,	513 - Ácidos carboxílicos e anidridos halógenos peróxidos e perácidos derivados halogenados sulfonados nitrados o nitrosados
MnoBRN	514 Compostos de funções nitrogenadas;	514 - Compostos de funções nitrogenadas;
MnoBRN	515 Compostos organominerais e heterocíclicos;	515 - Compostos orgânicos-inorgânicos compostos heterocíclicos ácidos nucleicos e seus sais
MnoBRN	516 Outros produtos químicos orgânicos;	516 - Outros produtos químicos orgânicos
MnoBRN	522 Elem. químicos inorgânicos, óxidos e sais halogenados;	522 - Elementos químicos inorgânicos óxidos e halógenos
MnoBRN	523 Outros produt. químicos inorgânicos;	523 - Sais metálicos e maxiais de ácidos hipocloritos hipo. de cloro comercial inorgânicos cloritos hipobromitos cloratos
MnoBRN	524 Materiais radioativos e relacionados;	524 - Outros produtos químicos inorgânicos compostos orgânicos e inorgânicos de metais preciosos
MnoBRN		525 - Materiais radioativos e similares;
MnoBRN	531 Mat. tintoriais org. e semt., indigo nat. Esmaltes coloridos;	531 - Materiais colorantes e materiais corantes sintéticos ou orgânicos e preparados baseados nelas
MnoBRN	532 Extratos tintoriais e curtume e mat. Curtumes semt.;	532 - Extractos tintórios e corantes e materiais corantes sintéticos
MnoBRN	533 Pigmentos, tinturas, vernizes e materiais relacionados;	533 - Pigmentos pinturas
MnoBRN	541 Produtos medicinais e farmacêuticos;	541 - Produtos medicinais e farmacêuticos exceto os medicamentos do grupo 542
MnoBRN		542 - Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários)
MnoBRN	551 Óleos essenciais, materiais aromatizantes e essências;	551 - Óleos essenciais materiais aromatizantes e saporíferos
MnoBRN	553 Produt. de perfumaria, cosméticos e produtos de higiene;	553 - Produtos de perfumaria cosméticos ou preparados de perfumaria (exceto sabonetes)
MnoBRN	554 Sabão e produtos para limpar e polir;	554 - Sabão e preparados para limpar e polir
MnoBRN	562 Fertilizantes manufaturados;	562 - Fertilizantes (exceto os do grupo 272)
MnoBRN		571 - Polímeros de etileno em formas primárias
MnoBRN	572 Explosivos e produtos de pirotecnia;	572 - Polímeros de estireno em formas primárias
MnoBRN		573 - Polímeros de cloreto de vinil o de outras oelafinas halogenadas em formas primárias
MnoBRN		574 - Poliacetis, outros poliéteres e resinas epoxídicas formas primárias, policarboneto, resinas líquidas e outros poliésteres primária
MnoBRN		575 - Outros plásticos em formas primárias
MnoBRN		579 - Desperdícios, recortes e descartes de plásticos
MnoBRN		581 - Tubos canos e mangueiras de plásticos
MnoBRN	582 Produt. de condensação, policondensação;	582 - Pranchas, folhas, películas, cintas e tiras de plásticos
MnoBRN	583 Produtos de polimerização e copolimerização;	583 - Monofilamentos dimensões transversal superior 1mm; varinhas, bastões tratados ou não em sua superfície
MnoBRN	584 Celulose regenerada, esteris e éteres de celulose;	
MnoBRN	585 Outras resenas artificiais e matérias plásticas;	
MnoBRN	591 Desinsentantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas;	591 - Insecticidas, raticidas, fungicidas, herbicidas, prod. antigerminantes e reguladores crescimento plantas, desinfectantes e prod. aná
MnoBRN	592 Amidos e féculas, inulina e glúten de trigo; colas;	592 - Amido inulina e glúten de trigo substâncias albuminoideas colas;
MnoBRN		593 - Explosivos e produtos de pirotecnia
MnoBRN		597 - Aditivos prep. p óleos minerais e prod. análogos; liqui para transmissões hidráulicas; anticongelantes e prep. lubrificantes
MnoBRN	598 Produtos químicos diversos;	598 - Produtos químicos diversos n.e.p.
MnoBRN	611 Couro;	611 - Couro
MnoBRN	612 Manufaturas de couro natural, artificial ou regenerado;	612 - Manufaturas de couro natural ou sintético, artigos de selaria e guarnição n.e.p.
MnoBRN	613 Peleteria curtida ou marinado, desperdícios ou retalhos;	613 - Peles finas curtidas ou marinadas, montados ou sem montagem exceto as dos grupo 848.3
MnoBRN	621 Materiais de borracha;	621 - Materiais de borracha (por exemplo, pastas, pranchas, folhas em varas, fios e tubos de borracha)
MnoBRN	625 Borrachas, pneus, câmaras de ar, etc.;	625 - Pneus. Bandas de rodagem, faixas de proteção da câmara de ar (flaps) e câmaras de ar para todo tipo de rodas
MnoBRN	628 Artigos de borracha;	
MnoBRN		629 - Artigos de borracha n.e.p.
MnoBRN	633 Manufaturas de cortiça;	633 - Manufaturas de cortiça

MBRN	634 Chapas, madeira de faia, "melhorada" ou regenerada, etc.;	634 - Folhas de madeira para chapas de madeira terciada, aglomerado de madeira e outras formas de madeira lavrada n.e.p.
MBRN	635 Manufaturas de madeira;	635 - Manufaturas de madeira n.e.p.
MnoBRN	641 Papel e cartão;	641 - Papel e cartão
MnoBRN	642 Papéis e cartões recortados em forma determinada;	642 - Papéis e cartões recortados em tamanhos ou formas determinadas e artigos de papel o cartão.
MnoBRN	651 Fios de fibras têxteis;	651 - Fios de fibra sextil
MnoBRN	652 Tecidos de algodão;	652 - Tecidos de algodão (exceto tecidos estreito ou especiais)
MnoBRN	653 Tecidos de fibras artificiais;	653 - Tecidos de materiais têxteis manufaturadas (exceto tecidos estreitos ou especial)
MnoBRN	654 Tecidos de fibras têxteis, exc. algodão ou fibras artificiais;	654 - Outros tecidos de fibras têxteis
MnoBRN	655 Tecidos de malha ou crochê;	655 - Tecidos de malha ou crochê (incluindo tecidos de ponto tubulares, tecidos aveludados e conjuntos n.e.p.)
MnoBRN	656 Tules, encaixes, bordados, fitas passadeira e outros;	656 - Tules, encaixes, bordados, fitas passadeira e outras confecções pequenas)
MnoBRN	657 Tecidos especiais de fibras têxteis e produt. similares;	657 - Fios especiais, tecidos especiais de fibras têxteis e produtos similares
MnoBRN	658 Art. confeccionados total ou princ. com mat. Têxteis;	658 - Artigos confeccionados total ou parcialmente de materiais têxteis n.e.p.
MnoBRN	659 Tapetes, etc.;	659 - Tapetes etc.
MBRN	661 Cal, cimento e materiais elaborados de construção;	661 - Cal, cimento e materiais elaborados de construção (exceto materiais de vidro e arcilla)
MBRN	662 Mat. de construção de argila e mat. refratários;	662 - Materiais de construção de argila e materiais refratários de construção
MBRN	663 Manufaturas de minerais;	663 - Manufaturas de minerais n.e.p.
MnoBRN	664 Vidro;	664 - Vidro
MnoBRN	665 Manufaturas de vidro;	665 - Artigos de vidro
MnoBRN	666 Artigos de cerâmica;	666 - Artigos de cerâmica
MBRN	667 Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas, no bruto o trabal;	667 - Pérolas, pedras preciosas e semipreciosas no bruto ou lavradas□
MBRN	671 Ferro fundido, ferro spiegel e ferro granulado macio;	671 - Ferro fundido e ferro spiegel, ferro granulado macio e pó ou aço e ferro, ligas de ferro
MnoBRN	672 Lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço;	672 - Lingotes e outras formas primárias de ferro o aço produtos semiterminados de ferro o aço
MnoBRN	673 Barras, hastes, ângulos, perfis e seções de ferro e aço;	673 - Produtos laminados planos de ferro ou de aço não ligado que não estão banhados revestidos nem cobertos
MnoBRN	674 Planos universais, chapas e pranchas de ferro o aço;	674 - Produtos laminados planos de ferro ou de aço não ligado desviados revestido ou cobertos□
MnoBRN	675 Fletes e cintas de ferro o aço, laminado em frio ou calor;	675 - Produtos laminados plataformas de aço
MnoBRN	676 Trilhos e elementos para vias férreas de ferro o aço;	676 - Barras de ferro. Ângulos perfis e secciones (incluindo empilhadeiras) de ferro e aço
MnoBRN	677 Arame de ferro o aço revestido o no; mas no aislado;	677 - Carros e elementos para a construção de vias férreas de ferro ou aço;
MnoBRN	678 Tubos e acessórios de cabos de ferro o aço;	678 - Arame de ferro o aço
MnoBRN	679 Manufat. de ferro o aço colado;	679 - Tubos canos e perfis ocos e acessórios para tubos ou canos de ferro ou aço
MBRN	681 Prata, platino e outros metais do grupo do platino;	681 - Prata e outros metais deste grupo
MBRN	682 Cobre;	682 - Cobre
MBRN	683 Níquel;	683 - Níquel
MBRN	684 Alumínio;	684 - Alumínio
MBRN	685 Plomo;	685 - Plomo
MBRN	686 Zinco;	686 - Zinco
MBRN	687 Estanho;	687 - Estanho
MBRN	688 Urânio empobrecido em U235 e tório, e ligas, etc.;	
MBRN	689 outros metais comuns no ferrosos;	689 - Diversos metais comuns no ferrosos utilizados em metalurgia e ligas metalocerâmicas
MnoBRN	691 Estruturas e partes de estrut. de ferro, aço o alumínio;	691 - Estruturas e partes de estruturas n.e.p. De ferro, aço ou alumínio
MnoBRN	692 Recipientes de metal para armazenamento e transporte;	692 - Recipientes de metal para armazenamento ou transporte
MnoBRN	693 Artigos de arame e acessórios para cercas;	693 - Artigos de arame (exceto cabos isolados para electricidade) e arranjos para cercas
MnoBRN	694 Pregos, parafusos, porcas, parafusos, rebites ;	694 - Pregos, parafusos, porcas, rebites e artigos análogos de ferro aço cobre ou alumínio
MnoBRN	695 Ferramentas de uso manual ou em máquinas;	695 - Ferramentas de uso manual o de uso em máquinas
MnoBRN	696 Faqueiros;	696 - Faqueiros
MnoBRN	697 Equipamentos domésticos de metais comuns;	697 - Equipamentos domésticos de metais comuns n.e.p.
MnoBRN	699 Manufaturas de metais comuns;	699 - Manufaturas de metais comuns n.e.p.
MnoBRN	711 Painéis geradoras de vapor;	711 - Painéis geradoras de vapor de água ou de vapores de outras clases painéis de água superaquecida e acessórios auxiliares n.e.p.
MnoBRN	712 Máquinas de vapor de água e outros vapores;	712 - Turbinas de vapor de água e de vapores de outras classes e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN	713 Motores de Combustão interna, de pistão e suas partes	713 - Motores de Combustão interna, de pistão e suas partes
MnoBRN	714 Máquinas e motores não elétricos, partes e peças;	714 - Máquinas e motores não elétricos (exceto os dos grupos 712 713 e 718) partes e peças n.e.p. destas máquinas e motores
MnoBRN	716 Aparatos elétricos rotativos e suas partes e peças soltas;	716 - Aparelhos elétricos rotativos e suas partes e peças n.e.p.;
MnoBRN	718 Outro maquinário gerador de energia e suas partes;	718 - Máquinas geradoras de potência e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN	721 Maquinário Agrícola e suas partes;	721 - Maquinário agrícola (exceto tratores) e suas partes e peças
MnoBRN	722 Tratores com ou sem dispositivo de PTO;	722 - Tratores (exceto os dos grupos 744.14 e 744.15)
MnoBRN	723 Maquinário e equipe de engenharia civil;	723 - Maquinário e equipamento de engenharia civil e para empreiteiros;
MnoBRN	724 Maquinário têxtil e para trabalhar couros, e suas partes;	724 - Maquinário têxtil e para trabalhar couros e suas partes n.e.p.
MnoBRN	725 Máquinas e aparatos para fabricar polpa e papel;	725 - Máquinas para fabricar papel ou polpa cortadoras de papel e outras máquinas para fabricar artigos de papel suas partes e peças
MnoBRN	726 Maquinário e aparelho para imprimir e encadernar e suas partes;	726 - Máquinas para imprimir e encadernar e suas partes e peças
MnoBRN	727 Máquina para elaborar alimentos, suas partes e peças soltas;	727 - Máquinas para elaborar alimentos (exceto las de uso doméstico)
MnoBRN	728 Outras máq. e eq. espec. p/ outras industrias e partes;	728 - Outras máquinas e equipamentos especiais para determinadas indústrias e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN		731 - Máquinas ferramentas que trabalham por remoção de metal ou outro material;
MnoBRN		733 - Máquinas ferramentas para trabalhar metais carbonos metálicos ou materiais metalocerâmicas sem remoção de material
MnoBRN		735 - Partes e peças n.e.p. e acessórios adequados para máquinas rubros 731 e 733, porta ferramentas p. ferramenta de trabalho manu
MnoBRN	736 Máquinas, ferramentas para trabalhar met. Ou carbonetos metálicos;	
MnoBRN	711 Caldeiras geradoras de vapor	737 - Máquinas para trabalhar metais (exceto máquinas ferramentas) e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN	741 Equipamento de aquecimento e refrigeração e suas partes;	741 - Equipamento de aquecimento e refrigeração e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN	742 Bombas para liq. com ou sem dispositivo medidor, etc.;	742 - Bombas p. líquidos com e sem dispositivo de medição, elevadores de líquidos partes e peças das bombas e elevadores de líquido
MnoBRN	743 Bombas e compressores ventiladores e sopradores, etc.;	743 - Bombas (exceto bombas para líquidos) compressores e ventiladores de ar ou outros gases campanas de ventilação ou reciclagem
MnoBRN	744 Equipamento mec. de manipulação de mercadorias e suas partes;	
MnoBRN	745 Outros maq. Ferramentas e aparatos mec. não elétricos.;	745 - Outras máquinas ferramentas e aparelhos mecânicos não elétricos e suas partes e peças n.e.p.
MnoBRN		746 - Rolamentos de esferas ou rolos;
MnoBRN		747 - Chave tomeiras e válvulas de dispositivos semelhantes, para cubas de tubos de caldeiras e tanques como recipientes
MnoBRN		748 - Eixos transmissão, caixas rolamentos e rolamentos simples p. eixos de balanço de parafusos e engrenagens de energia
MnoBRN	749 Partes e acessórios não elétricos das máquinas;	749 - Partes e acessórios não elétricos de máquinas n.e.p.

Continuação

MnoBRN	751 Máquinas de gabinete;	751 - Máquinas de gabinete
MnoBRN	752 Máquinas para a elaboração de dados suas unidades;	752 - Máquinas de processamento automático de dados e unidades, leitores magnéticos ou óticos
MnoBRN	759 Partes, n.e.p. exc. Destinadas a grupos 751 a 752;	759 - Partes e peças e acessórios para usar com máquinas dos grupos 751 e 752
MnoBRN	761 Receptores de televisão;	761 - Receptores de televisão combinados ou não numa mesma unidade com radiador-receptores ou aparelhos para a gravação
MnoBRN	762 Rádio receptores;	762 - Rádio-receptores combinados ou não numa mesma unidade com aparelhos gravadores ou reprodutores de som com um relógio
MnoBRN	763 Fonógrafos, gravadores de voz, ap. p/ gravação e reprod. de som;	763 - Gravadores ou reprodutores de som gravadores ou reprodutores de imagem e som de televisão materiais preparados para grava
MnoBRN	764 Equipamentos de telecomunicações, partes e acessórios;	764 - Equipamentos de telecomunicações n.e.p. e suas partes e peças n.e.p. e acessórios dos aparelhos correspondentes ao capítulo
MnoBRN	771 Acessórios de electricidade e suas partes;	771 - Aparelhos de electricidade e suas partes e peças
MnoBRN	772 Acessórios elétricos para união e corte de circuitos elét.;	772 - Aparelhos elétricos para emenda corte proteção ou conexão de circuitos elétricos, resistências eléctricas
MnoBRN	773 Material de distribuição de electricidade;	773 - Equipamento para distribuição de electricidade n.e.p.
MnoBRN	774 Acessórios elétricos e radiológicos para uso médico;	774 - Aparelhos elétricos de diagnóstico para usos médicos cirúrgicos dentais ou veterinários e aparelhos radiológicos
MnoBRN	775 Acessórios de uso doméstico, elétricos e não elétricos;	775 - Aparelhos de uso doméstico elétricos e não elétricos n.e.p.
MnoBRN	776 Lâmpadas, tubos e válvulas eletrônicas de cátodo;	776 - Válvulas e tubos terminológicos com cátodo frio ou com fotocátodo, díodos transistivos e dispositivos semicondutores análogos
MnoBRN	778 Máquinas e acessórios elétricos;	778 - Máquinas e aparelhos elétricos n.e.p.
MnoBRN	781 Automóveis para passageiros;	781 - Automóveis e outros veículos automotivos para o transporte de pessoas exceto veículos do tipo utilizado para transportes públ
MnoBRN	782 Veículos automotivos p/ o transporte de mercadorias;	782 - Veículos automotivos para o transporte de mercadorias e veículos automotivos para usos especiais
MnoBRN	783 Veículos automotivos com carreta;	783 - Veículos automotivos de carreta n.e.p.
MnoBRN	784 Partes e acessórios de veículos automotivos;	784 - Partes peças e acessórios dos automotivos dos grupos 722/781
MnoBRN	785 Motocicletas, monetas e outros veículos, com ou sem motor;	785 - Motocicletas (incluindo velocípedes) com ou sem motor o sem cadeia de rodas para inválidos
MnoBRN	786 Reboques e outros veículos sem motor e contêineres;	786 - Trailers e semi-trailers e outros veículos, contêineres especialmente desenhados e equipados para transporte
MnoBRN	791 Veículos para ferrovias e equipamentos similares;	791 - Veículos para ferrovias (incluindo trens aéreos, subterrâneos e equipamentos similares
MnoBRN	792 Aeronaves e equipamentos similares e suas partes;	792 - Aeronaves e equipamento similar naves espaciais e veículos de lançamento de naves espaciais suas partes e peças
MnoBRN	793 Navios, embarcações e estruturas flutuantes;	793 - Navios, embarcações e estruturas flutuantes, caixas para pó de arroz, estojos para fiqueros e artigos similares
MnoBRN	812 Peças e acessórios sanitários;	811 - Edifícios prefabricados, caixas para garrafas;
MnoBRN	821 Móveis e suas partes;	812 - Artefatos e acessórios sanitários e para sistemas de condução de águas e aquecimento n.e.p. bolsos deportivos
MnoBRN	831 Artigos de viagem, bolsas, maletas, etc.;	813 - Artefatos e acessórios de iluminação n.e.p. tabaqueiras, bolsas para ferramentas;
MnoBRN	842 Roupa exterior para homens e meninos, de tecido;	821 - Móveis e suas partes, camas, colchões, estrados, almofadas e artigos almofadados similares
MnoBRN	843 Roupa exterior para mulheres, meninas e bebês, de tecido;	831 - Baús, maletas, kits, maletas para documentos, carteiras portifólios, maletas escolares, estojos para prismas, estojos fotográfica
MnoBRN	844 Roupa interior de tecidos (exc. Crochê);	841 - Abrigos, jaquetas, trajes desportivos, calças, bermudas, roupa íntima, pijamas e similares para homens e crianças de tecido
MnoBRN	845 Roupa exterior e acessórios de vestir de ponto de crochê	842 - Abrigos, capas, jaquetas, trajes, calças, bermudas, camisas, vestidos, saias, roupa interior, pijama similares p. mulheres e menin
MnoBRN	846 Roupa interior de crochê;	843 - Abrigos, jaquetas, trajes desportivos, calças, bermudas, roupa íntima, pijamas e similares para homens e crianças
MnoBRN	847 Acessórios de vestuário, de tecidos n.e.p.;	844 - Abrigos, capas, jaquetas, trajes, calças, bermudas, camisas, vestidos, saias, roupa interior, pijama e similares p. mulheres e men
MnoBRN	848 Adornos e acessórios de vestuário, exc. de tecidos, sombrinhas;	845 - Adornos de vestimenta de trico ou crochê ou de outros tecidos n.e.p.
MnoBRN	851 Calçado;	846 - Acessórios de vestir de tela sejam de trico ou crochê (exceto os acessórios para bebês)
MnoBRN	871 Instrumentos e utensílios de ótica;	848 - Adornos e acessórios de vestir que não sejam de materiais têxteis sombrios e outros artigos de tocado de todo tipo de materi
MnoBRN	872 Instrumentos e aparelhos de medicina;	851 - Caçado
MnoBRN	873 Medidores e contadores;	871 - Instrumentos e aparelhos de ótica n.e.p.
MnoBRN	874 Instrumentos e aparelhos de medição;	872 - Instrumentos e aparatos n.e.p. de medicina cirúrgica odontologia ou veterinária
MnoBRN	881 Aparelhos e equipamentos fotográficos;	873 - Medidores e contadores n.e.p.
MnoBRN	882 Materiais fotográficos e cinematográficos;	874 - Instrumentos e aparelhos de medição e verificação e análise e controle n.e.p.
MnoBRN	883 Filmes impressos e revelados;	881 - Aparatos e equipamentos fotográficos n.e.p.
MnoBRN	884 Artigos de ótica;	882 - Materiais fotográficos e cinematográficos
MnoBRN	885 Relógios;	883 - Películas cinematográficas impressas e reveladas que tenham ou não bandas de som ou impressão de som
MnoBRN	892 Impressos;	884 - Artigos de ótica n.e.p.
MnoBRN	893 Artigos dos materiais descritos no cap. 58;	885 - Relógios;
MnoBRN	894 Carrinhos de bebe, jogo e artigos esportivos;	891 - Amas e munições
MnoBRN	895 Artigos de escritório e papelaria;	892 - Impressos
MnoBRN	896 Obras de arte, peças de coleção e antiguidades;	893 - Artigos n.e.p. de materiais plásticos
MnoBRN	897 Joias e objetos de ourives prataria e outros;	894 - Carrinhos para crianças e jogos e artigos desportivos
MnoBRN	898 Instrumentos musicais e suas partes e acessórios;	895 - Artigos de oficina e papelaria n.e.p.
MnoBRN	899 Outros artigos manufaturados diversos;	896 - Obras de arte peças de coleção e antiguidade;
Outros	911 Pacotes postais não classificados segundo sua natureza;	897 - Joias e objetos de ourives e prataria e outros artigos de materiais preciosos ou semipreciosos n.e.p.
Outros	931 Operações e mercadorias especiais não classificadas;	898 - Instrumentos musicais e suas partes, peças e acessórios, discos fonográficos, outras gravações sonoras ou similares
Outros	941 Animais vivos n.e.p.;	899 - Outros artigos manufaturados diversos n.e.p.
Outros	951 Veículos blindados, armas de guerra e munições;	911 - Pacotes postais não classificados segundo sua natureza
Outros	961 Moedas que não tenham curso legal;	931 - Operações e mercadorias especiais não classificadas segundo sua natureza
MBRN	971 Ouro não monetário;	961 - Moedas (exceto de ouro que tenham aacuro legal)
		971 - Ouro não monetário (exceto minerais e concentrados de ouro);
		Seção: I - Ouro monetário
		Seção: II - Moedas de ouro e moedas em circulação

Fonte: Fernández (2014). Elaborado com base em TRADECAN 2010 e COMTRADE 2014 - Nações Unidas *
Mandeng (1993: 190) ** TRADECAN 2012